



JUSTIÇA FEDERAL
TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL DA 5ª REGIÃO

PRESTAÇÃO DE CONTAS ORDINÁRIA ANUAL
RELATÓRIO DE GESTÃO CONSOLIDADO DO EXERCÍCIO
DE 2010

Março, 2011



JUSTIÇA FEDERAL
TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL DA 5ª REGIÃO

PRESTAÇÃO DE CONTAS ORDINÁRIA ANUAL
RELATÓRIO DE GESTÃO CONSOLIDADO DO EXERCÍCIO
DE 2010

Relatório de Gestão apresentado ao Tribunal de Contas da União como prestação de contas anual a que esta unidade está obrigada nos termos do art. 70 da Constituição Federal, elaborado de acordo com as disposições da Instrução Normativa TCU nº 63/2010, da Decisão Normativa TCU nº 107/2010 e da Portaria TCU nº 277/2010 e das orientações do órgão de controle interno.

Unidade Consolidadas: 090031 – Tribunal Regional Federal da 5ª Região; 090006 – Justiça Federal de 1º Grau CE; 090007 – Justiça Federal de 1º Grau RN; 090008 – Justiça Federal de 1º Grau PB; 090009 – Justiça Federal de 1º Grau PE; 090010 – Justiça Federal de 1º Grau AL; 090011 – Justiça Federal de 1º Grau SE.

Recife, 31/03/2011

LISTA DE ABREVIACÕES

UJ	Unidade Jurisdicional
UO	Unidade Orçamentária
UG	Unidade Gestora
LOA	Lei Orçamentária Anual
PLOA	Projeto da Lei Orçamentária Anual
SIAFI	Sistema Integrado de Administração Financeira
SIORG	Sistema de Informações Organizacionais do Governo Federal
RPV	Requisitórios de Pequeno Valor
TRF5	Tribunal Regional Federal da 5ª Região
TCU	Tribunal de Contas da União
JF5	Justiça Federal da 5ª Região
CNJ	Conselho Nacional da Justiça
CJF	Conselho da Justiça Federal
MPOG	Ministério do Planejamento
NA	Não aplicável
OCI	Órgão de Controle Interno
SJPB	Seção Judiciária da Paraíba
SJRN	Seção Judiciária do Rio Grande do Norte
SJCE	Seção Judiciária do Ceará
SJPE	Seção Judiciária de Pernambuco
SJAL	Seção Judiciária de Alagoas
SJSE	Seção Judiciária de Sergipe

LISTA DE QUADROS

Quadro 1 - Movimentação Processual JF5 - 2º Grau	9
Quadro 2 - Movimentação Processual JF5 - 1º Grau	9
Quadro 3 – Identificação da UJ – Relatório de Gestão Consolidado (A.1.2)	11
Quadro 4 – Demonstrativo da Execução por Programa de Governo (A.2.1).....	20
Quadro 5 – Taxa de Julgamento de Processos JF5	21
Quadro 6 – Taxa de Julgamento de Processos JF5 – Evolução histórica	21
Quadro 7 – Execução Física das Ações realizadas pela UJ (A.2.2).....	22
Quadro 8 –Despesas realizadas com a Ação 3757 - Implantação de Sistema Integrado de Gestão e Informação Jurisdicional na JF (E-JUS)	31
Quadro 9 – Programa 1389 – Controle da Atuação Administrativa e Financeira no Poder Judiciário.....	35
Quadro 10 – Programa 0568 – Prestação Jurisdicional no Superior Tribunal de Justiça	36
Quadro 11 – Identificação das Unidades Orçamentárias (A.2.3).....	37
Quadro 12 – Programação de Despesas Correntes (A.2.4)	37
Quadro 13 – Programação de Despesas de Capital (A.2.5)	38
Quadro 14 – Quadro Resumo da Programação de Despesas (A.2.6).....	38
Quadro 15 – Movimentação Orçamentária por Grupo de Despesa (A.2.7).....	39
Quadro 16 – Despesas por Modalidade de Contratação dos Créditos Originários da UJ (A.2.8)	43
Quadro 17 – Despesas Correntes por Grupo e Elemento de Despesa dos créditos originários da UJ (A.2.9).....	44
Quadro 18 – Despesas de Capital por Grupo e Elemento de Despesa dos créditos originários da UJ (A.2.10).....	44
Quadro 19 – Despesas por modalidade de contratação de créditos recebidos por movimentação UJ (A.2.11).....	45

Quadro 20 – Despesas Corrente por Grupo e Elemento de Despesa dos créditos recebidos por movimentação (A 2.12)	46
Quadro 21 – Despesas de Capital por Grupo e Elemento de Despesa dos créditos recebidos por movimentação (A.2.13)	47
Quadro 22 - Média de processos julgados por Magistrado JF5	48
Quadro 23 - Média de processos julgados por Magistrado JF5	49
Quadro 24 - Composição Despesa Executada Total	50
Quadro 25 – Composição Despesa Executada Total – Evolução histórica.....	50
Quadro 26 – Situação dos Restos a Pagar de Exercícios Anteriores	50
Quadro 27 - Composição do quadro de Recursos Humanos - situação apurada em 31/12/2010 (A 5.1).....	51
Quadro 28 – Composição do quadro de recursos humanos por faixa etária – situação apurada em 31/12/2010 (A.5.4.2).....	52
Quadro 29 - Composição do quadro de recursos humanos por faixa etária – situação apurada em 31/12/2010 (A5.3).....	52
Quadro 30 - Composição do quadro de servidores inativos – situação apurada em 31/12/2010 (A .5.4).....	53
Quadro 31 – Composição do quadro de instituidores de pensão – situação apurada em 31/12/2010 (a.5.5).....	53
Quadro 32 – Composição do quadro de estagiários.....	54
Quadro 33 – Quadro de custos de recursos humanos nos exercícios de 2008, 2009 e 2010 (A.5.7).....	54
Quadro 34 Contratos de prestação de serviços de limpeza e higiene e vigilância ostensiva TRF5 (A.5.8).....	54
Quadro 35 - Contratos de prestação de serviços com locação de mão de obra (A 5.9).....	58
Quadro 36 - Distribuição do pessoal contratado mediante contrato de prestação de serviço com locação de mão de obra (A 5. 10)	61
Quadro 37 – Estrutura de Controles Internos da UJ (A 9.1)	65

Quadro 38 - Gestão Ambiental e Licitações Sustentáveis (A.10.1).....	66
Quadro 39 - Distribuição espacial dos bens imóveis de uso especial de propriedade da união (A 11.1).....	68
Quadro 40 - Distribuição espacial dos bens imóveis de uso especial locados de terceiros (A 11.2).....	69
Quadro 41 - Discriminação dos bens imóveis de propriedade da união sob responsabilidade da UJ (A.11.3).....	70
Quadro 42 – Gestão da TI na UJ (A 12.1)	74
Quadro 43 – Acórdão 4.479/2010 2ª Câmara	75
Quadro 44 – Acórdão 4.747/2009 2ª Câmara	79
Quadro 45 – Acórdão 1.842/2010-Plenário	82
Quadro 46 – Acórdão 1.842/2010-Plenário	83
Quadro 47 – Acórdão 1.587/2010-Plenário	84
Quadro 48 – Acórdão 1.508/2010-Plenário	85
Quadro 49 – Acórdão 591/2010-Plenário	86
Quadro 50 – Acórdão 306/2010-Plenário	87
Quadro 51 - Relatório de cumprimento das recomendações do OCI A.15.3.....	88
Quadro 52 - Relatório de cumprimento das recomendações do OCI (A.15.3).....	89
Quadro 53 – Declaração Plena do Contador	91

SUMÁRIO

LISTA DE ABREVIACÕES	2
LISTA DE QUADROS	3
SUMÁRIO	5
1. Introdução.....	8
1.1. Principais Realizações da Gestão no Exercício	8
2. Identificação da UJ Consolidadora	11
3. Planejamento e Gestão Orçamentária e Financeira.....	14
3.1. Responsabilidades Institucionais	14
3.2. Estratégia de atuação frente as responsabilidade institucionais.....	20
3.3. Programas de Governo sob responsabilidade da Unidade.....	20
3.4. Desempenho Orçamentário e Financeiro.....	37
3.4.1. Programação Orçamentária da Despesa.....	37
3.4.2. Execução Orçamentária da Despesa	43
3.4.3. Indicadores Institucionais.....	48
4. Restos a Pagar	50
5. Recursos Humanos	51
5.1. Composição do Quadro de Servidores Ativos.....	51
5.2. Composição do Quadro de Servidores Inativos e Pensionistas	53
5.3. Composição do Quadro de Estagiários	54
5.4. Quadro de Custos de Recursos Humanos	54
5.5. Contratos de prestação de serviços com locação de mão de obra	54
5.6. Indicadores Gerenciais sobre Recursos Humanos	64
6. Sistema de Controle Interno	65
6.1. Estrutura de Controle Internos da UJ.....	65
7. Compras Sustentáveis	66
7.1. Gestão Ambiental e Licitações Sustentáveis	66

8. Gestão Patrimônio Imobiliário	68
8.1. Gestão de Bens Imóveis de Uso Especial.....	68
9. Gestão de Tecnologia da Informação.....	74
10. Deliberações TCU / OCI.....	75
10.1. Deliberações do TCU atendidas no Exercício	75
Acórdão nº 4.479/2010 2ª Câmara	75
Acórdão nº 4.747/2009 2ª Câmara	79
Acórdão nº 5.882/2010 – 2ª Câmara	82
Acórdão nº 1842/2010 – Plenário	83
Acórdão nº 1587/2010 – Plenário	84
Acórdão nº 1.508/2010 – Plenário	85
Acórdão nº 591/2010 – Plenário	86
Acórdão nº 306/2010 – Plenário	87
10.2. Deliberações do TCU pendentes de atendidas ao final do Exercício	88
10.3. Recomendações do OCI atendidas no exercício.....	88
Relatórios de Auditoria de Conformidade nº. 334/2010, 658/2010 e 661/2010 – SCI/JFSE.....	88
10.4. Recomendações do OCI pendentes de atendimento ao final do exercício	91
11. Declaração do Contador	91
Declaração Plena.....	91
12. Declaração Registro SIASG/SICONV	92
13. Declaração Entrega Declarações IR.....	92

1. Introdução

Este Relatório de Gestão Consolidado está estruturado em consonância com a Instrução Normativa TCU nº 63/2010, a Decisão Normativa TCU nº 107/2010, a Portaria TCU nº 277/2010 e as orientações expedidas pelo CJF.

Não houve ocorrência, no exercício de 2010, para esta Unidade Jurisdicionada (UJ) para os seguintes itens:

- Parte A, Item 3, anexo II da Decisão Normativa TCU nº 107/2010 – Informações sobre reconhecimento de passivos por insuficiência de créditos ou recursos;
- Parte A, Item 6, anexo II da Decisão Normativa TCU nº 107/2010 – Informações sobre as transferências mediante convênio, contrato de repasse, termo de parceria, termo de cooperação, termo de compromisso ou outros acordos, ajustes ou instrumentos congêneres, vigente no exercício de referência;
- Parte A, Item 14, anexo II da Decisão Normativa TCU nº 107/2010 – Informações sobre Renúncia Tributária.
- No que diz respeito ao Item 13 do Anexo II, Parte A da Decisão Normativa TCU nº. 107/2010, registra-se que esta Unidade Jurisdicionada (UJ) não utiliza cartões de crédito corporativos.

1.1. Principais Realizações da Gestão no Exercício

A Justiça Federal da 5ª Região, que atende a 29.368.007 habitantes¹, é constituída pelo Tribunal Regional Federal (TRF5) e seis Seções Judiciárias, com jurisdição nos Estados de Pernambuco, Paraíba, Rio Grande do Norte, Ceará, Alagoas e Sergipe.

Atualmente o TRF5 é composto por 15 desembargadores federais e 716 servidores, dividindo-se em quatro Turmas de Julgamento, cada uma com três desembargadores,

¹ Conforme IBGE, Censo 2010.

havendo, ainda, o Plenário. Possui, também, um Conselho de Administração, integrado por nove membros.

As Seções Judiciárias compõem o Primeiro Grau de Jurisdição e são formadas por 89 Varas Federais, sendo 57 Varas nas capitais e 32 no interior dos estados, compreendendo, entre elas, 19 Juizados Especiais Autônomos e 39 Adjuntos. A sua força de trabalho em dezembro de 2010 era constituída por 163 magistrados e 2.658 servidores.

Abaixo, apresentamos uma série histórica da movimentação processual do TRF5 e das Seções Judiciárias vinculadas:

Quadro 1 - Movimentação Processual JF5 - 2º Grau

Histórico	2007	2008	2009	2010
Distribuídos	48.417	43.849	44.681	38.646
Julgados	46.708	44.434	50.432	45.854
Remanescente	77.585	84.627	87.547	88.178

Fonte: CJF (2007-2009) e SJ/TRF5 (2010)

Quadro 2 - Movimentação Processual JF5 - 1º Grau

Histórico	2007	2008	2009	2010
Distribuídos	301.734	337.777	316.739	301.523
Julgados	280.480	300.908	315.286	295.881
Remanescente	658.652	607.689	549.962	485.307

Fonte: CJF (2007-2009) e Corregedoria Regional TRF5 (2010)

No ano de 2010, o Tribunal julgou 45.854 processos, o que representou uma diminuição de 9% em relação ao quantitativo de julgados do ano anterior. Entretanto, quando ampliamos nosso olhar, verificamos que a relação percentual entre o número de processos julgados e os distribuídos resulta em 119%. Portanto, o Tribunal conseguiu julgar uma quantidade igual à de processos distribuídos no ano, acrescido de mais 19% de parcela do estoque. Já o Primeiro Grau julgou 295.881 processos, 6% a menos que o ano anterior. Ao calcular a relação percentual entre os processos julgados e a demanda processual, verificamos que o resultado, 98%, situa-se muito próximo do verificado no ano de 2009, 99%.

Apesar de ter ocorrido no Primeiro Grau ampliação do seu quadro de pessoal, as Varas Federais criadas através da Lei nº 12.011, de 4 agosto de 2009, somente começaram a ser instaladas, de forma plena, no início do segundo semestre de 2010.

Vale ressaltar que a modificação legislativa ocorrida em 2007, referente aos recursos extraordinários e especiais de matérias repetitivas, que devem permanecer sobrestados no Tribunal até que a sua tese seja julgada no STJ, contribui para que o quantitativo de processos em tramitação continue bastante elevado.

Em 2010, o volume de pagamento dos Requisitórios de Pequeno Valor (RPV's) confirmou o incremento que vem ocorrendo nos últimos anos.

Em 2009, foram pagos 101.346 RPV's, beneficiando 200.043 cidadãos e pondo em circulação na economia regional, o montante de R\$ 717.168,510,09. Em 2010, um aumento de 11,7% foi registrado, para um total de 117.217 RPV's expedidos, beneficiando 196.334 pessoas e, injetando na economia R\$ 801.196.190,44.

Apesar dos problemas decorrentes da carência de pessoal, a JF5 superou as dificuldades encontradas para o cumprimento das diretrizes e promoveu diversas ações bem sucedidas e o esforço e empenho despendido pelos magistrados e servidores resultou no alcance de 99,71% das Metas de Nivelamento estabelecidas pelo Conselho Nacional de Justiça (CNJ) para o ano de 2009.

Como reconhecimento por esse esforço o TRF5 foi homenageado pelo CNJ. No ranking nacional, o TRF5 foi o único Tribunal Federal a entrar na lista dos 10 melhores de todo o ramo do Judiciário e ficou com o segundo lugar entre os 91 Tribunais do país.

No terceiro Encontro Nacional do Judiciário, ocorrido no dia 26 de fevereiro de 2010, com a presença dos presidentes dos tribunais brasileiros e coordenação do Conselho Nacional de Justiça, foram aprovadas as dez Metas Prioritárias para o ano de 2010, dando continuidade a execução do planejamento estratégico do Poder Judiciário.

2. Identificação da UJ Consolidadora

Quadro 3 – Identificação da UJ – Relatório de Gestão Consolidado (A.1.2)

Poder e órgão de vinculação			
Poder: Judiciário			
Órgão de Vinculação: Justiça Federal/Conselho de Justiça Federal		Código SIORG: NA	
Identificação da Unidade Jurisdicionada			
Denominação completa: Tribunal Regional Federal da 5ª Região			
Denominação abreviada: TRF5			
Código SIORG: NA	Código LOA: 12106	Código SIAFI: 090031	
Situação: ativa			
Natureza Jurídica: Órgão Público			
Principal Atividade: Serviços Coletivos Prestados pela Administração Pública – Justiça Federal		Código CNAE: 8423-0/00	
Telefones/Fax de contato:	(081) 34259000	(081) 34259282	(081) 34259243 - FAX
E-mail: dg@trf5.jus.br			
Página da Internet: http://www.trf5.jus.br			
Endereço Postal: Avenida Martin Luther King, s/n, Cais do Apolo, Recife/PE, CEP: 50030-908.			
Identificação das Unidades Jurisdicionadas consolidadas			
Nome	Situação	Código SIORG	
Tribunal Regional Federal da 5ª Região	ativa	NA	
Justiça Federal em Pernambuco	ativa	NA	
Justiça Federal na Paraíba	ativa	NA	
Justiça Federal no Rio Grande do Norte	ativa	NA	

Justiça Federal no Ceará	ativa	NA
Justiça Federal em Alagoas	ativa	NA
Justiça Federal em Sergipe	ativa	NA
Normas relacionadas à Unidade Jurisdicionada		
Normas de criação e alteração da Unidade Jurisdicionada		
<p>Normas de criação: CF/88, art. 106 a 110;</p> <p>Lei 5.010, de 10 de maio de 1966, que dispõe sobre a organização da Justiça Federal de Primeira Instância;</p> <p>Lei 7.727, de 9 de janeiro de 1989, que dispõe sobre a composição inicial dos TRFs e sua instalação;</p> <p>Ato de Disposição Constitucional Transitória - ADCT, art. nº 28;</p>		
Outras normas infralegais relacionadas à gestão e estrutura da Unidade Jurisdicionada		
<p>Resolução TRF5 nº 25, de 10 de dezembro de 2008, aprova o novo regimento interno;</p> <p>Resolução TRF5 nº 12, de 13 de maio de 2009, estrutura organizacional Seções Judiciárias da 5ª Região;</p> <p>Resolução TRF5 nº 21, de 23 de setembro de 2009, estrutura organizacional TRF5;</p> <p>Resolução TRF5 nº 27, de 25 de novembro de 2009, consolida a competência das Varas Federais;</p> <p>Resolução TRF5 nº 25, de 23 de junho de 2010, estabelece a estrutura administrativa dos Gabinetes dos Diretores das Subseções Judiciárias de Palmares-PE, Ouricuri-PE, Goiana-PE, Monteiro-PB, Crateús-CE, Tauá-CE, Quixadá-CE e Iguatú-CE e altera aquela existente na Subseccional de Mossoró-RN;</p> <p>Resolução TRF5 nº 14, de 28 de abril de 2010, instala, por desmembramento, a 23ª Vara Federal da Seção Judiciária do Estado do Ceará.</p> <p>Resolução TRF5 nº 06, de 24 de março de 2010, instala a 21ª Vara da Seção Judiciária do Ceará, criada pela Lei nº 10.772/2003, no Município de Iguatu, e dá outras providências.</p> <p>Resolução TRF5 nº 09, de 24 de março de 2010 publicado em 30/03/2010. Instala a 24ª Vara da Seção Judiciária do Estado de Pernambuco, criada pela Lei nº 10.772/2003, no Município de Ouricuri, e dá outras providências.</p> <p>Resolução TRF5 nº 04, de 24 de março de 2010, publicado em 30/03/2010. Instala a 19ª Vara da Seção Judiciária do Estado do Ceará, criada pela Lei nº 10.772/2003, no Município de Quixadá, e dá outras providências.</p> <p>Resolução TRF5 nº 05, de 24 de março de 2010, instala a 20ª Vara da Seção Judiciária do Estado do Ceará, criada pela Lei nº 10.772/2003, no Município de Tauá, e dá outras providências.</p> <p>Resolução TRF5 nº 03, de 24 de março de 2010, instala a 17ª Vara da Seção Judiciária do Estado do Ceará, criada pela Lei nº 10.772/2003, no Município de Crateús, e dá outras providências.</p>		

Resolução TRF5 nº 08, de 24 de março de 2010, instala a 22ª Vara da Seção Judiciária do Estado de Pernambuco, criada pela Lei nº 10.772/2003, no Município de Palmares, e dá outras providências.

Resolução TRF5 nº 17, de 28 de abril de 2010, instala, por desmembramento, a 25ª Vara Federal da Seção Judiciária do Estado de Pernambuco.

Resolução TRF5 nº 18 de 28 de abril de 2010, instala, por desmembramento, a 26ª Vara Federal da Seção Judiciária do Estado de Pernambuco.

Resolução TRF5 nº 19 de 28 de abril de 2010 publicado, instala, por desmembramento, a 27ª Vara Federal da Seção Judiciária do Estado de Pernambuco.

Resolução TRF5 nº 20 de 28 de abril de 2010, instala a 26ª Vara da Seção Judiciária do Estado do Ceará, criada pela Lei nº 12.011/2009, no Município de Fortaleza, e dá outras providências.

Resolução TRF5 nº 21 de 28 de abril de 2010, instala a 11ª Vara da Seção Judiciária do Estado da Paraíba, criada pela Lei nº 12.011/2009, no Município de Monteiro, e dá outras providências.

Resolução TRF5 nº 22, de 28 de abril de 2010, instala a 10ª Vara da Seção Judiciária do Rio Grande do Norte, criada pela Lei nº 12.011/2009, no Município de Mossoró, e dá outras providências.

Manuais e publicações relacionadas às atividades da Unidade Jurisdicionada

Orientações gerais relativas a Manual de Cálculos, Correção Monetária, Consulta Processual, Consulta de Precatórios e RPVs, entre outras, publicadas no site www.trf5.jus.br.

Unidades Gestoras e Gestões relacionadas à Unidade Jurisdicionada

Unidades Gestoras relacionadas à Unidade Jurisdicionada

Código SIAFI	Nome
090031	Tribunal Regional Federal da 5ª Região
090006	Justiça Federal de 1º Grau – CE
090007	Justiça Federal de 1º Grau – RN
090008	Justiça Federal de 1º Grau – PB
090009	Justiça Federal de 1º Grau – PE
090010	Justiça Federal de 1º Grau – AL
090011	Justiça Federal de 1º Grau – SE

Gestões relacionadas à Unidade Jurisdicionada	
Código SIAFI	Nome
00001	Tesouro Nacional
Relacionamento entre Unidades Gestoras e Gestões	
Código SIAFI da Unidade Gestora	Código SIAFI da Gestão
090031	00001
090006	00001
090007	00001
090008	00001
090009	00001
090010	00001
090011	00001

3. Planejamento e Gestão Orçamentária e Financeira

3.1. Responsabilidades Institucionais

Com competência para julgar causas em que a União, Autarquias ou Empresas Públicas Federais forem parte, dentre outras elencadas nos artigos 108 e 109 da Carta Magna, a Justiça Federal executou, no exercício de 2010, a importância de R\$ 2.464.502.270,58, estando aí incluída a dotação descentralizada, inclusive para pagamento de Precatórios e Requisitórios de Pequeno Valor (RPVs).

Para o exercício de 2010, foram considerados como norteadores das ações desenvolvidas pela Justiça Federal da 5ª Região (JF5) as Metas Prioritárias de 2010, instituída pelo Conselho Nacional de Justiça e o Planejamento Estratégico da Justiça Federal da 5ª Região (JF5).

Em relação à Meta Prioritária 1, que consistia julgar quantidade igual à de processos de conhecimento distribuídos em 2010 e parcela do estoque, com acompanhamento mensal, a Justiça Federal da 5ª Região atingiu a meta, com percentual de cumprimento de 100,74%. A meta buscava fomentar a cultura de acompanhamento mensal do fluxo de processos nos tribunais e em cada unidade judiciária de 1º Grau, com foco na redução de estoque.

Com o empenho dos magistrados e servidores, a Justiça Federal da 5ª Região conseguiu atingir um grau de cumprimento de 85% da Meta Prioritária 2, reduzindo o estoque de processos de conhecimento distribuídos até 31/12/2006 de 4.474 para 664 feitos.

O saldo de processos não julgados inclusos na meta 2 do ano de 2010 é considerado de alta complexidade, pois envolvem, no 2º Grau, as ações penais originárias, principalmente as decorrentes de grandes operações da Polícia Federal, bem como as ações rescisórias com grande quantidade de réus. Já, no 1º Grau, encontramos as ações civis públicas, as ações coletivas, os processos de improbidade administrativa e as ações penais.

Com relação à Meta Prioritária 3, reduzir em pelo menos 10% o acervo de processos na fase de cumprimento ou de execução e a 20% o acervo de execuções fiscais, tendo como referência o acervo em 31/12/2009, a Justiça Federal da 5ª Região atingiu os percentuais de cumprimento de 44,09% de redução de acervo na competência não fiscal, e 11,28% de redução de acervo na competência fiscal.

Ressalte-se que as metas 1 e 3, quando vistas em conjunto, buscam reduzir o estoque de processos, dando mais agilidade e eficiência à prestação jurisdicional.

Na Meta Prioritária 4, lavrar e publicar todos os acórdãos em até 10 dias após a sessão de julgamento, a Justiça Federal da 5ª Região alcançou percentual de cumprimento de 90,11%. Note-se que esta meta assegura a efetividade no cumprimento das decisões judiciais.

Implantar método de gerenciamento de rotinas (gestão de processos de trabalho) em pelo menos 50% das unidades judiciárias de 1º grau, foi a proposta da Meta 5. Na Justiça Federal da 5ª Região foram mobilizados além da Gestora das Metas, a Desembargadora Federal Margarida Cantarelli; a Corregedoria Regional, por meio do seu Corregedor, o Desembargador Federal Manoel Erhardt; magistrados e diretores das Secretarias de Varas. As ações foram coordenadas pela Secretaria de Desenvolvimento Institucional do CJF, pela Divisão de Desenvolvimento Institucional do TRF5, através da sua Seção de Gerenciamento

de Projetos e pelas Seções de Planejamento e Integração Regional. Em dezembro de 2010, as ações culminaram com o cumprimento da Meta 5.

A Justiça Federal da 5ª Região alcançou excepcional desempenho no cumprimento da Meta Prioritária 6 de 2010, que fixava a redução em pelo menos 2% do consumo per capita (magistrados, servidores, terceirizados e estagiários) com energia, telefone, papel, água e combustível, tendo como referência o ano de 2009, apresentando percentual total de economia de 8,18%. Dentre os recursos que contribuíram significativamente para o cumprimento da meta, destacamos: Telefone (R\$): percentual de economia de 10,16% em relação ao consumo per capita de 2009. Papel (quantidade de resmas): percentual de economia de 14,07% em relação ao consumo per capita do ano passado. Combustível (litros): percentual de economia de 18,37% em relação ao consumo per capita do ano anterior.

Examinando o percentual total de economia da Meta Prioritária 6, juntamente com os resultados obtidos nos cumprimentos das Metas Prioritárias 1, 2 e 3, podemos afirmar que a Justiça Federal da 5ª Região no ano de 2010 alcançou uma maior agilidade nos julgamentos e diminuição do acúmulo de processos, com maior economicidade.

A Meta 7, a qual visa dar maior transparência do Judiciário para a sociedade, consiste em que o Tribunal deve disponibilizar mensalmente a produtividade dos magistrados no seu portal, já vem sendo cumprida desde outubro de 2010.

O cumprimento da Meta 8 - promover cursos de capacitação em administração judiciária, com no mínimo 40 horas, para 50% dos magistrados – foi alcançado plenamente pelo TRF5, tendo contado com o apoio do CNJ, responsável pela realização de curso na modalidade online, no qual foram disponibilizadas vagas para todos os tribunais brasileiros, disseminando conceitos sobre gestão judiciária, de pessoas e processos de trabalho, possibilitando um novo olhar sobre as atividades judiciais. Vale salientar, que um número significativo de magistrados da Justiça Federal da 5ª Região já tinha participado de ações que contemplavam esses temas, haja vista a ESMAFE5 já vem ofertando cursos de formação gerencial para magistrados, inclusive de pós-graduação.

A Meta 9, a qual consiste em ampliar para 2 Mbps a velocidade dos *links* entre o Tribunal e 100% das unidades judiciárias instaladas na capital e, no mínimo, 20% das unidades do interior, já estava na pauta do TRF5, uma vez que o sucesso dos seus sistemas eletrônicos dependem, em parte, de bons canais de transmissão de dados. Assim, em meados de 2010 essa meta já estava cumprida na 5ª Região da Justiça Federal.

Em relação à Meta Prioritária 10 de 2010, realização, por meio eletrônico, de 90% das comunicações oficiais entre os órgãos do Poder Judiciário, inclusive cartas precatórias e de ordem, a Justiça Federal da 5ª Região alcançou um percentual de cumprimento de 64,95%. O objetivo desta meta é fomentar as comunicações eletrônicas entre as unidades judiciárias e tribunais, eliminando o uso de papel, garantindo maior celeridade e redução de custos.

Para o alcance das Metas Prioritárias foi designada a Desembargadora Federal Margarida Cantarelli como gestora das Metas Prioritárias no âmbito da JF5. Igualmente, através da Portaria nº 435, de 09 de junho de 2010, o presidente do TRF5 designou os gestores executivos das ações destinadas ao cumprimento das Metas Prioritárias no âmbito do Tribunal Regional Federal da 5ª Região. Ademais, coube aos diretores do foro de cada seção judiciária da 5ª Região a designação, mediante portaria, dos gestores executivos das metas 5, 6, 9 e 10 no âmbito das seccionais.

Couberam aos gestores executivos das Metas Prioritárias de 2010 as seguintes atribuições: I. elaborar planos de ação para cumprimento das metas; II. Manter atualizadas as informações constantes no plano de ação quanto à execução do que foi proposto na versão original, bem como aos resultados alcançados; III. Analisar continuamente a efetividade das ações propostas e, sendo necessário, propor à administração do órgão a inserção, exclusão ou os ajustes das ações para garantir o alcance da meta sob sua responsabilidade; IV. Atualizar a inserção, exclusão ou os ajustes das ações propostas e homologadas pela administração, bem como das alterações no seu período de execução, encaminhando nova versão do plano de ação à área de planejamento do respectivo órgão; e, V. encaminhar à área de planejamento do órgão os resultados obtidos em as ações propostas.

Ademais, o outro orientador das ações desenvolvidas pela JF5 foi o Planejamento Estratégico da Justiça Federal da 5ª Região, aprovado pela Resolução nº 28, de 16 de dezembro de 2009, tendo em vista a necessidade de atender ao estabelecido na Meta de Nivelamento nº 1, do Planejamento Estratégico do Poder Judiciário.

Missão	Garantir à Sociedade uma prestação jurisdicional cidadã acessível, rápida e efetiva no âmbito da Justiça Federal da 5ª Região
Visão	Consolidar-se até 2014, perante a sociedade, como referência de segurança jurídica, transparência, efetividade e rapidez na prestação jurisdicional, bem como de eficiência administrativa
Valores	Compromisso Dignidade Ética Imparcialidade Justiça Modernidade Probidade Respeito Responsabilidade Social Transparência

Integrado ao Planejamento Estratégico da Justiça Federal da 5ª Região encontramos um portfólio de 34 projetos estratégicos, sendo 21 deles prioritários, os quais contribuíram para o atingimento das metas fixadas. Em 2010 foram empreendidas ações relacionadas à execução dos seguintes projetos estratégicos: Sistema de processo judicial eletrônico; Implantar uma base de educação a distância (EAD) para a JF5; Diário eletrônico da 5ª Região; Projeto de Treinamento e Desenvolvimento Funcional; Atualização do Parque Tecnológico; Padronização de Termos de Referência, projetos básicos e editais de licitação; Projeto de comunicação institucional da JF5; Sistema de expedição eletrônica de requisitórios de pagamento administrativo para peritos, tradutores e intérpretes; Processo Administrativo eletrônico; Implantação das novas Varas Federais; Adequação dos ambientes de trabalho; Projeto Viver Melhor; Acessibilidade Plena; Carta precatória eletrônica e Olimpíadas da JF5.

Desses projetos estratégicos, a implantação do Sistema Processual Judicial Eletrônico – PJE merece destaque.

Ao iniciar a sua Gestão, o Desembargador Federal Luiz Alberto Gurgel de Faria elegeu como meta principal a implantação do Processo Judicial Eletrônico, o PJe. Essa proposta estava alinhada, também, com a meta nacional de nivelamento, em 2009, proposta pelo CNJ para o Poder Judiciário: a informatização do processo judicial.

Dentre todas as soluções apresentadas pelos tribunais brasileiros, ao analisar a iniciativa do TRF5, o CNJ decidiu pela expansão da filosofia do CRETA para o desenvolvimento de um Sistema Processual Único, a ser utilizado por todas as esferas da Justiça.

Assim, foi assinado o Termo de Cooperação Técnica nº 03/2010 entre o TRF5, o Conselho Nacional de Justiça (CNJ), o Conselho da Justiça Federal (CJF) e demais Tribunais Regionais Federais, significando o compartilhamento de soluções, a cooperação institucional e uma radical mudança de cultura na Justiça Federal. O acordo também previa um investimento do orçamento do CNJ, transferidos no decorrer de 2010 ao TRF5, responsável direto pelo desenvolvimento das funcionalidades do novo sistema.

A viabilização financeira do Projeto foi obtida, também, mediante acordo entre o TRF5 e a Caixa Econômica Federal, visando estipular formas de ampliação e incremento da relação entre as duas instituições. O contrato visando esse fim foi assinado pelos presidentes Luiz Alberto Gurgel de Faria (TRF5) e Maria Fernanda Ramos Coelho (Caixa), no dia 21 de setembro de 2009 no Gabinete da Presidência desta Corte.

O Processo Judicial Eletrônico (PJE) possibilita a tramitação de processos judiciais federais de forma digital, desde a petição inicial até o término do procedimento. Entre os benefícios trazidos pelo PJe, estão a eliminação do uso de papel para o andamento das ações, o maior grau de segurança no trâmite e a transparência da atividade judicial.

Em 2010, o PJe foi implantado em todas as Seções Judiciárias sob jurisdição do TRF5. Em fevereiro de 2011 foram realizados treinamentos para a utilização do PJe pelos assessores de gabinetes do Tribunal Regional Federal da 5ª Região. Em março ele será implantado no 2º Grau da Justiça Federal da 5ª Região, fechando, assim, todo o ciclo do processo judicial, o qual poderá tramitar em todas as instâncias da JF5 em meio digital.

Cumprir registrar que os dois sistemas (Creta e PJe) são baseados em tecnologia de software livre, gerando bastante economia na sua implantação e manutenção.

3.2. Estratégia de atuação frente as responsabilidades institucionais

No exercício de 2010 a UJ conseguiu executar a sua estratégia conforme planejado, não sofrendo quaisquer alterações ao longo do exercício. A estratégia e ações necessárias para a sua consecução, encontram-se descritas no item 3.1.

3.3. Programas de Governo sob responsabilidade da Unidade

Para o Judiciário Federal, a Lei de Meios de 2010 contempla três programas de governo:

- Programa 0089 – Previdência de Inativos da União;
- Programa 0569 – Prestação Jurisdicional da Justiça Federal;
- Programa 0901 – Operações Especiais: Cumprimento de Sentença Judicial.

Embora tenham tido execução pela UG 090031, os programas 0089 e 0901 não são de responsabilidade deste Órgão, sendo assim, procedemos com a análise do Programa 0569.

Quadro 4 – Demonstrativo da Execução por Programa de Governo (A.2.1)

Identificação do Programa de Governo	
Código no PPA: 0569	Denominação: Prestação Jurisdicional na Justiça Federal
Tipo do Programa: Finalístico	
Objetivo Geral: Garantir pleno exercício do direito por meio da prestação dos serviços jurisdicionais, observando o disposto nos artigos 108 e 109 da Constituição Federal e legislação complementar. Atender ao aumento da demanda jurisdicional e dotar a Justiça Federal de meios para cumprir as atribuições contidas na Constituição Federal	
Objetivos Específicos: -	
Gerente: ARI PARGENDLER	Responsável: -
Público Alvo: Sociedade	

Informações orçamentárias e financeiras do Programa					Em R\$ 1,00																
Dotação		Despesa Empenhada	Despesa Liquidada	Restos a Pagar não processados	Valores Pagos																
Inicial	Final																				
-	737.290.220,52	727.669.306,35	727.669.306,35	52.096.159,3	675.464.053,50																
Informações sobre os resultados alcançados																					
Ordem	Indicador (Unidade medida)	Referência			Índice previsto no exercício	Índice atingido no exercício															
		Data	Índice inicial	Índice final																	
1	Taxa de Julgamento de Processos na Justiça Federal	2009	31,7%	34,7%	29,5%	35%															
Fórmula de Cálculo do Índice																					
<p>Relação percentual entre o nº de processos julgados e a soma do nº de processos distribuídos no ano e o estoque de processos não julgados dos anos anteriores.</p> $TJP = \frac{PJ}{PD + EPNJ} \times 100$ <p>Onde: TJP: Taxa de Julgamento de Processos PJ: Processos Julgados no ano corrente PD: Processos Distribuídos no ano corrente EPNJ: Estoque de Processos Não Julgados no ano anterior</p>																					
Análise do Resultado Alcançado																					
<p>Demonstramos abaixo o demonstrativo de cálculo e a análise do resultado deste programa de trabalho:</p> <p>Quadro 5 – Taxa de Julgamento de Processos JF5</p> <table border="1"> <tbody> <tr> <td>Processos Julgados</td> <td>341.735</td> </tr> <tr> <td>Processos Distribuídos</td> <td>340.169</td> </tr> <tr> <td>Estoque de processos não julgados - ano anterior</td> <td>637.509</td> </tr> <tr> <td>Taxa de Julgamento de Processos</td> <td>35,0%</td> </tr> </tbody> </table> <p>Fonte: Corregedoria Regional, Secretaria Judiciária do TRF5</p> <p>Quadro 6 – Taxa de Julgamento de Processos JF5 – Evolução histórica</p> <table border="1"> <thead> <tr> <th></th> <th>2008</th> <th>2009</th> <th>2010</th> </tr> </thead> <tbody> <tr> <td></td> <td></td> <td></td> <td></td> </tr> </tbody> </table>						Processos Julgados	341.735	Processos Distribuídos	340.169	Estoque de processos não julgados - ano anterior	637.509	Taxa de Julgamento de Processos	35,0%		2008	2009	2010				
Processos Julgados	341.735																				
Processos Distribuídos	340.169																				
Estoque de processos não julgados - ano anterior	637.509																				
Taxa de Julgamento de Processos	35,0%																				
	2008	2009	2010																		

Taxa de Julgamento de Processos	31,7%	34,7%	35%
---------------------------------	-------	-------	-----

Comparando a taxa de julgamento de 2010 com os dois anos imediatamente anteriores, tem-se uma elevação percentual, indicando o aumento de produtividade dos magistrados. No entanto, este indicador demonstra que o Tribunal consegue julgar apenas 35% da demanda processual que recebe, ou seja, apesar dos esforços envidados para proporcionar maior celeridade, a força de trabalho da JF5 ainda está muito aquém dos anseios da sociedade, sendo notória e premente a necessidade de aumento da sua capacidade de julgamento, retratando a necessidade de ampliação da força de trabalho da 5ª Região para que sejam atendidos de forma satisfatória os pleitos da sociedade por uma prestação jurisdicional célere e eficaz.

Fonte: SOF/TRF5

Quadro 7 – Execução Física das Ações realizadas pela UJ (A.2.2)

Função	Sub-função	Pro-grama	Ação	Tipo da Ação	Prio-ridade	Unidade de Medida	Meta prevista	Meta realizada	Meta a ser realizada em 2011
2	061	0569	4224	A	4	Pessoa assistida (unidade)	41.293	58.772	2.916
2	061	0569	4257	A	4	Processo Julgado (unidade)	345.000	339.656	0
2	122	0569	09HB	OP	4	CUPS	N/A	N/A	N/A
2	122	0569	10SH	P	4	Anexo construído (% de execução física)	3,77	-	3,77
1	061	0569	11YR	P	4	Anexo construído (% de execução física)	100	0	100
2	122	0569	1136	P	4	Instalação modernizada (unidade)	5	4	1
2	122	0569	12OT	P	4	Anexo Adquirido (unidade)	1	1	0
2	122	0569	12OZ	P	4	Sede reformada (% de execução física)	100	-	100
2	122	0569	12PO	P	4	Imóvel Adquirido (unidade)	1	-	1
2	122	0569	12YS	P	4	Anexo construído (% de execução física)	100	-	100
2	122	0569	1B15	P	4	Anexo construído (% de execução)	65,00	35,95	29,05

						física)			
2	122	0569	3755	P	4	Vara Instalada (unidade)	10	10	0
2	122	0569	7P60	P	4	Anexo reformado (% de execução física)	100	-	100
2	126	0568	1H24	P	4	Ação do STJ	N/A	N/A	N/A
2	126	0569	3757	P	4	Sistema implantado (% de execução física)	100	20,86	79,14
2	126	1389	11E6	P	4	Ação do CNJ	N/A	N/A	N/A
2	128	0569	4091	A	4	Servidor capacitado (unidade)	1.600	2.615	0
2	301	0569	2004	A	4	Pessoa beneficiada (unidade)	7.980	7.800	0
2	306	0569	2012	A	4	Servidor beneficiado (unidade)	3.085	3.038	0
2	331	0569	2011	A	4	Servidor beneficiado (unidade)	461	315	0
2	365	0569	2010	A	4	Criança de 0 a 6 anos (unidade)	790	790	0
9	272	089	0396	OP	4	Servidor aposentado	440	441	0
28	846	0901	0005	OP	4	Precatórios	N/A	N/A	N/A
28	846	0901	00G5	OP	4	CUPS PRC e RPV	N/A	N/A	N/A
28	846	0901	0625	OP	4	RPVs	N/A	N/A	N/A

Fonte: SOF/TRF5

PROGRAMA: 0569 – Prestação Jurisdicional na Justiça Federal

ATIVIDADES

2004 – Assistência Médica e Odontológica aos Servidores, Empregados e seus Dependentes

A execução dessa atividade garantiu aos servidores, empregados, seus dependentes e pensionistas, adequadas condições para manutenção da sua saúde física e mental, contribuindo de forma significativa para melhoria do desempenho funcional e aumento da qualidade e capacidade laborativa dos servidores.

Com esta dotação foram aplicados recursos para pagamento dos serviços do plano de saúde, cujo contrato é gerenciado, de forma centralizada, pelo Tribunal Regional Federal da 5ª Região e abrange todas as Seções Judiciárias a ele vinculadas, exceto a Justiça Federal do Rio Grande do Norte e da Paraíba, que gerenciam os seus planos próprios.

Na unidade orçamentária 12101, o total de beneficiários correspondeu a 5.902 pessoas (entre servidores e dependentes), correspondendo a 98,37% da meta física estabelecida, executando-se 99,90% do orçamento previsto. Foi inscrito em Restos a Pagar não Processados o valor de R\$ 5.955,00 não tendo meta prevista a ser executada e o orçamento será anulado. Observa-se que a diferença entre a meta física prevista e realizada é menos de 2%, podendo ser considerada normal dentro de uma margem de tolerância da estimativa.

Já na unidade orçamentária 12106, 1.898 pessoas foram beneficiadas, o que representa 95,86% da meta inicialmente prevista. Em relação a dotação orçamentária, foi executado 99,36% do orçamento previsto, correspondendo a R\$ 2.125.038,00, tendo sido inscrito em Restos a Pagar o valor de R\$ 7.073,00 não correspondendo a nenhuma meta física e serão anulados no decorrer do exercício 2011.

2010 – Assistência Pré-Escolar aos Dependentes dos Servidores e Empregados

Esta atividade proporcionou a assistência pré-escolar aos dependentes dos servidores, com faixa etária entre zero e seis anos de idade, em creches e pré-escolas, bem como aos excepcionais, cujo desenvolvimento corresponda à idade mental relativa à faixa etária estabelecida, possibilitando a colaboração da instituição na tranquilidade do servidor, com influência direta na qualidade do seu trabalho.

No Primeiro Grau (unidade orçamentária 12.101), 779 crianças foram beneficiadas, superando a meta prevista em 16,27%, com a utilização de 96,24% do orçamento autorizado. Não houve inscrição em Restos a pagar processados.

No Tribunal (unidade orçamentária 12106), 111 crianças foram assistidas pelo benefício, perfazendo um total de 92,5%, com a execução de 95,55% do orçamento inicialmente previsto. Não houve inscrição em Restos a Pagar não Processados.

2011 – Auxílio Transporte aos Servidores e Empregados

O recurso empregado nesta ação visa promover condições favoráveis ao deslocamento dos servidores de suas residências até o local de trabalho e seu respectivo retorno, na forma de custeio parcial das suas despesas com transporte, refletindo na assiduidade e, por conseguinte, na execução de suas tarefas diárias e no funcionamento ininterrupto da Justiça Federal.

Na Justiça de 1º Grau, esta ação beneficiou 242 servidores, correspondendo a 71% da meta física, com a execução de 86,46% do orçamento estimado. Não houve inscrição em Restos a Pagar não Processados.

No Tribunal, a ação beneficiou 73 servidores, o que corresponde a uma execução de 60,83% da meta física inicialmente prevista. Em relação a dotação orçamentária, foi executado 58,63% do valor inicialmente previsto. Não houve inscrição em Restos a Pagar não Processados.

A variação negativa entre a meta física proposta e a realizada deve-se ao fato de que, com a implementação do aumento salarial decorrente da última parcela do Plano de Cargos e Salários (Lei 11.416/2006), houve elevação dos vencimentos que impactaram nos salários em 2010, que é base para o cálculo da parcela a ser restituída pelo servidor, tornando, por vezes, desvantajoso a utilização do benefício.

2012 – Auxílio-Alimentação aos Servidores e Empregados

Esta atividade tem o objetivo de garantir o benefício na forma de pecúnia, minimizando os custos com alimentação dos servidores, com reflexos positivos na qualidade de vida e na produtividade.

No Primeiro Grau, foram beneficiados 2.388 servidores, correspondendo a 98,9% da meta prevista, tendo sido executado 99,74% do orçamento inicialmente previsto. Foi inscrito em Restos a Pagar não Processados o valor de R\$ 830,00. Não há meta física associada e o valor será anulado.

No Segundo Grau, foram beneficiados 650 servidores (97,02% da meta prevista), com execução de 96,13% do orçamento autorizado. Foi inscrito em Restos a Pagar não Processados o valor de R\$ 29,00. Não há meta física associada e o valor será anulado.

4091 – Capacitação de Recursos Humanos

Esta atividade visou promover, de forma integrada, a qualificação dos servidores pela aquisição, reciclagem e aprimoramento de conhecimentos, envolvendo a realização de cursos, treinamentos, palestras, exposições, congressos e outros eventos nas áreas jurídicas, administrativa, tecnologia da informação e outras, de modo a se obter melhor desempenho, incremento da produtividade e satisfação profissional, com a conseqüente otimização dos serviços oferecidos aos jurisdicionados.

Nas Seções Judiciárias da 5ª Região, foram capacitados 1.920 servidores, superando a meta prevista em 62,5%, com a execução orçamentária de R\$ 870.935,00 o que corresponde a 72,58% do previsto.

Deste total foram inscritos R\$ 226.153 em Restos a Pagar não Processados. A meta física prevista para a inscrição em Restos a Pagar já foi considerada no exercício, haja vista, que trata-se, em sua maioria, de Reembolso de cursos de Pós-Graduação.

No Tribunal, foram capacitados 695 servidores, superando a meta inicialmente prevista em 73%. Houve uma execução orçamentária de R\$ 341.509,00 correspondendo a 85,38% do estimado. Deste total foram inscritos R\$ 53.614,00 em Restos a Pagar não Processados. A meta física prevista para a inscrição em Restos a Pagar já foi considerada no exercício, haja vista, que trata-se, em sua maioria, de Reembolso de cursos de Pós-Graduação.

4224 – Assistência Jurídica a Pessoas Carentes

A execução desta atividade proporcionou o acesso da população carente à tutela jurisdicional do Estado fornecido pela Justiça Federal, em cumprimento ao disposto no art. 5º, inciso LXXIV, da Constituição Federal, assegurando-lhe o direito constitucional de assistência jurídica integral gratuita e o pleno exercício dos direitos e garantias constitucionais individuais e coletivos, envolvendo despesas com pagamento de honorários advocatícios efetuados a defensores dativos, peritos, intérpretes e curadores especiais.

A Justiça Federal de 1º grau superou a meta física estimada de 41.243 tendo atingido 58.760 pessoas assistidas. O valor de R\$ R\$ 480.773,00 foi inscrito em Restos a Pagar não Processados e, durante os primeiros meses do exercício 2011, essa dotação será executada. Com esse valor a ser executado de Restos a Pagar, a estimativa é beneficiar 2.916 pessoas.

Já no Segundo Grau não houve uma reduzida execução orçamentária nessa Ação, totalizando R\$ 1.604,00 e atingindo 12 pessoas beneficiadas. Este tipo de pagamento, na Justiça Federal de 2º Grau, é sempre eventual e incerto, dificultando a sua previsão.

4257 – Julgamento de Causas na Justiça Federal

Os recursos desta atividade foram utilizados com o objetivo de assegurar as condições necessárias para a manutenção e funcionamento dos trabalhos desenvolvidos nas áreas administrativa e judiciária, garantindo a continuidade da prestação dos serviços jurisdicionais.

Como resultado desta atividade, pode-se observar que o Primeiro Grau atingiu 98,00% da meta prevista para processos julgados, alcançando o montante de 294.016 processos em 2010, utilizando a quase totalidade do orçamento previsto (97,9%).

Houve a inscrição de R\$ 8.522.736 em Restos a Pagar não Processados, cuja meta física de processos julgados já foi considerada no exercício 2010.

Em relação ao Segundo Grau (TRF da 5ª Região), a meta física de julgar 45.000 processos foi superada em 1,4%, totalizando, portanto, o julgamento de 45.640 processos julgados. Em relação à execução do orçamento, o percentual foi de R\$ 95,44% da dotação autorizada.

Houve também a inscrição de R\$ 5.828.903 em Restos a Pagar não Processados, cuja meta física de processos julgados já foi considerada no exercício 2010.

PROJETOS

1136 – Modernização das Instalações da Justiça Federal

Os recursos destinados nesta dotação foram utilizados para execução de modernização e recuperação das instalações físicas das Seções Judiciárias da 5ª Região (Ceará, Rio Grande do Norte e Pernambuco), com o objetivo de operacionalizar os ambientes, de maneira a agilizar e melhorar o atendimento da demanda social.

Do valor total da Dotação Autorizada, R\$ 1.497.638,00 foram executados no próprio exercício 2010 pelas Seções Judiciárias do Ceará, Rio Grande do Norte, Pernambuco e Sergipe. Houve a inscrição de Restos a Pagar não processados no total de R\$ 1.970.721,00 cuja meta física já foi considerada em dezembro.

Em resumo, da meta física de 4 unidades reformadas, 3 foram realizadas no próprio exercício 2010 (CE, PE e SE) e a terceira está sendo realizada em 2011 (RN), através da execução dos restos a pagar, tendo sido, portanto, atingida 100% da meta física prevista para esta ação.

O TRF da 5ª Região inscreveu R\$ 559.992,00 em Restos a Pagar não Processados, cuja meta é de 1 Instalação modernizada que foi o Edifício Sede do TRF da 5ª Região.

1B15 – Construção de Edifício Anexo da JF em Campina Grande – PB

Do total de R\$ 4.125.473,00 previstos para o exercício 2010, foram executados ainda no próprio exercício, o valor de R\$ 1.843.828,00. Portanto, houve a inscrição em Restos a Pagar não processados no valor de R\$ 2.281.645,00 que corresponde a 35,95% da meta global prevista para a obra.

De acordo com informações da Seção Judiciária da Paraíba, até a 22ª medição (17/02/11), foi executado 73,38% da obra (R\$ 6.745.780,41) o que corresponde à quantia de R\$ 4.950.200,35, restando um saldo de R\$ 1.795.580,06. O prazo para inicialmente previsto para o término da obra era 17/03/11. Porém, foi solicitado um aditivo de prazo de 4 meses.

Ação: 12OT - Aquisição de Imóvel para o funcionamento do TRF da 5ª Região

Atualmente, o TRF da 5ª Região enfrenta problemas de espaço físico para abrigar os seus Magistrados e servidores. Há vários anos o TRF da 5ª Região objetivava a Construção de Edifício Anexo à Sede do TRF da 5ª Região, o que ao longo do tempo, se mostrou inviável devido ao alto custo de execução.

A Administração do TRF optou por uma alternativa mais econômica que pudesse atender a nossa necessidade de espaço físico de forma mais rápida. Para resolver o problema, foi assinado o contrato de Promessa de Compra e Venda da antiga Sede da Agência Cais do

Apolo da Caixa Econômica Federal (CEF), com preço de aquisição de R\$ 6.900.000,00. Os recursos foram obtidos através de Crédito Especial.

Não houve inscrição em Restos a pagar, haja vista que o valor foi pago integralmente no próprio exercício 2010.

Ação: 7P60 - Reforma do Edifício Anexo à Sede do Tribunal Regional Federal da 5ª Região em Recife-Pe

Este valor destina-se a reforma parcial do Edifício Anexo que foi adquirido no final do exercício 2010, antiga sede da Caixa Econômica Federal.

O Valor de R\$ 5.999.000,00 foi integralmente inscrito em Restos a Pagar, haja vista que o processo licitatório só foi concluído no final do exercício.

O Valor inscrito em Restos a Pagar Não Processado corresponde a 100% da meta física prevista, e será executada ao longo do exercício 2011.

Ação: 12OZ - Reforma da Sede da Justiça Federal em Fortaleza-CE

Inicialmente, o projeto da Seção Judiciária do Ceará era a Construção de um novo Edifício Sede. Entretanto, devido à dificuldade aquisição de um terreno em localização adequada, optou-se, em adquirir o restante da sede atualmente ocupada, que pertence ao Banco do Nordeste do Brasil (BNB), a fim de reduzir o dispêndio financeiro e resolver o problema de forma mais rápida.

Após a definição pela permanência da Justiça Federal do Ceará na atual sede, constatou-se a necessidade de realização de reformas para melhorar a infra-estrutura existente de modo a se adequar às necessidades do Órgão.

Do valor total de R\$ 10.000.000,00 previstos para 2010, houve a inscrição de R\$ 185.438,00 em Restos a Pagar não Processados, que corresponde 2% da meta física a ser executada na Reforma.

O Saldo restante, de R\$ 9.814.562,00 foi consignado no exercício 2011, na forma de Crédito Especial Reaberto, haja vista que o Crédito Especial foi aberto por Lei no último quadrimestre do exercício, havendo, portanto, a possibilidade de reabertura no próximo exercício no limite do seu saldo.

Ação: 12PO - Aquisição de Imóveis para Funcionamento da Sede da Justiça Federal em Fortaleza-CE

Inicialmente, o projeto da Seção Judiciária do Ceará era a Construção de um novo Edifício Sede. Entretanto, devido à dificuldade aquisição de um terreno em localização adequada, optou-se, em adquirir o restante da sede atualmente ocupada, que pertence ao Banco do Nordeste do Brasil (BNB), a fim de reduzir o dispêndio financeiro e resolver o problema de forma mais rápida. O objetivo é, após a conclusão da aquisição, realizar uma reforma para adequação do novo espaço às necessidades da Justiça Federal do Ceará.

Do valor inicialmente previsto para a Ação 105A - Construção de Edifício-Sede da Seção Judiciária em Fortaleza-CE, os recursos foram transformados, por Lei através Créditos Especiais.

O valor foi inscrito integralmente em Restos a Pagar não processados e aguarda a conclusão da aquisição para a sua execução.

Ação: 3755 - Implantação de Varas Federais

Esta ação tem como principal objetivo prover recursos orçamentários para as despesas de Instalação de Novas Varas Federais. Os recursos disponíveis foram utilizados para aquisição de equipamentos, material permanente, mobiliário, veículos, microcomputadores e impressoras, além de material de consumo, que vieram suprir carências na instalação de Varas.

Despesas com reformas e adaptações de imóveis e demais despesas relacionadas à instalação das Varas também podem foram custeadas com os recursos alocados nesta ação. E os resultados obtidos com a referida alocação cristalizaram-se numa melhor prestação jurisdicional nas Seções Judiciárias que compõem a Região.

No total, foram disponibilizados um montante de R\$ 9.798.652,00 para a instalação de 10 Varas Federais no Exercício 2010. Todas as 10 Varas Federais previstas para o exercício, foram instaladas.

Algumas varas foram instaladas em sedes provisórias, enquanto a sede definitiva está em reforma. Portanto, o valor de R\$ 6.551.621, inscrito em Restos a Pagar Não Processados,

teve a sua meta cumprida em 2010, com a instalação das Varas Federais, embora, em alguns casos, a sede definitiva estivesse em reformas.

Ação: 3757 - Implantação de Sistema Integrado de Gestão e Informação Jurisdicional na JF (E-JUS)

Foi inscrito R\$ 7.226.693 em Restos a Pagar não Processados cuja meta física é de 79,14% do total da Ação 3737 para toda a Justiça Federal no exercício 2010.

Segue abaixo, o quadro informativo com as despesas realizadas com a Ação 3757 - Implantação de Sistema Integrado de Gestão e Informação Jurisdicional na JF (E-JUS), de acordo com informações obtidas da Subsecretaria de Tecnologia da Informação do TRF5:

Quadro 8 –Despesas realizadas com a Ação 3757 - Implantação de Sistema Integrado de Gestão e Informação Jurisdicional na JF (E-JUS)

Tribunal/CJF	Órgão	OBJETO DA DESPESA	VALOR TOTAL
TRF5	REGIÃO	Solução de Firewall <i>(para Seccionais JFAL) Ficam pendentes de aquisição para 2011 JFPB, JFRN e JFPE.</i>	69.000,00
TRF5	REGIÃO	Solução de Proxy Web <i>(para Seccionais maiores JFCE, JFPE) Ficam pendentes para 2011 as menores (JFRN, JFPB, JFSE, JFAL)</i>	446.900,00
TRF5	REGIÃO	Solução de Correlacionamento de Logs <i>(para TRF5 e pelo menos JFAL) Ficam pendentes para 2011 as seções JFCE, JFRN, JFPB, JFSE.</i>	704.600,00
TRF5	REGIÃO	Solução de AntiSpan para seções que não adquiriram em 2009: JFPE, JFPB, JFSE, JFRN). Licenças para TRF e JFCE, que já possuem o appliance.	683.000,00
TRF5	REGIÃO	Solução de SSL/VPN (para algumas seccionais : JFAL, JFCE)	207.862,00
TRF5	REGIÃO	Análise de Riscos (Aquisição de créditos para novas análises no TRF)	236.796,00
TRF5	TRF5	Solução de Análise Forense (Será realizada em 2011)	0,00
TRF5	TRF5	Serviço de Ethical Hacking (interno e externo)	39.690,00
TRF5	TRF5	Solução de Gestão de Storages (Ficará para 2011)	0,00
TRF5	REGIÃO	Serviços de Sustentação e Evolução do Processo Judicial Eletrônico	994.516,54
TRF5	REGIÃO	Solução Wi-Fi Corporativa (TRF) As seções ficarão para 2011.	410.700,00

TRF5	REGIÃO	Solução Reestruturação de Rede Corporativa de algumas seções (parcialmente as seções de JFPE, JFAL, JFRN) . A continuação das ações nesse projeto acontecerá em 2011.	1.011.941,20
TRF5	REGIÃO	Regularização Regional de Softwares Estruturais (Oracle, TSM , RedHat, VMWare, JBOss, Antivirus, CommandView, Windows e Exchange Server). Restam ações de regularizações para 2011.	1.275.267,02
TRF5	TRF5	Ferramentas de Gestão e Produtividade do Banco de Dados Oracle (Oracle Diagnostic Pack 11 g, Oracle Tuning Pack 11 g, Oracle DataGuard, Oracle Partitioning) 2 licenças de cada. O restante para a região ficará pendente para 2011.	173.605,98
TRF5	REGIÃO	Impressoras, notebooks/netbooks, scanners para algumas seções (JFSE, JFRN,JFCE). As pendências nessa ação serão revisadas em 2011.	349.218,00
TRF5	REGIÃO	Servidores para subseções (JFPB). Em 2011, outras seções irão realizar essa ação.	105.992,00
TRF5	REGIÃO	Aceleradores WAN (JFPE) As demais seções e o TRF irão trabalhar esse projeto em 2011	135.000,00
TRF5	REGIÃO	Serviços de Sustentação e Implantação de soluções Regionais	1.803.414,29
TRF5	REGIÃO	Infraestrutura adequada para VideoConferência (JFCE). As demais seções darão continuidade a esse projeto em 2011.	526.794,00

Fonte: SOF/SI/TRF5

Ação: 11YR - Construção do Edif. Sede da Justiça Federal em União dos Palmares-AL

Este projeto tem por finalidade a Construção de um Edifício Sede para a Justiça Federal em União dos Palmares, Alagoas, que atualmente, encontra-se funcionando em uma sede provisória.

Em 2010 houve a licitação e o empenho da 1ª Fase do Projeto que ficou orçado em R\$ 1.489.489,00. O projeto total está orçado em R\$ 3.120.000,00 (incluindo as duas etapas).

O valor inscrito em Restos a Pagar não Processados representa a execução física de 100% da 1ª Etapa da obra.

Ação: 10SH - Construção do Edif. Anexo da Seção Judiciária em João Pessoa-PB

No exercício 2010, houve a licitação dos projetos arquitetônicos e executivos da obra. O valor inscrito em Restos a pagar destina-se ao pagamento desses projetos. Após a elaboração dos projetos, haverá o procedimento licitatório para os serviços de construção do Anexo.

O valor inscrito em Restos a Pagar não processados representa 3.77% do total previsto para a Obra, que está inicialmente orçada em aproximadamente R\$ 18.458.100,00.

Ação: 12YS - Ampliação do Edifício-Sede da Subseção Judiciária de Caruaru-PE

Este projeto tem por finalidade a ampliação da estrutura física da Subseção de Caruaru a fim de abrigar mais três varas federais.

Haverá o aproveitamento de área existente de 1.171,00 m², para construção de edificação com 1950 m², em três pavimentos, destinada à instalação de três varas no município de Caruaru, conforme previsto na Lei nº 12.011/2009 e na Resolução 102/2010 do CJF.

A dotação orçamentária de R\$ 3.000.000,00 para o exercício 2010 foi consignada através de Crédito Adicional. Houve a concessão de um Crédito Especial que foi aberto por Lei no último quadrimestre do exercício, havendo portanto, a possibilidade de reabertura no próximo exercício no limite do seu saldo.

Portanto, o valor de R\$ 3.000.000,00 foi totalmente consignado para o exercício 2011 na forma de Crédito Especial Reaberto.

OPERAÇÕES ESPECIAIS

Ação: 09HB – Contribuição da União, suas Autarquias e Fundações para Custeio do Regime de Previdência dos Servidores Públicos Federais

Esta ação teve como finalidade o pagamento da contribuição da União, suas Autarquias e Fundações para o custeio do regime de previdência dos servidores públicos federais na forma do artigo 8º da Lei nº 10.887, de 18 de junho de 2004.

PROGRAMA: 0089 – Previdência de Inativos e Pensionistas da União

Ação 0396 – Pagamento de Aposentadorias e Pensões

Com a execução desse programa foram assegurados os pagamentos aos magistrados, servidores e dependentes legalmente estabelecidos para recebimento dos benefícios previdenciários.

A previsão da meta física para esta Ação foi calculada considerando a média dos 12 meses do exercício de 2008 (haja vista que a proposta orçamentária foi elaborada em abril de 2009). Portanto, justifica-se a pequena diferença apresentada abaixo, entre a previsão e a realização das metas físicas, tanto da UO 12.101 quanto da UO 12.106.

Para a unidade orçamentária 12.101, o percentual de realização da meta física correspondeu a 102,1% do previsto inicialmente, com a execução de 99,41% da dotação orçamentária prevista.

Para a unidade orçamentária 12.106, o percentual de realização da meta física alcançou 88,3%, com a execução de 99,56% da dotação financeira.

PROGRAMA: 0901 – Operações Especiais: Cumprimento de Sentenças Judiciais

0005 – Cumprimento de Sentença Judicial Transitada em Julgado (Precatórios)

Nesta ação, do total da dotação orçamentária de R\$ 763.262.444,00 houve a execução de 99,99%, totalizando R\$ 763.079.569,80. Não houve inscrição de Restos a Pagar.

00G5 - Contribuição da União, de suas autarquias e fundações para o custeio do regime de previdência dos servidores públicos federais decorrente do pagamento de Precatório e RPV

Esta ação destina-se ao pagamento das despesas de previdência, de servidores públicos federais, decorrentes de Sentenças Judiciais transitadas em julgado.

Do total previsto para a ação, de R\$ 64.427.888,00 foi executado apenas 17%. A baixa execução foi devido a previsão do Conselho da Justiça Federal para esta ação, haja vista que foi o primeiro ano da mesma.

0625 - Cumprimento de Senteça Judicial transitada em julgado de pequeno valor devida pela União, Autarquias e Fundações Públicas

Foram inscritos em Restos a Pagar não Processados o montante de R\$ 39.477.757,83. Houve a execução de 95,08% deste Encargo, ou seja, de um total de R\$ 802.144.502,00 foram executados efetivamente, 762.666.744,17.

Durante o exercício de 2010, foram pagos 117.217 requisitórios de pequeno valor, dentro do prazo legal de 60 dias estabelecido no artigo 17 da Lei 10.259/2001, que instituiu os Juizados Especiais Federais.

**PROGRAMAS DE OUTRAS UNIDADES ORÇAMENTÁRIAS EXECUTADAS
PELA JUSTIÇA FEDERAL DA 5ª REGIÃO:**

**PROGRAMA: 1389 – Controle da Atuação Administrativa e Financeira no
Poder Judiciário**

Quadro 9 – Programa 1389 – Controle da Atuação Administrativa e Financeira no Poder Judiciário

Ação: 11E6 Implantação de Sistema Integrado de Gestão da Informação Jurisdicional no Poder Judiciário (E-JUS)				
	Dotação		Execução	
	Orçamentária	Física	Financeira	Física
UO 12106	2.600.000,00	N/A	2.298.374,84	N/A

Fonte: SOFC/TRF5

Foi celebrado um Acordo de Cooperação entre o Tribunal Regional Federal da 5ª Região e o Conselho Nacional de Justiça para a implantação do Processo Judicial Eletrônico (PJe) no âmbito do Poder Judiciário.

O PJe traduz-se na Solução Unificada de Sistema Judicial desenvolvido pelo Tribunal Regional Federal da 5ª Região para controle e trâmite do Processo Judicial em formato eletrônico, nos termos da Lei nº11.419/2006. Trata-se de sistema com arquitetura elástica, podendo ser facilmente implementado em todos os ramos da justiça.

O sistema foi desenvolvido a partir das definições de necessidades realizada pela Justiça Federal no curso do ano de 2008, definições estas resultantes do trabalho de todos Tribunais Regionais Federais. Conceitualmente, o sistema é extremamente flexível em relação aos fluxos processuais, o que permite sua adoção pelos diversos segmentos do Judiciário sem a necessidade de reescrever o sistema, como hoje costuma acontecer.

Em 2010 houve repasses orçamentários do CNJ no valor total de R\$ 2.600.000,00 dos quais houve a execução de R\$ 2.298.374,84. Houve ainda, a inscrição em Restos a Pagar não Processados o montante de R\$ 301.625,16.

PROGRAMA: 0568 – Prestação Jurisdicional no Superior Tribunal de Justiça

Quadro 10 – Programa 0568 – Prestação Jurisdicional no Superior Tribunal de Justiça

Ação: 1H24 Implantação de Sistema Integrado de Gestão da Informação Jurisdicional II no Superior Tribunal de Justiça (E-JUS)				
	Dotação		Execução	
	Orçamentária	Física	Financeira	Física
UO 12106	137.755,06	N/A	137.755,06	N/A

Fonte: SOFC/TRF5

Foi celebrado um Acordo de Cooperação entre o Superior Tribunal de Justiça e a Justiça Federal do Ceará para a implantação do Sistema Fluxus no âmbito do STJ.

O Sistema Fluxus – Controle de Documentos e Processos Administrativos, Físicos e Virtuais é uma ferramenta de gestão integrada voltada para a área administrativa governamental, com ênfase em tramitação de documentos e processos, e abordagem de um Workflow Administrativo, mesclando elementos dos modelos Ad Hoc e de Produtividade.

No exercício 2010 houve o destaque do STJ no valor de R\$ 137.755,06 para a Justiça Federal do Ceará. A dotação orçamentária foi toda executada no próprio exercício, não havendo, portanto, inscrição em Restos a Pagar.

3.4. Desempenho Orçamentário e Financeiro

3.4.1. Programação Orçamentária da Despesa

Quadro 11 – Identificação das Unidades Orçamentárias (A.2.3)

Denominação das Unidades Orçamentárias	Código da UO	Código SIAFI da UGO
Tribunal Regional Federal da 5ª Região	12106	90031
Justiça Federal de 1º Grau – CE	12101	90006
Justiça Federal de 1º Grau – RN	12101	90007
Justiça Federal de 1º Grau – PB	12101	90008
Justiça Federal de 1º Grau – PE	12101	90009
Justiça Federal de 1º Grau – AL	12101	90010
Justiça Federal de 1º Grau – SE	12101	90011

Fonte: SOF/TRF5

a) Programação de Despesas Correntes

Quadro 12 – Programação de Despesas Correntes (A.2.4)

Valores em R\$ 1,00

Origem dos Créditos Orçamentários		Grupos de Despesas Correntes						
		1 – Pessoal e Encargos Sociais		2 – Juros e Encargos da Dívida		3- Outras Despesas Correntes		
		Exercícios		Exercícios		Exercícios		
		2009	2010	2009	2010	2009	2010	
LOA	Dotação proposta pela UO	113.579.594,00	128.922.970,00	-	-	23.332.827,00	25.775.729,00	
	PLOA	113.579.594,00	128.922.970,00	-	-	23.332.828,00	25.775.729,00	
	LOA	113.579.594,00	128.922.970,00	-	-	23.332.829,00	25.775.729,00	
CRÉDITOS	Suplementares	24.583.762,00	8.645.603,00	-	-	4.623.216,00	4.300.112,00	
	Especiais	Abertos	-	-	-	-	-	-
		Reabertos	-	-	-	-	-	-
	Extraordinários	Abertos	-	-	-	-	-	-
		Reabertos	-	-	-	-	-	-
Créditos Cancelados	-	-	-	-	-	(100.000,00)		
Outras Operações		-	-	-	-	-	-	
Total		138.163.356,00	137.568.573,00	-	-	27.956.045,00	29.975.841,00	

Fonte: SOF/TRF5

b) Programação de Despesas de Capital

Quadro 13 – Programação de Despesas de Capital (A.2.5)

Valores em R\$ 1,00

Origem dos Créditos Orçamentários		Grupos de Despesa de Capital						
		4 – Investimentos		5 – Inversões Financeiras		6- Amortização da Dívida		
		Exercícios		Exercícios		Exercícios		
		2009	2010	2009	2010	2009	2010	
LOA	Dotação proposta pela UO	3.500.000,00	2.015.000,00	-	-	-	-	
	PLOA	3.500.000,00	2.015.000,00	-	-	-	-	
	LOA	3.500.000,00	21.915.000,00	-	-	-	-	
CRÉDITOS	Suplementares	-	328.028,00	-	-	-	-	
	Especiais	Abertos	-	5.000.000,00	6.900.000,00	-	-	-
		Reabertos	-	-	-	-	-	-
	Extraordinários	Abertos	-	-	-	-	-	-
		Reabertos	-	-	-	-	-	-
	Créditos Cancelados	(1.900.000,00)	(13.900.000,00)	-	-	-	-	
Outras Operações		-	-	-	-	-	-	
Total		1.600.000,00	1.600.000,00	8.343.028,00	5.000.000,00	6.900.000,00	-	

Fonte: SOF/TRF 5

c) Quadro Resumo da Programação de Despesas

Quadro 14 – Quadro Resumo da Programação de Despesas (A.2.6)

Valores em R\$ 1,00

Origem dos Créditos Orçamentários		Despesas Correntes		Despesas de Capital		9 – Reserva de Contingência		
		Exercícios		Exercícios		Exercícios		
		2009	2010	2009	2010	2009	2010	
		LOA	Dotação proposta pela UO	136.912.421,00	154.698.699,00	3.500.000,00	2.015.000,00	-
PLOA	136.912.421,00		154.698.699,00	3.500.000,00	2.015.000,00	-	-	
LOA	136.912.421,00		154.698.699,00	3.500.000,00	21.915.000,00	-	-	
CRÉDITOS	Suplementares	29.206.978,00	12.945.715,00	-	328.028,00	-	-	
	Especiais	Abertos	-	-	5.000.000,00	6.900.000,00	-	-
		Reabertos	-	-	-	-	-	-
	Extraordinários	Abertos	-	-	-	-	-	-
		Reabertos	-	-	-	-	-	-
	Créditos Cancelados	-	(100.000,00)	(1.900.000,00)	(13.900.000,00)	-	-	
Outras Operações		-	-	-	-	-	-	
Total		166.119.399,00	167.544.414,00	6.600.000,00	15.243.028,00	-	-	

Fonte: SOF/TRF 5

d) Movimentação Orçamentária por Grupo de Despesa

Quadro 15 – Movimentação Orçamentária por Grupo de Despesa (A.2.7)

Valores em R\$ 1,00

Natureza da Movimentação de Crédito	UG concedente ou recebedora	Classificação da ação	Despesas Correntes			
			1 – Pessoal e Encargos Sociais	2 – Juros e Encargos da Dívida	3 – Outras Despesas Correntes	
Movimentação Interna	Recebidos	90001	12101 – 02061056942240001			10.213.525,00
	Recebidos	90001	12101 – 02061056942570001	361.619.572,00		52.444.611,01
	Recebidos	90001	12101 – 02122056909HB0001	64.276.847,00		
	Recebidos	90001	12101 – 02122059611360001			1.681.538,00
	Recebidos	90001	12101 – 02122056937550001			2.778.877,00
	Recebidos	90001	12101 – 02126059637570001			5.990.432,51
	Recebidos	90001	12101 – 02128056940910001			1.200.000,00
	Recebidos	90001	12101 – 02301056920040001			6.480.000,00
	Recebidos	90001	12101 – 02306056920120001			18.260.229,00
	Recebidos	90001	12101 – 02331056920110001			446.756,00
	Recebidos	90001	12101 – 02365056920100001			2.814.000,00
	Recebidos	90001	12101 – 09272008903960001	80.904.889,00		
Movimentação Externa	Recebidos	40003	17101 – 02126138911E60001			2.600.000,00
	Recebidos	173057	25201 – 28846090100050001	2.481,00		236.507,00
	Recebidos	173057	25201 – 28846090100G50001	332		
	Recebidos	173039	25208 – 28846090100050001	221.996,00		
	Recebidos	173039	25208 – 28846090100G50001	29.701,00		
	Recebidos	153037	26231 – 28846090100050027	6.294.771,00		
	Recebidos	153037	26231 – 28846090100G50001			12.236,00
	Recebidos	153037	26231 – 28846090100G50001	879.997,00		
	Recebidos	153045	26233 – 28846090100050023	1.335.788,00		
	Recebidos	153045	26233 – 28846090100050023			6.578,00

Recebidos	153045	26233 – 28846090100G50001	480.665,00		
Recebidos	153065	26240 – 28846090100050025	2.078.750,00		
Recebidos	153065	26240 – 28846090100050025			266.744,00
Recebidos	153065	26240 – 28846090100G50001	826.765,00		
Recebidos	153080	26242 – 28846090100050026	5.746.476,00		
Recebidos	153080	26242 – 28846090100G50001	768.859,00		
Recebidos	153103	26243 – 28846090100050024	1.022.437,00		
Recebidos	153103	26243 – 28846090100050024			50.714,00
Recebidos	153103	26243 – 28846090100G50001	666.262,00		
Recebidos	153165	26248 – 28846090100050016	1.424.999,00		
Recebidos	153165	26248 – 28846090100G50001	190.653,00		
Recebidos	154050	26281 – 28846090100050028	1.917.547,00		
Recebidos	154050	26281 – 28846090100G50001	256.552,00		
Recebidos	344002	26292 – 28846090100050026	35.767,00		
Recebidos	344002	26292 – 28846090100G50001	4.785,00		
Recebidos	158147	26402 – 28846090100050027	108.482,00		
Recebidos	158147	26402 – 28846090100050027			21.222,00
Recebidos	158147	26402 – 28846090100G50001	14.514,00		
Recebidos	158133	26405 – 28846090100050023	2.094.483,00		
Recebidos	158133	26405 – 28846090100G50001	280.225,00		
Recebidos	158138	26417 – 28846090100050025	1.754.897,00		
Recebidos	158138	26417 – 28846090100G50001	234.790,00		
Recebidos	158136	26418 – 28846090100050026	942.272,00		
Recebidos	158136	26418 – 28846090100G50001	126.068,00		
Recebidos	158134	26423 – 28846090100050028	1.557.960,00		
Recebidos	158134	26423 – 28846090100G50001	208.442,00		

Recebidos	158155	26435 – 28846090100050024	840.089,00		
Recebidos	158155	26435 – 28846090100050024			71.374,00
Recebidos	158155	26435 – 28846090100G50001	112.426,00		
Recebidos	194088	30202 – 28846090100050001	29.427,00		
Recebidos	194088	30202 – 28846090100050001			20.963,00
Recebidos	194088	30202 – 28846090100G50001	3.937,00		
Recebidos	510002	33201 – 28846090100050001	52.680.216,00		
Recebidos	510002	33201 – 28846090100050001			4.271.595,00
Recebidos	510002	33201 – 28846090100G50001	7.432.705,00		
Recebidos	510002	33904 – 28846090100050001			228.114.880,00
Recebidos	510002	33904 – 28846090106250001			461.065.483,00
Recebidos	255000	36211 – 28846090100050001	12.271.131,00		
Recebidos	255000	36211 – 28846090100050001			1.683.480,00
Recebidos	255000	36211 – 28846090100G50001	1.641.776,00		
Recebidos	393003	39252 – 28846090100050001	99.840,00		
Recebidos	393003	39252 – 28846090100050001			890.002,00
Recebidos	393003	39252 – 28846090100G50001	13.358,00		
Recebidos	403101	42204 – 28846090100050001			15.812,00
Recebidos	193034	44201 – 28846090100050001	4.262.889,00		
Recebidos	193034	44201 – 28846090100G50001	570.339,00		
Recebidos	114601	47205 – 28846090100050001	225.482,00		
Recebidos	114601	47205 – 28846090100G50001	30.168,00		
Recebidos	373001	49201 – 28846090100050001	3.733.382,00		
Recebidos	373001	49201 – 28846090100050001			1.062.673,00
Recebidos	373001	49201 – 28846090100G50001	661.033,00		
Recebidos	113802	53204 – 28846090100050001	7.018.815,00		
Recebidos	113802	53204 – 28846090100050001			274.879,00

	Recebidos	113802	53204 – 28846090100G50001	985.265,00		
	Recebidos	330013	55901 – 28846090100050001			8.544.135,00
	Recebidos	330013	55901 – 28846090106250001			90.095.335,00
	Recebidos	201009	71103 – 28846090100050001	285.700.500,00		
	Recebidos	201009	71103 – 28846090100050001			96.890.515,00
	Recebidos	201009	71103 – 28846090100G50001	48.008.271,00		
	Recebidos	201009	71103 - 28846090106250001	243.110.143,00		
	Recebidos	201009	71103 - 28846090106250001			7.440.967,00
	Recebidos	50001	11101 – 0212605681H240001			137.755,06
				Despesas de Capital		
						6 –
	Natureza da Movimentação de Crédito	UG concedente ou reecedora	Classificação da ação	4 – Investimentos	5 – Inversões Financeiras	Amortização da Dívida
	Recebidos	90001	12101 – 02061059642570001	3.614.544,00		
	Recebidos	90001	12101 – 02122056910SH0101	695.391,00		
	Recebidos	90001	12101 – 02122056911360001	1.791.000,00		
	Recebidos	90001	12101 – 02122056911YR0101	1.489.489,00		
	Recebidos	90001	12101 – 02122056912OZ0101	5.141.617,00		
	Recebidos	90001	12101 – 02122056912PO0101		10.000.000,00	
	Recebidos	90001	12101 – 02122056912YS0101	3.000.000,00		
	Recebidos	90001	12101 – 0212205691B150101	4.125.473,00		
	Recebidos	90001	12101 – 02122056937550001	6.769.775,00		
	Recebidos	90001	12101 – 02122056937550026	150.000,00		
	Recebidos	90001	12101 – 021220569375500056	100.000,00		
	Movimentação Interna	Recebidos	90001	12101 – 02126056937570001	3.153.934,00	
	Movimentação Externa	Recebidos	193034	44201 – 28846090100050001		63.774,00
		Recebidos	373001	49201 – 28846090100050001		25.008.055,00
		Recebidos	113802	53204 – 28846090100050001		1.721.695,00

	Recebidos		71103 – 28846090100050001		633.734,00	
		201009				
	Recebidos		71103 - 28846090106250001		432.574,00	
		201009				

Fonte: SOF/TRF5

As descentralizações orçamentárias internas recebidas da UG 090001 CJF, são destinadas à Justiça Federal de Primeiro Grau sempre dentro dos limites orçamentários aprovados na LOA 2010.

As descentralizações externas, em sua maioria, são referentes a dotações orçamentárias para pagamento de Sentenças Judiciais transitadas em julgado (precatórios) devidas pelas Autarquias e Fundações Públicas.

3.4.2. Execução Orçamentária da Despesa

a) Execução Orçamentária de Crédito Originários da UJ

Despesa por modalidade de Licitação

Quadro 16 – Despesas por Modalidade de Contratação dos Créditos Originários da UJ (A.2.8)

Valores em R\$
1,00

Modalidade de Contratação	Despesa Liquidada		Despesa Paga	
	2009	2010	2009	2010
Modalidade de Licitação				
Convite				
Tomada de Preços		11.090,16		11.090,16
Concorrência				
Pregão	9.667.292,79	10.306.798,77	9.627.612,94	10.274.186,33
Concurso				
Consulta				
Registro de Preços				
Contratações Diretas				
Dispensa	2.438.787,03	9.900.692,37	2.437.492,10	9.899.385,32
Inexigibilidade	2.500.648,61	2.303.744,49	2.471.802,93	2.303.450,65
Regime de Execução Especial				
Suprimento de Fundos	14.641,30	10.102,69	14.641,30	10.102,69
Pagamento de Pessoal				
Pagamento de Folha	137.567.687,93	139.113.888,23	137.567.687,93	139.113.888,23
Diárias	615.064,21	685.939,41	615.064,21	685.939,41
Outros	592.981.693,29	9.787.735,84	580.846.767,79	9.787.447,00

Fonte: SOFC/TRF5

Despesas Correntes por Grupo e Elemento de Despesas

Quadro 17 – Despesas Correntes por Grupo e Elemento de Despesa dos créditos originários da UJ (A.2.9)

Valores em R\$ 1,00

Grupos de Despesa	Despesa Empenhada		Despesa Liquidada		RP não Processados		Valores Pagos	
	2009	2010	2009	2010	2009	2010	2009	2010
1 - Despesas de Pessoal	622.135.354	643.314.998	621.692.585	643.314.998	442.769	115.654	621.692.585	643.183.922
319011	436.790.893	454.228.236	436.762.968	454.228.236	27.926	59.571	436.762.968	454.163.973
319013	80.106.853	80.219.877	80.104.385	80.219.877	2.469	10.105	80.104.384	80.209.772
319001	67.659.840	71.545.131	67.659.840	71.545.131	-	-	67.659.840	71.545.131
Demais elementos do grupo	37.577.767	37.321.754	37.165.392	37.321.754	412.375	45.978	37.165.392	37.265.045
2 - Juros e Encargos da Dívida	-	-	-	-	-	-	-	-
3 - Outras Despesa Correntes	118.729.340	134.102.495	101.138.277	134.102.495	17.591.063	19.100.167	100.757.778	114.902.316
339039	48.398.999	51.522.467	38.674.402	51.522.467	9.724.597	13.999.472	38.542.920	37.466.264
339046	21.466.568	23.074.278	21.463.951	23.074.278	2.617	859	21.463.951	23.073.419
339037	13.069.144	18.798.418	11.441.570	18.798.418	1.627.574	3.583.775	11.257.263	15.208.884
Demais elementos do grupo	35.794.630	40.707.333	29.558.354	40.707.333	6.236.276	1.516.061	29.493.645	39.153.750

Fonte: SOFC/TRF5

Despesas de Capital por Grupo e Elemento de Despesa

Quadro 18 – Despesas de Capital por Grupo e Elemento de Despesa dos créditos originários da UJ (A.2.10)

Valores em R\$ 1,00

Grupos de Despesa	Despesa Empenhada		Despesa Liquidada		RP não Processados		Valores Pagos	
	2009	2010	2009	2010	2009	2010	2009	2010
4 - Investimentos	7.588.685	30.190.322	2.424.962	30.190.322	5.163.722	23.181.963	2.424.053	7.007.272
449051	4.346.637	20.047.199	1.916.513	20.047.199	2.430.123	15.527.311	1.916.513	4.519.778
449052	3.242.048	10.137.908	508.449	10.137.908	2.733.599	7.654.652	507.540	2.482.280
449092	-	5.214	-	5.214	-	-	-	5.214
Demais elementos do grupo	-	-	-	-	-	-	-	-

5 - Inversões Financeiras	-	16.900.000	-	16.900.000	-	10.000.000	-	6.900.000
459061	-	16.900.000	-	16.900.000	-	10.000.000	-	6.900.000
6 - Amortização da Dívida	-	-	-	-	-	-	-	-

Fonte: SOFC/TRF5

Na análise da execução, observa-se que em 2010 não houve alterações substanciais nos grupos de despesas de pessoal e custeio, tendo variado, basicamente, por conta dos reajustes contratuais previstos em Lei.

Em relação aos investimentos com obras, instalações e aquisições, vale ressaltar a Aquisição de Imóvel para o funcionamento do TRF da 5ª Região, no valor de R\$ 6.900.000,00 e também, o projeto de Aquisição área do Edifício Raul Barbosa para Sede da Justiça Federal em Fortaleza-CE, no valor de R\$ 10.000.000,00 totalizando, R\$ 16.900.000,00 em inversões financeiras.

A Justiça Federal do Ceará, há vários anos, enfrenta problemas de espaço físico para abrigar os seus Magistrados e servidores. Para resolver o problema, foi assinado o contrato de Promessa de Compra e Venda das áreas restantes do Edifício Raul Barbosa, atual Sede da Justiça Federal em Fortaleza-CE e que, o BNB ainda ocupa alguns andares. Os andares a serem adquiridos contam com uma área de 6.927,07m2.

b) Execução Orçamentária de Créditos Recebidos pela UJ por Movimentação

Despesa por Modalidade de Contratação dos Créditos Recebidos por Movimentação

Quadro 19 – Despesas por modalidade de contratação de créditos recebidos por movimentação UJ (A.2.11)
Valores em R\$ 1,00

Modalidade de Contratação	Despesa Liquidada		Despesa Paga	
	2009	2010	2009	2010
Modalidade de Licitação				
Convite	344.131,29	609.667,17	344.131,29	609.667,17
Tomada de Preços	1.404.534,29	521.395,82	1.404.534,29	521.395,82
Concorrência	4.248.572,50	3.996.658,09	4.248.572,50	3.996.658,09
Pregão	26.930.346,77	35.268.859,95	26.670.914,81	35.239.403,58
Concurso	-	-	-	-
Consulta	-	-	-	-

Registro de Preços	-	-	-	-
Contratações Diretas				
Dispensa	4.901.546,57	5.025.604,07	4.899.450,22	5.023.667,17
Inexigibilidade	4.161.199,72	3.713.111,45	4.157.737,53	3.712.815,87
Regime de Execução Especial				
Suprimento de Fundos	33.139,71	32.097,02	33.139,71	32.097,02
Pagamento de Pessoal				
Pagamento de Folha	494.339.628,64	518.348.142,81	494.339.628,64	518.321.617,22
Diárias	784.927,84	1.112.621,00	784.927,84	1.112.621,00
Outros	1.124.347.180,62	1.574.282.358,47	1.082.276.775,70	1.574.225.873,00

Fonte: SOFC/TRF5

Despesa Corrente por Grupo e Elemento de Despesa dos Créditos Recebidos por Movimentação

Quadro 20 – Despesas Corrente por Grupo e Elemento de Despesa dos créditos recebidos por movimentação (A 2.12)

Valores em R\$ 1,00

Grupos de Despesa	Despesa Empenhada		Despesa Liquidada		RP não Processados		Valores Pagos	
	2009	2010	2009	2010	2009	2010	2009	2010
1 - Despesas de Pessoal	485.457.879	506.068.522	485.015.110	506.068.522	442.770	115.654	485.015.110	505.937.446
319011	336.168.879	352.732.211	336.140.953	352.732.211	27.926	59.571	336.140.953	352.667.949
319013	61.240.075	63.905.610	61.237.607	63.905.610	2.469	10.105	61.237.607	63.895.505
319001	57.601.413	60.710.774	57.601.413	60.710.774	-	-	57.601.413	60.710.774
Demais elementos do grupo	30.447.512	28.719.926,61	30.035.137	28.719.926,61	412.375	45.978	30.035.137	28.663.218
2 - Juros e Encargos da Dívida	-	-	-	-	-	-	-	-
3 - Outras Despesa Correntes	82.755.275	95.572.760	70.828.583	95.572.760	11.926.694	11.280.191	70.517.612	84.241.825
339039	26.902.342	29.236.899	21.676.786	29.236.899	5.225.556	7.583.115	21.592.714	21.640.307
339046	16.749.229	18.205.191	16.746.612	18.205.191	2.617	830	16.746.612	18.204.361
339037	9.825.417	14.751.031	8.476.085	14.751.031	1.349.333	2.638.762	8.297.537	12.112.269
Demais elementos do grupo	29.278.287	33.379.639	23.929.100	33.379.639	5.349.188	1.057.483	23.880.749	32.284.889

Fonte: SOFC/TRF5

Despesa de Capital por Grupo e Elemento de Despesa dos Créditos Recebidos por Movimentação

Quadro 21 – Despesas de Capital por Grupo e Elemento de Despesa dos créditos recebidos por movimentação (A.2.13)

Valores em R\$ 1,00

Grupos de Despesa	Despesa Empenhada		Despesa Liquidada		RP não Processados		Valores Pagos	
	2009	2010	2009	2010	2009	2010	2009	2010
4 - Investimentos	7.588.685	21.398.501	2.424.962	21.398.501	5.163.722	15.005.470	2.424.053	6.392.054
449051	4.346.637	12.701.635	1.916.513	12.701.635	2.430.123	8.414.144	1.916.513	4.287.490
449052	3.242.048	8.691.652	508.449	8.691.652	2.733.599	6.591.326	507.540	2.099.350
449092	-	5.214	-	5.214	-	-	-	5.214
Demais elementos do grupo	-	-	-	-	-	-	-	-
5 - Inversões Financeiras	-	10.000.000	-	10.000.000	-	10.000.000	-	-
459061	-	10.000.000	-	10.000.000	-	10.000.000	-	-
6 - Amortização da Dívida	-	-	-	-	-	-	-	-

Fonte: SOFC/TRF5

O CJF, por meio da Unidade Gestora (UG) 090001, que pertence à Unidade Orçamentária 12.101, concentra todo o orçamento da Justiça Federal de 1º Grau. Na Justiça Federal da 5ª Região, representada pela UG Orçamentária 090036, por meio de critérios preestabelecidos, o CJF distribui, através de provisões, o orçamento para as Unidades Gestoras que compõem a JF5.

O TRF da 5ª Região, através da UG orçamentária 090036, distribui o orçamento recebido por movimentação interna do CJF para as 6 Unidades Jurisdicionadas. Cada Unidade Jurisdicionada tem o seu Ordenador de Despesas e é responsável pela sua própria execução orçamentária e financeira.

Portanto, do ponto de vista de movimentação interna de recursos, todo o orçamento recebido do CJF para a Justiça Federal da 5ª Região é distribuído entre as UGs que a compõem.

Mensalmente, o TRF realiza a Programação Financeira de toda a UJ, compreendendo um conjunto de atividades com o objetivo de ajustar o ritmo de execução do orçamento ao

fluxo de recursos financeiros. A Programação Financeira é enviada mensalmente para o CJF, que também centraliza a distribuição de recursos financeiros de toda a Justiça Federal de 1º e 2º Graus.

3.4.3. Indicadores Institucionais

Relacionam-se abaixo os indicadores utilizados para monitorar o desempenho da 5ª Região no exercício de 2010:

a) Média de processos julgados e distribuídos por magistrado

Este indicador espelha o percentual dos processos julgados em relação ao somatório dos processos distribuídos, conforme fórmula a seguir:

$$PJMg = \frac{PJ}{Mg}$$

Onde:

PJMg: Processos Julgados por Magistrados

PJ: Processos Julgados no ano

Mg: Quantidade de Magistrados Ativos da Justiça Federal da 5ª Região

Quadro 22 - Média de processos julgados por Magistrado JF5

	2007	2008	2009	2010
Nº de Magistrados	142	165	161	178
Julgados/Magistrado	2.304	2.092	2.278	1919

Fonte: Corregedoria Regional, Secretaria Judiciária e Subsecretaria de Pessoal do TRF5

Analisando-se a evolução histórica do indicador, mais especificamente os anos de 2009 e 2010, observa-se uma pequena redução da produtividade dos magistrados, tal fato se dá pelo fato de 10 novos Juízes Federais Substitutos terem entrado em exercício apenas em 03 de julho de 2010.

b) Processos Distribuídos por Magistrados

Este indicador possibilita a análise da capacidade de julgamento com relação ao volume de processos distribuídos na Justiça Federal da 5ª Região, conforme fórmula a seguir:

$$PDMg = \frac{PD}{Mg}$$

Onde:

PDMg: Processos Distribuídos por Magistrados

PD: Processos Distribuídos no ano

Mg: Quantidade de Magistrados Ativos da Justiça Federal da 5ª Região

Quadro 23 - Média de processos julgados por Magistrado JF5

	2007	2008	2009	2010
Nº de Magistrados	142	165	161	178
Distribuídos/Magistrados	2.466	2.139	2.298	1.911

Fonte: Corregedoria Regional, Secretaria Judiciária e Subsecretaria de Pessoal do TRF5

Analisando-se a evolução histórica do indicador, mais especificamente os anos de 2009 e 2010, observa-se uma pequena redução da produtividade dos magistrados, tal fato se dá pelo fato de 10 novos Juízes Federais Substitutos terem entrado em exercício apenas em 03 de julho de 2010.

c) Taxa Despesa Executada Total

Este indicador mensura percentualmente a despesa total executada pela JF5, correspondendo às despesas realizadas para sua manutenção (pessoal, despesa e investimento), à exceção do montante destinado ao pagamento de sentenças judiciais de outros órgãos da União Federal (requisitórios de pagamento). A seguir, a fórmula para o seu cálculo:

$$Taxa\ DET = \frac{DET - (Prec + RPV)}{DET} \times 100$$

Onde,

DET: Despesa Total Executada pela JF5

Prec: Total executado para Precatórios

RPV: Total executado RPV

Quadro 24 - Composição Despesa Executada Total

Despesa executada (DET)	2.400.846.994,45	
Precatório	774.194.677,55	31,78%
RPV	802.144.502,00	31,77%
Despesa Real (DR)	824.507.814,90	36,45%

Fonte: SOFC/TRF5

Quadro 25 – Composição Despesa Executada Total – Evolução histórica

	2008	2009	2011
Despesa Real	33%	31%	36%

Fonte: SOFC/TRF5

Este indicador demonstra que, no exercício de 2010, do total de R\$ 2.400.846.994,45 executados pela Justiça Federal da 5ª Região, apenas 36% correspondem a despesas para o seu funcionamento e manutenção.

4. Restos a Pagar

Quadro 26 – Situação dos Restos a Pagar de Exercícios Anteriores

Valores em R\$
1,00

Restos a Pagar Processados				
Ano de Inscrição	Montante Inscrito	Cancelamentos acumulados	Pagamentos acumulados	Saldo a Pagar em 31/12/2010
2009	381.745,03	55.608,19	325.607,72	529,12
2008	3.030.666,60	709.828,03	2.316.562,41	4.276,16
2007	215.455,14	82.222,57	132.950,67	281,9
2006	98.843,10	13.595,43	78.402,86	6.844,81
Restos a Pagar não Processados				

Ano de Inscrição	Montante Inscrito	Cancelamentos acumulados	Pagamentos acumulados	Saldo a Pagar em 31/12/2010
2009	84.946.945,03	526.471,10	65.240.577,52	19.179.896,41
2008	31.139.164,22	2.392.893,37	28.264.205,16	482.065,69
2007	101.566.869,05	5.877.848,67	95.370.413,63	318.606,75

Fonte: SOF/TRF5

Os Restos a Pagar Não Processados dos anos de 2007 e 2008, são valores remanescentes de empenhos referentes a contratos e despesas ordinárias, que já deveriam ter seus saldos cancelados. Provavelmente, ficaram empenhados e não houve a baixa automática do sistema SIAFI no ano subsequente. Estes empenhos serão analisados e terão os seus saldos anulados para regularização dos Restos a Pagar. Os valores referentes ao exercício 2009 também terão seus saldos avaliados e, se for o caso, os empenhos cujas obrigações se extinguíram terão seus saldos anulados.

Já em relação aos Restos a Pagar Processados, todos os empenhos serão analisados, haja vista que a despesa já foi liquidada e, portanto, deveria ter sido paga. Ao longo do exercício 2011, os processos são analisados pelos responsáveis da Subsecretaria de Orçamento, Finanças e Contabilidade e também, pelos gestores dos respectivos contratos, a fim de viabilizar a solução das pendências, tendo e providenciar a anulação dos empenhos de RP que não apresentavam mais justificativas para manutenção de seus saldos.

5. Recursos Humanos

5.1. Composição do Quadro de Servidores Ativos

Quadro 27 - Composição do quadro de Recursos Humanos - situação apurada em 31/12/2010 (A 5.1)

Tipologias dos Cargos	Lotação		Ingressos em 2010	Egressos em 2010
	Autorizada	Efetiva		
1 Provimento de cargo efetivo	3224	3178	80	50
1.1 Membros de poder e agentes políticos	193	168	16	9
1.2 Servidores de Carreira	2807	2786	46	31
1.2.1 Servidor de carreira vinculada ao órgão	2750	2729	45	29
1.2.2 Servidor de carreira em exercício descentralizado	0	0	0	0
1.2.3 Servidor de carreira em exercício provisório	57	57	1	2

1.2.4	Servidor requisitado de outros órgãos e esferas	0	0	0	0
1.3	Servidores com Contratos Temporários	0	0	0	0
1.4	Servidores Cedidos ou em Licença	224	224	18	10
1.4.1	Cedidos	-	94	7	7
1.4.2	Removidos	-	102	8	2
1.4.3	Licença remunerada	-	20	1	0
1.4.4	Licença não remunerada	-	8	2	1
2	Provimento de cargo em comissão	2628	2438	130	64
2.1	Cargos Natureza Especial	0	0	0	0
2.2	Grupo Direção e Assessoramento superior	199	199	13	13
2.2.1	Servidor de carreira vinculada ao órgão	-	119	4	5
2.2.2	Servidor de carreira em exercício descentralizado	-	0	0	0
2.2.3	Servidor de outros órgãos e esferas	-	44	7	2
2.2.4	Sem vínculo	-	36	2	6
2.2.5	Aposentado	-	0	0	0
2.3	Funções gratificadas	2429	2239	117	51
2.3.1	Servidor de carreira vinculada ao órgão	-	1636	22	14
2.3.2	Servidor de carreira em exercício descentralizado	-	0	0	0
2.3.3	Servidor de outros órgãos e esferas	-	603	95	37
3	Total	5852	5616	210	114

Fonte: SP/TRF5

Quadro 28 – Composição do quadro de recursos humanos por faixa etária – situação apurada em 31/12/2010 (A.5.4.2)

Tipologias do Cargo	Faixa Etária (anos)				
	Até 30	De 31 a 40	De 41 a 50	De 51 a 60	Acima de 60
1. Provimento de cargo efetivo	391	988	1098	375	61
1.1. Membros de poder e agentes políticos	20	82	35	20	11
1.2. Servidores de Carreira	348	821	970	316	48
1.3. Servidores com Contratos Temporários	5	6	2	5	0
1.4. Servidores Cedidos ou em Licença	18	79	91	34	2
2. Provimento de cargo em comissão	313	840	967	310	118
2.1. Cargos de Natureza Especial	0	0	0	0	0
2.2. Grupo Direção e Assessoramento Superior	19	83	76	17	69
2.3. Funções gratificadas	294	757	891	293	49

Fonte: Sistema SARH / JF 5ª Região

Quadro 29 - Composição do quadro de recursos humanos por faixa etária – situação apurada em 31/12/2010 (A5.3)

Tipologias do Cargo	Nível de Escolaridade								
	1	2	3	4	5	6	7	8	9
1. Provimento de cargo efetivo	0	0	4	22	337	1474	883	44	8
1.1. Membros de poder e agentes políticos	0	0	0	0	0	127	23	12	6
1.2. Servidores de Carreira	0	0	4	20	309	1251	766	31	2
1.3. Servidores com Contratos Temporários	0	0	0	0	0	0	0	0	0
1.4. Servidores Cedidos ou em Licença	0	0	0	2	28	96	94	1	0

2. Provimento de cargo em comissão	0	0	10	24	301	915	503	24	0
2.1. Cargos de Natureza Especial	0	0	0	0	0	0	0	0	0
2.2. Grupo Direção e Assessoramento Superior	0	0	0	0	3	55	33	6	0
2.3. Funções gratificadas	0	0	10	24	298	860	470	18	0

LEGENDA

Nível de Escolaridade

1 - Analfabeto; 2 - Alfabetizado sem cursos regulares; 3 - Primeiro grau incompleto; 4 - Primeiro grau; 5 - Segundo grau ou técnico; 6 - Superior; 7 - Aperfeiçoamento / Especialização / Pós-Graduação; 8 - Mestrado; 9 - Doutorado; 10 - Não Classificada.

Fonte: Sistema SARH / JF 5ª Região

5.2. Composição do Quadro de Servidores Inativos e Pensionistas

Quadro 30 - Composição do quadro de servidores inativos – situação apurada em 31/12/2010 (A .5.4)

Regime de proventos / Regime de aposentadoria	Quantitativo de Servidores	Aposentadorias em 2010
1 Integral	243	17
1.1 Voluntária	182	12
1.2 Compulsório	12	2
1.3 Invalidez Permanente	49	3
1.4 Outras	0	0
2 Proporcional	111	1
2.1 Voluntária	103	0
2.2 Compulsório	4	0
2.3 Invalidez Permanente	4	1
2.4 Outras	0	0

Fonte: Sistema SARH / JF 5ª Região

Quadro 31 – Composição do quadro de instituidores de pensão – situação apurada em 31/12/2010 (a.5.5)

Regime de proventos originário do servidor	Quantitativo de Beneficiários	Pensões concedidas em 2010
1. Integral	69	5
2. Proporcional	89	1

Fonte: Sistema SARH / JF 5ª Região

5.3. Composição do Quadro de Estagiários

Quadro 32 – Composição do quadro de estagiários

Nível de escolaridade	Quantitativo de contratos de estágio vigentes				Custo do exercício (Valores em R\$ 1,00)
	1º Trimestre	2º Trimestre	3º Trimestre	4º Trimestre	
Nível superior	543	498	577	578	R\$ 4.920.856,42
▪ Área Fim	445	396	461	461	-
▪ Área Meio	98	102	116	117	-
Nível Médio	341	344	352	361	R\$ 1.276.244,08
▪ Área Fim	239	242	249	258	-
▪ Área Meio	102	102	103	103	-

Fonte: SP/TRF5 e Seções Judiciárias da 5ª Região

5.4. Quadro de Custos de Recursos Humanos

Quadro 33 – Quadro de custos de recursos humanos nos exercícios de 2008, 2009 e 2010 (A.5.7)

Valores em R\$ 1,00

Tipologias / Exercícios	Vencimentos e vantagens fixas	Despesas Variáveis						Total
		Retribuições	Gratificações	Adicionais	Indenizações	Benefícios Assistenciais e previdenciários	Demais despesas variáveis	
Membros de poder e agentes políticos								
2008	28.108.920,37	275.214,90	3.339.763,97	1.930.951,84	1.082.366,43	66.205,00	0,00	34.803.422,51
2009	39.381.202,31	384.611,70	3.512.339,75	2.562.176,66	404.174,56	107.030,00	0,00	46.351.534,98
2010	42.912.154,14	415.309,65	5.135.118,07	3.008.025,80	473.640,83	226.470,00	0,00	52.170.718,49
Servidores de Carreira que não ocupam cargo de provimento em comissão								
2008	174.228.000,95	35.680.153,66	28.162.366,71	15.284.067,74	4.066.671,00	13.868.559,69	0,00	271.289.819,75
2009	255.661.045,61	44.568.532,17	26.292.194,38	15.836.106,37	4.650.927,12	18.929.246,05	0,00	365.938.051,70
2010	261.588.268,40	46.716.397,50	38.911.918,78	18.874.375,38	4.571.344,40	3.051.117,35	0,00	373.713.421,81
Servidores com Contratos Temporários								
2008	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
2009	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
2010	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Servidores Cedidos com ônus ou em Licença								
2008	19.139.966,97	938.418,92	2.710.029,42	1.679.789,92	58.201,73	882.139,82	0,00	25.408.546,78
2009	22.636.012,95	743.085,28	2.033.366,19	1.353.392,00	67.571,37	1.048.827,89	0,00	27.882.255,68
2010	22.540.713,15	607.941,08	3.053.629,60	1.618.980,84	12.115,86	150.601,40	0,00	27.983.981,93
Servidores ocupantes de Cargos de Natureza Especial								
2008	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
2009	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
2010	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Servidores ocupantes de cargos do Grupo Direção e Assessoramento Superior								
2008	0,00	2.831.038,39	364.971,77	124.760,98	118.091,72	210.648,72	0,00	3.649.511,58
2009	0,00	3.555.372,62	282.102,89	92.508,44	86.103,65	215.475,01	0,00	4.231.562,61
2010	0,00	3.672.907,88	433.443,01	138.881,83	47.393,60	31.950,00	0,00	4.324.576,32
Servidores ocupantes de Funções gratificadas								
2008	0,00	10.413.093,44	1.299.641,53	529.161,90	518.329,53	2.356.405,27	0,00	15.116.631,67
2009	0,00	13.454.364,21	1.157.244,23	441.621,66	408.908,34	2.983.581,06	0,00	18.445.719,50
2010	0,00	15.306.133,16	1.858.984,54	633.542,46	456.512,82	453.105,00	0,00	18.708.277,98

Fonte: SP/TRF5 e Seções Judiciárias da 5ª Região

5.5. Contratos de prestação de serviços com locação de mão de obra

Quadro 34 Contratos de prestação de serviços de limpeza e higiene e vigilância ostensiva TRF5 (A.5.8)

Unidade Contratante
Nome: TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL DA 5ª REGIÃO

UG/Gestão: 090031							CNPJ: 24.130.072/0001-11						
Informações sobre os contratos													
Ano do contrato	Área	Nat.	Identificação do Contrato	Empresa Contratada (CNPJ)	Período contratual de execução das atividades contratadas		Nível de Escolaridade exigido dos trabalhadores contratados						Sit.
					Início	Fim	F		M		S		
							P	C	P	C	P	C	
2006	L	O	11/2006	09.863.853/0001-21	9/1/2006	10/03/2011	25	25	60	60	5	5	P
2006/2011	V	O	31/2006	02.023.407/0002-40	jun/06	jun/11	61	61	0	0	0	0	A
Observação: Não há registro.													
Unidade Contratante													
Nome: Justiça Federal de Primeiro Grau - AL													
UG/Gestão: 090010							CNPJ: 05.419.211/0001-87						
Informações sobre os contratos													
Ano do contrato	Área	Nat.	Identificação do Contrato	Empresa Contratada (CNPJ)	Período contratual de execução das atividades contratadas		Nível de Escolaridade exigido dos trabalhadores contratados						Sit.
					Início	Fim	F		M		S		
							P	C	P	C	P	C	
2008	L	O	005/2008	02.636.960/0001-78	1/2/2008	31/1/2011	8	08	0	0	0	0	P
2009	L	O	020/2009	09.198.704/0001-95	6/7/2009	5/7/2011	1	1	0	0	0	0	P
2009	L	O	028/2009	09.198.704/0001-95	1/10/2009	31/8/2011	29	29	1	1	0	0	A
2009	V	O	022/2009	12.498.861/0001-19	7/8/2009	6/8/2011	0	0	6	6	0	0	P
2009	V	O	005/2009	12.498.861/0001-19	31/1/2009	30/1/2011	0	0	22	22	0	0	P
2010	V	O	005/2010	12.498.861/0001-19	1/2/2010	31/1/2011	0	0	14	14	0	0	P
2010	V	O	016/2010	00.621.158/0005-01	18/5/2010	31/10/2010	0	0	33	33	0	0	E
2010	V	O	033/2010	12.498.861/0001-19	1/11/2010	17/5/2011	0	0	33	33	0	0	A
Observação: Não há registro.													
Unidade Contratante													
Nome: Justiça Federal de Primeiro Grau - CE													
UG/Gestão: 090006							CNPJ:05424487/0001-53						
Informações sobre os contratos													
Ano do contrato	Área	Nat.	Identificação do Contrato	Empresa Contratada (CNPJ)	Período contratual de execução das atividades contratadas		Nível de Escolaridade exigido dos trabalhadores contratados						Sit.
					Início	Fim	F		M		S		
							P	C	P	C	P	C	
2008	L	O	06/2008	02.590.700/0001-09	mar/08	03/2012	50	50	03	03	0	0	P
2010	V	O	68/2010	86.960.598/0001-30	dez/10	dez/11	0	0	0	0	0	0	A
Observação: O contrato 68/2010 não prevê nível de escolaridade.													
Unidade Contratante													
Nome: Justiça Federal de Primeiro Grau - PB													
UG/Gestão: 090008/00001							CNPJ: 05.433.643/0001-42						

Informações sobre os contratos													
Ano do contrato	Área	Nat.	Identificação do Contrato	Empresa Contratada (CNPJ)	Período contratual de execução das atividades contratadas		Nível de Escolaridade exigido dos trabalhadores contratados						Sit.
							F		M		S		
					Início	Fim	P	C	P	C	P	C	
2010	V	O	05/2010	10.566.345/0001-60	28/5/2010	28/11/12	0	12	0	11	0	0	A
2008	L	O	23/2008	07.395.989/0001-29	12/12/2008	18/5/2011	0	18	0	0	0	0	P
2006	L	O	15/2006	10.746.436/0001-88	27/4/2006	26/4/2011	0	7	0	0	0	0	A
2006	V	O	39/2006 TA 01	02.322.136/0001-43	09.11.06	25.05.10	0	4	0	0	0	0	E
2005	V	O	34/2005 TA 01	02.322.136/0001-43	29.11.05	28.05.10	0	8	0	0	0	0	E
2005	V	O	18/2005 TA 01	02.322.136/0001-43	28.05.05	28.05.10	0	8	0	0	0	0	E

Observação: Nos contratos existentes não havia previsão de especificação do nível de escolaridade dos trabalhadores contratados.

Unidade Contratante

Nome: Justiça Federal de Primeiro Grau - PE

UG/Gestão: 09009

CNPJ: 05.441.804/0001-40

Informações sobre os contratos

Ano do contrato	Área	Nat.	Identificação do Contrato	Empresa Contratada (CNPJ)	Período contratual de execução das atividades contratadas		Nível de Escolaridade exigido dos trabalhadores contratados						Sit.
							F		M		S		
					Início	Fim	P	C	P	C	P	C	
2010	V	O	19/2010	07.957.111/0004-82	11/8/2010	10/8/2011	113	38	0	32	0	0	A
2010	L	O	27/2010	11.841.434/0001-30	3/11/2010	02/11/2011	64	64	2	2	0	0	A

Observação: Não há registro

Unidade Contratante

Nome: Justiça Federal de Primeiro Grau - SE

UG/Gestão: 090011

CNPJ: 05.426.567/0001-48

Informações sobre os contratos

Ano do contrato	Área	Nat.	Identificação do Contrato	Empresa Contratada (CNPJ)	Período contratual de execução das atividades contratadas		Nível de Escolaridade exigido dos trabalhadores contratados						Sit.
							F		M		S		
					Início	Fim	P	C	P	C	P	C	
2010	V	O	15/2010	02.081.574/ 0001-67	23/1/2010	18/7/2011	0	0	36	36	0	0	P
2009	L	O	47/2009	00.326.994/ 0001-30	1/7/2009	31/12/2011	45	34	0	0	0	0	P

Observação: Não há registro

Unidade Contratante

Nome: Justiça Federal de Primeiro Grau - RN

UG/Gestão: 090007

CNPJ: 05.441.836/0001-45

Informações sobre os contratos

Ano do contrato	Área	Nat.	Identificação do Contrato	Empresa Contratada (CNPJ)	Período contratual de execução das	Nível de Escolaridade exigido dos						Sit.

					atividades contratadas		trabalhadores contratados						
							F		M		S		
					Início	Fim	P	C	P	C	P	C	
2009	L	O	033/2009	02.477.341/0001-88	1/7/2009	31/7/2012	29	29	0	0	0	0	A
2008	V	O	074/2008	00.618.649/0001-70	25/11/2008	26/11/2011	0	0	24	24	0	0	A
Observação: Não há registro													
LEGENDA													
Área: (L) Limpeza e Higiene; (V) Vigilância Ostensiva.													
Natureza: (O) Ordinária; (E) Emergencial.													
Nível de Escolaridade: (F) Ensino Fundamental; (M) Ensino Médio; (S) Ensino Superior.													
Situação do Contrato: (A) Ativo Normal; (P) Ativo Prorrogado; (E) Encerrado.													
Quantidade de trabalhadores: (P) Prevista no contrato; (C) Efetivamente contratada.													

Fonte: DIAP/TRF5, SJPB, SJRN, SJCE, SJAL E SJSE

Quadro 35 - Contratos de prestação de serviços com locação de mão de obra (A 5.9)

Unidade Contratante													
Nome: Tribunal Regional Federal da 5ª Região													
UG/Gestão: 090031							CNPJ: 24.130.072/0001-11						
Informações sobre os contratos													
Ano do contrato	Área	Nat.	Identificação do Contrato	Empresa Contratada (CNPJ)	Período contratual de execução das atividades contratadas		Nível de Escolaridade exigido dos trabalhadores contratados						Sit.
							F		M		S		
					Início	Fim	P	C	P	C	P	C	
2006	3	O	11/2006	09.863.853/0001-21	9/1/2006	10/03/2011			6	6			P
2007	2	O	16/2007	0.3537.091/0001-97	21/3/2007	21/3/2012	3	3	3	3			A
2010	2	O	05/2010	07.125.942/0001-45	1/2/2010	1/2/2011	5	5	4	4			A
2006	2	O	39/2006	01.097.967/0001-04	28/9/2006	28/9/2011	1	1	4	4			A
2006	2	O	23/2006	90.347.840/0008-94	2/5/2006	2/5/2011			2	2			A
2010	2	O	58/2010	07.135.180/0001-68	7/12/2010	7/12/2011	3	3	4	4			A
2010	2	O	57/2010	01.097.967/0001-04	2/12/2010	2/12/2011			5	5			A
Observação:													
Unidade Contratante													
Nome: Justiça Federal de Primeiro Grau - AL													
UG/Gestão: 090010							CNPJ: 05.419.211/0001-87						
Informações sobre os contratos													
Ano do contrato	Área	Nat.	Identificação do Contrato	Empresa Contratada (CNPJ)	Período contratual de execução das atividades contratadas		Nível de Escolaridade exigido dos trabalhadores contratados						Sit.
							F		M		S		
					Início	Fim	P	C	P	C	P	C	
2005	2	O	026/2005	00.976.914/0001-92	12/8/2005	11/8/2010	0	0	3	3	0	0	E
2006	2	O	014/2006	00.976.914/0001-92	3/5/2006	2/5/2010	0	0	6	6	1	1	E
2008	1	O	005/2008	02.636.960/0001-78	1/2/2008	31/1/2011	0	0	7	7	0	0	P
2008	3	O	005/2008	02.636.960/0001-78	1/2/2008	31/1/2011	1	1	0	0	0	0	P
2008	2	O	005/2008	02.636.960/0001-78	1/2/2008	31/1/2011	0	0	2	2	0	0	P
2008	7	O	005/2008	02.636.960/0001-78	1/2/2008	31/1/2011	1	1	0	0	0	0	P
2009	1	O	007/2009	02.633.573/0001-88	2/3/2009	1/3/2011	0	0	28	28	0	0	P
2009	3	O	007/2009	02.633.573/0001-88	2/3/2009	1/3/2011	3	3	0	0	0	0	P
2009	1	O	020/2009	09.198.704/0001-95	6/7/2009	5/7/2011	0	0	1	1	0	0	A
2009	3	O	020/2009	09.198.704/0001-95	6/7/2009	5/7/2011	1	1	0	0	0	0	A
2009	1	O	034/2009	72.609.829/0001-05	21/11/2009	20/11/2010	0	0	7	7	0	0	E
2009	1	O	026/2009	08.499.279/0001-01	24/8/2009	23/8/2010	7	7	0	0	1	1	E
2010	2	O	020/2010	01.724.109/0001-34	9/8/2010	8/8/2011	0	0	6	6	1	1	A
2010	2	O	028/2010	00.976.914/0001-92	1/10/2010	30/9/2011	1	1	2	2	2	2	A
2009	1	O	020/2009	09.198.704/0001-95	6/7/2009	5/7/2011	0	0	1	1	0	0	A
2009	3	O	020/2009	09.198.704/0001-95	6/7/2009	5/7/2011	1	1	0	0	0	0	A

2010	1	O	030/2010	40.911.117/0001-41	1/10/2010	30/9/2011	8	8	1	1	1	1	A
------	---	---	----------	--------------------	-----------	-----------	---	---	---	---	---	---	---

Observação: -

Unidade Contratante

Nome: Justiça Federal de Primeiro Grau - CE

UG/Gestão: 090006/00001

CNPJ: 05.424.487/0001-53

Informações sobre os contratos

Ano do contrato	Área	Nat.	Identificação do Contrato	Empresa Contratada (CNPJ)	Período contratual de execução das atividades contratadas		Nível de Escolaridade exigido dos trabalhadores contratados						Sit.
							F		M		S		
					Início	Fim	P	C	P	C	P	C	
2008	1/3	O	06/2008	025907000/0001-09	mar/08	mar/12	37	37	20	20	0	0	P
2008	2	O	33/2008	05353545/0001-03	jan/08	jan/12	25	25	2	2	1	1	P
2010	2	O	03/2010	13491709/0003-40	jan/10	jan/12	6	6	9	9	2	2	P
2010	1	O	46/2010	41587502/0001-48	jul/10	jul/11	0	0	36	36	7	7	A
2010	1	O	35/2010	05323742/0001-71	jun/10	jul/11	0	0	0	0	4	4	E
2010	1	O	60/2010	05323742/0001-71	set/10	out/10	0	0	0	0	4	4	E
2009	6	O	08/2009	08675169/0001-53	out/09	out/11	0	0	112	112	0	0	A

Observação:

Unidade Contratante

Nome: Justiça Federal de Primeiro Grau - PB

UG/Gestão: 090008/00001

CNPJ: 05.433.643/0001-42

Informações sobre os contratos

Ano do contrato	Área	Nat.	Identificação do Contrato	Empresa Contratada (CNPJ)	Período contratual de execução das atividades contratadas		Nível de Escolaridade exigido dos trabalhadores contratados						Sit.
							F		M		S		
					Início	Fim	P	C	P	C	P	C	
2010	4	O	08/2010	03.313.938/0001-50	2/8/2010	2/2/2013				1			A
2010	4	O	05/2008	03.313.983/0001-50	3/8/2010	3/2/2013				1			P
2008	3	O	23/2008	07.395.989/0001-29	12/12/2008	18/5/2011				10			P
2008	2	O	23/2008	07.395.989/0001-29	12/12/2008	18/5/2011				4			P
2008	4	O	23/2008	07.395.989/0001-29	12/12/2008	18/5/2011				1			P
2008	7	O	23/2008	07.395.989/0001-29	12/12/2008	18/5/2011				9			P
2006	3	O	15/2006	10.746.436/0001-88	27/4/2006	26/4/2011		3					A
2006	2	O	15/2006	10.746.436/0001-88	27/4/2006	26/4/2011		3					A
2006	4	O	15/2006	10.746.436/0001-88	27/4/2006	26/4/2011		1					A
2006	7	O	15/2006	10.746.436/0001-88	27/4/2006	26/4/2011		2					A
2005	4	O	26/2005 TA 01	02.947.911/0001-56	11/7/2005	12/07/10				2			E

Observação: Nos contratos existentes não havia previsão de especificação do nível de escolaridade dos trabalhadores contratados.

Unidade Contratante

Nome: Justiça Federal de Primeiro Grau - PE

UG/Gestão: 09009

CNPJ: 05.441.804/0001-40

Informações sobre os contratos

Ano do contrato	Área	Nat.	Identificação do Contrato	Empresa Contratada (CNPJ)	Período contratual de execução das atividades contratadas		Nível de Escolaridade exigido dos trabalhadores						Sit.

					Início	Fim	contratados						
							F		M		S		
							P	C	P	C	P	C	
2006	2	O	28/2006	01.097.976/0001-04	29/6/2006	1/7/2011	6	0	0	6	-	-	A
2010	2	O	8/2010	41.080.755/0001-20	30/4/2010	29/4/2011	14	13	0	1	1	1	A
2010	1	O	24/2010	10.746.436/0001-88	3/11/2010	02/11/2011			76	57			A
2010	3	O	24/2010	10.746.436/0001-88	3/11/2010	02/11/2011	13	11					A
2007	1	O	01/2007	07.050.316/0001-37	10/1/2007	30/06/2011					4	2	A
2009	1	O	27/2009	07.050.316/0001-37	31/12/2009	30/12/2011			9	6	1	1	A
2009	1	O	17/2009	07.063.839/0001-18	1/6/2009	31/05/2011			12	15	3	3	A

Observação:

Unidade Contratante

Nome: Justiça Federal de Primeiro Grau - SE

UG/Gestão: 090011/00001

CNPJ: 05.426.567/0001/48

Informações sobre os contratos

Ano do contrato	Área	Nat.	Identificação do Contrato	Empresa Contratada (CNPJ)	Período contratual de execução das atividades contratadas		Nível de Escolaridade exigido dos trabalhadores contratados						Sit.
					Início	Fim	F		M		S		
							P	C	P	C	P	C	
2009	1	O	36/2009	00.326.994/0001-30	29/8/2009	28/8/2011	0	0	8	8	0	0	P
2009	1	O	19/2009	78.533.312/0001-58	2/2/2009	1/3/2011	0	0	34	30	0	0	P
2009	2	O	58/2009	01.724.109/0001-34	4/9/2009	3/9/2011	0	0	4	4	0	0	P
2010	2	O	23/2010	04.289.154/0001-04	4/4/2010	3/4/2011	0	0	1	1	0	0	A
2010	1	O	40/2010	04.289.154/0001-04	11/10/2010	10/10/2011	0	0	3	3	0	0	A
2010	3	O	41/2010	01.030.016/0001-00	29/11/2010	28/11/2011	0	0	3	3	0	0	A
2010	4	O	41/2010	01.030.016/0001-00	29/11/2010	28/11/2011	0	0	3	3	0	0	A

Observação:

Unidade Contratante

Nome: Justiça Federal de Primeiro Grau - RN

UG/Gestão: 090007

CNPJ: 05.441.836/0001-45

Informações sobre os contratos

Ano do contrato	Área	Nat.	Identificação do Contrato	Empresa Contratada (CNPJ)	Período contratual de execução das atividades contratadas		Nível de Escolaridade exigido dos trabalhadores contratados						Sit.
					Início	Fim	F		M		S		
							P	C	P	C	P	C	
2008	1 e 3	O	075/2008	02.477.341/0001-88	2/1/2009	1/1/2012	27	27					A
2009	2 e 4	O	044/2009	07.310.925/0001-88	16/11/2009	15/11/2012			5	5			A
2009	1	O	039/2009	10.513.220/0001-72	3/9/2009	2/9/2011			2	2			A

Observação:

LEGENDA

Área:

1. Apoio Administrativo Técnico e Operacional;
2. Manutenção e Conservação de Bens Imóveis
3. Serviços de Copa e Cozinha;
4. Manutenção e conservação de Bens Móveis;
5. Serviços de Brigada de Incêndio;
6. Apoio Administrativo – Menores Aprendizes;

7. Outras.

Natureza: (O) Ordinária; (E) Emergencial.

Nível de Escolaridade: (F) Ensino Fundamental; (M) Ensino Médio; (S) Ensino Superior.

Situação do Contrato: (A) Ativo Normal; (P) Ativo Prorrogado; (E) Encerrado.

Quantidade de trabalhadores: (P) Prevista no contrato; (C) Efetivamente contratada.

Fonte: DIAP, STI/TRF5, SJPB, SJRN, SJCE, SJPE, SJAL E SJSE

Quadro 36 - Distribuição do pessoal contratado mediante contrato de prestação de serviço com locação de mão de obra (A 5. 10)

Identificação do Contrato	Área	Qtd.	Unidade Administrativa
11/2006	2	56	TRF5 / DIV. DE INFRAESTRUTURA E ADMINISTRAÇÃO PREDIAL
11/2006	3	10	TRF5 / DIV. DE INFRAESTRUTURA E ADMINISTRAÇÃO PREDIAL
16/2007	2	6	TRF5 / DIV. DE INFRAESTRUTURA E ADMINISTRAÇÃO PREDIAL
05/2010	2	9	TRF5 / DIV. DE INFRAESTRUTURA E ADMINISTRAÇÃO PREDIAL
39/2006	2	11	TRF5 / DIV. DE INFRAESTRUTURA E ADMINISTRAÇÃO PREDIAL
23/2006	2	1	TRF5 / DIV. DE INFRAESTRUTURA E ADMINISTRAÇÃO PREDIAL
58/2010	2	7	TRF5 / DIV. DE INFRAESTRUTURA E ADMINISTRAÇÃO PREDIAL
31/2006	8	61	TRF 5ª Região – Subsecretaria de Apoio Especial
44/2005	1	10	TRF 5ª Região – Subsecretaria de Tecnologia da Informação
028/2009 SJ/AL	7	30	SJAL / SECRETARIA ADMINISTRATIVA
007/2009 SJ/AL	1	29	SJAL / SECRETARIA ADMINISTRATIVA
007/2009 SJ/AL	3	3	SJAL / SECRETARIA ADMINISTRATIVA
020/2010 SJ/AL	2	6	SJAL / SECRETARIA ADMINISTRATIVA/VARAS FEDERAIS
028/2010 SJ/AL	2	4	SJAL / SECRETARIA ADMINISTRATIVA/VARAS FEDERAIS
030/2010 SJ/AL	9	8	SJAL / SECRETARIA ADMINISTRATIVA
005/2008 SJ/AL	7	8	SJAL / SUBSEÇÃO JUDICIÁRIA DE ARAPIRACA
005/2008 SJ/AL	1	11	SJAL / SUBSEÇÃO JUDICIÁRIA DE ARAPIRACA
033/2010 SJ/AL	8	33	SJAL / SECRETARIA ADMINISTRATIVA/VARAS FEDERAIS
005/2010 SJ/AL	8	14	SJAL / SUBSEÇÃO JUDICIÁRIA DE ARAPIRACA
022/2009 SJ/AL	8	6	SJAL / SUBSEÇÃO JUDICIÁRIA DE UNIÃO DOS PALMARES
020/2009 SJ/AL	6	1	SJAL / SUBSEÇÃO JUDICIÁRIA DE UNIÃO DOS PALMARES
020/2009 SJ/AL	7	1	SJAL / SUBSEÇÃO JUDICIÁRIA DE UNIÃO DOS PALMARES
020/2009 SJ/AL	3	1	SJAL / SUBSEÇÃO JUDICIÁRIA DE UNIÃO DOS PALMARES
06/2008	1/3	110	SJCE / Núcleo de Administração

33/2008	2	29	SJCE / Núcleo de Administração
03/2010	2	17	SJCE / Núcleo de Administração
46/2011	1	43	SJCE / NTI
35/2010	1	4	SJCE / NTI
60/2010	1	4	SJCE / NTI
08/2009	6	112	SJCE / Núcleo de Gestão de Pessoas
05/2010	8	23	SJPB – Ed Sede João Pessoa, Fóruns de Campina Grande e Sousa
23/2008	7	18	SJPB – Ed Sede João Pessoa e Fórum Sousa
15/2006	7	7	SJPB – Fórum de Campina Grande
08/2010	4	1	SJPB – Ed Sede João Pessoa
05/2008	4	1	SJPB – Fórum de Campina Grande
23/2008	3	10	SJPB – Ed Sede João Pessoa e Fórum Sousa
23/2008	2	4	SJPB – Ed Sede João Pessoa e Fórum Sousa
23/2008	4	1	SJPB – Ed Sede João Pessoa e Fórum Sousa
23/2008	7	10	SJPB – Ed Sede João Pessoa e Fórum Sousa
15/2006	3	3	SJPB – Fórum de Campina Grande
15/2006	2	3	SJPB – Fórum de Campina Grande
15/2006	4	1	SJPB – Fórum de Campina Grande
15/2006	7	2	SJPB – Fórum de Campina Grande
28/2006	2	6	SJPE
08/2010	2	15	SJPE
19/2010	8	70	SJPE
24/2010	1	57	SJPE
24//2010	3	11	SJPE
27/2010	7	66	SJPE
01/2007	1	2	SJPE
27/2009	1	7	SJPE
17/2009	1	18	SJPE
47/2009	7	15	SJSE / Secretaria Administrativa
47/2009	7	2	SJSE / 1ª Vara
47/2009	7	2	SJSE / 2ª Vara
47/2009	7	2	SJSE / 3ª Vara
47/2009	7	2	SJSE / 4ª Vara
47/2009	7	3	SJSE / 5ª Vara
47/2009	7	4	SJSE / 6ª Vara
47/2009	7	4	SJSE / 7ª Vara
19/2009	1	7	SJSE / Secretaria Administrativa
19/2009	7	2	SJSE / 1ª Vara
19/2009	7	2	SJSE / 2ª Vara
19/2009	7	2	SJSE / 3ª Vara
19/2009	7	2	SJSE / 4ª Vara
19/2009	7	5	SJSE / 5ª Vara
19/2009	7	2	SJSE / 6ª Vara
19/2009	7	2	SJSE / 7ª Vara
19/2009	7	2	SJSE / Turma Recursal
19/2009	1	2	SJSE / Casa da Justiça
58/2009	2	1	SJSE / Fórum Ministro José de Castro Meira

58/2009	2	1	SJSE / Fórum Desembargador Federal Vladimir Souza Carvalho
58/2009	2	3	SJSE / Fórum Ministro Geraldo Barreto Sobral
36/2009	1	2	SJSE / Fórum Ministro José de Castro Meira
36/2009	1	2	SJSE / Fórum Desembargador Federal Vladimir Souza Carvalho
36/2009	1	2	SJSE / Fórum Ministro Geraldo Barreto Sobral
36/2009	1	2	SJSE / Fórum Desembargadora Federal Margarida de O. Cantarelli
15/2010	8	8	SJSE / Fórum Desembargadora Federal Margarida de O. Cantarelli
15/2010	8	8	SJSE / Fórum Desembargador Federal Vladimir Souza Carvalho
15/2010	8	8	SJSE / Fórum Ministro José de Castro Meira
15/2010	8	12	SJSE / Fórum Ministro Geraldo Barreto Sobral
23/2010	2	1	SJSE / Fórum Ministro Geraldo Barreto Sobral
40/2010	1	3	SJSE / Fórum Ministro Geraldo Barreto Sobral
41/2010	3	1	SJSE / Fórum Ministro Geraldo Barreto Sobral
41/2010	3	1	SJSE / Fórum Ministro José de Castro Meira
41/2010	3	1	SJSE / Fórum Des. Federal Vladimir Souza Carvalho
41/2010	3	1	SJSE / Fórum Ministro Geraldo Barreto Sobral
41/2010	3	1	SJSE / Fórum Ministro José de Castro Meira
41/2010	3	1	SJSE / Fórum Des. Federal Vladimir Souza Carvalho
41/2010	4	1	SJSE / Fórum Ministro Geraldo Barreto Sobral
41/2010	4	1	SJSE / Fórum Ministro José de Castro Meira
41/2010	4	1	SJSE / Fórum Des. Federal Vladimir Souza Carvalho
039/2009	1	2	SJRN / Seção Judiciária em Natal
075/2008	1 e 3	19	SJRN / Seção Judiciária em Natal
075/2008	1 e 3	4	SJRN / Subseção Judiciária de Mossoró
075/2008	1 e 3	4	SJRN / Subseção Judiciária de Caicó
044/2009	2 e 4	5	SJRN / Seção Judiciária em Natal
033/2009	7	20	SJRN / Seção Judiciária em Natal
033/2009	7	5	SJRN / Subseção Judiciária de Mossoró
033/2009	7	4	SJRN / Subseção Judiciária de Caicó
074/2008	8	12	SJRN / Seção Judiciária em Natal
074/2008	8	6	SJRN / Subseção Judiciária de Mossoró
074/2008	8	6	SJRN / Subseção Judiciária de Caicó

LEGENDA

Área:

1. Apoio Administrativo Técnico e Operacional;
2. Manutenção e Conservação de Bens Imóveis;
3. Serviços de Copa e Cozinha;
4. Manutenção e conservação de Bens Móveis;
5. Serviços de Brigada de Incêndio;
6. Apoio Administrativo – Menores Aprendizes;
7. Higiene e Limpeza;
8. Vigilância Ostensiva;
9. Outras.

Fonte: DIAP, STI e SAE/TRF5; SJPB, SJRN, SJCE, SJPE, SJAL E SJSE

5.6. Indicadores Gerenciais sobre Recursos Humanos

A gestão de recursos humanos na Justiça Federal da 5ª Região concentrou seus esforços na área de treinamento e desenvolvimento. Essa iniciativa deriva da priorização face ao contexto de inovação vivenciado com a implantação de novos projetos e metodologias de gestão.

Como consequência, os indicadores utilizados para monitoramento e controle traduzem os resultados obtidos com as ações de T&D.

Dito isso, faz-se o registro dos indicadores utilizados para monitorar a área de Recursos Humanos do Tribunal Regional Federal da 5ª Região no exercício de 2010:

a) Taxa de participação de servidores em ação de treinamento

Este indicador espelha o percentual de servidores que participaram das ações de treinamento em 2010, conforme fórmula a seguir:

$$Tc = \text{n.º de servidores treinados} / \text{Total de servidores}$$

Em 2010, foram capacitados 480 servidores do total de 521 no TRF5. Essa relação aponta que um montante de 92% do quadro do TRF5 participou de ações de treinamento e desenvolvimento. Se comparado como percentual obtido em 2009, 72%, percebe-se que houve um incremento da ordem de 33,61%.

a) Taxa de investimento por servidor em ação de treinamento

Este indicador espelha qual o valor investido por servidor que participou das ações de capacitação em 2010, conforme fórmula a seguir:

$$Ti = \text{Soma do valor investido em treinamento} / \text{n.º de servidores treinados}$$

Em 2010, considerando que no TRF5 investiu-se R\$ 230.596,00 em ações de treinamento e, considerando o total de servidores que participaram das ações de capacitação, 480, tem-se que o valor investido por servidor treinado foi de aproximadamente R\$ 480,00.

6. Sistema de Controle Interno

6.1. Estrutura de Controle Internos da UJ

Quadro 37 – Estrutura de Controles Internos da UJ (A 9.1)

Aspectos do sistema de controle interno	Avaliação				
	1	2	3	4	5
Ambiente de Controle					
1. Os altos dirigentes da UJ percebem os controles internos como essenciais à consecução dos objetivos da unidade e dão suporte adequado ao seu funcionamento.				X	
2. Os mecanismos gerais de controle instituídos pela UJ são percebidos por todos os servidores e funcionários nos diversos níveis da estrutura da unidade.				X	
3. A comunicação dentro da UJ é adequada e eficiente.				X	
4. Existe código formalizado de ética ou de conduta.	X				
5. Os procedimentos e as instruções operacionais são padronizados e estão postos em documentos formais.				X	
6. Há mecanismos que garantem ou incentivam a participação dos funcionários e servidores dos diversos níveis da estrutura da UJ na elaboração dos procedimentos, das instruções operacionais ou código de ética ou conduta.				X	
7. As delegações de autoridade e competência são acompanhadas de definições claras das responsabilidades.					X
8. Existe adequada segregação de funções nos processos da competência da UJ.				X	
9. Os controles internos adotados contribuem para a consecução dos resultados planejados pela UJ.				X	
Avaliação de Risco					
10. Os objetivos e metas da unidade jurisdicionada estão formalizados.					X
11. Há clara identificação dos processos críticos para a consecução dos objetivos e metas da unidade.		X			
12. É prática da unidade o diagnóstico dos riscos (de origem interna ou externa) envolvidos nos seus processos estratégicos, bem como a identificação da probabilidade de ocorrência desses riscos e a consequente adoção de medidas para mitigá-los.		X			
13. É prática da unidade a definição de níveis de riscos operacionais, de informações e de conformidade que podem ser assumidos pelos diversos níveis da gestão.		X			
14. A avaliação de riscos é feita de forma contínua, de modo a identificar mudanças no perfil de risco da UJ, ocasionadas por transformações nos ambientes interno e externo.		X			
15. Os riscos identificados são mensurados e classificados de modo a serem tratados em uma escala de prioridades e a gerar informações úteis à tomada de decisão.		X			
16. Existe histórico de fraudes e perdas decorrentes de fragilidades nos processos internos da unidade.	X				
17. Na ocorrência de fraudes e desvios, é prática da unidade instaurar sindicância para apurar responsabilidades e exigir eventuais ressarcimentos.					X
18. Há norma ou regulamento para as atividades de guarda, estoque e inventário de bens e valores de responsabilidade da unidade.					X
Procedimentos de Controle					
19. Existem políticas e ações, de natureza preventiva ou de detecção, para diminuir os riscos e alcançar os objetivos da UJ, claramente estabelecidas.		X			
20. As atividades de controle adotadas pela UJ são apropriadas e funcionam consistentemente de acordo com um plano de longo prazo.		X			
21. As atividades de controle adotadas pela UJ possuem custo apropriado ao nível de benefícios que possam derivar de sua aplicação.		X			
22. As atividades de controle adotadas pela UJ são abrangentes e razoáveis e estão diretamente relacionados com os objetivos de controle.		X			
Informação e Comunicação					
	1	2	3	4	5

23. A informação relevante para UJ é devidamente identificada, documentada, armazenada e comunicada tempestivamente às pessoas adequadas.				X	
24. As informações consideradas relevantes pela UJ são dotadas de qualidade suficiente para permitir ao gestor tomar as decisões apropriadas.					X
25. A informação disponível à UJ é apropriada, tempestiva, atual, precisa e acessível.					X
26. A Informação divulgada internamente atende às expectativas dos diversos grupos e indivíduos da UJ, contribuindo para a execução das responsabilidades de forma eficaz.				X	
27. A comunicação das informações perpassa todos os níveis hierárquicos da UJ, em todas as direções, por todos os seus componentes e por toda a sua estrutura.				X	
Monitoramento	1	2	3	4	5
28. O sistema de controle interno da UJ é constantemente monitorado para avaliar sua validade e qualidade ao longo do tempo.			X		
29. O sistema de controle interno da UJ tem sido considerado adequado e efetivo pelas avaliações sofridas.			X		
30. O sistema de controle interno da UJ tem contribuído para a melhoria de seu desempenho.			X		
Considerações gerais: O formulário foi respondido individualmente por diretores do TRF5 e apreciado/validado pela Subsecretaria de Controle Interno.					
LEGENDA					
Níveis de Avaliação:					
(1) Totalmente inválida: Significa que o fundamento descrito na afirmativa é integralmente não aplicado no contexto da UJ.					
(2) Parcialmente inválida: Significa que o fundamento descrito na afirmativa é parcialmente aplicado no contexto da UJ, porém, em sua minoria.					
(3) Neutra: Significa que não há como afirmar a proporção de aplicação do fundamento descrito na afirmativa no contexto da UJ.					
(4) Parcialmente válida: Significa que o fundamento descrito na afirmativa é parcialmente aplicado no contexto da UJ, porém, em sua maioria.					
(5) Totalmente válido. Significa que o fundamento descrito na afirmativa é integralmente aplicado no contexto da UJ.					

Fonte: DG e SCI / TRF5

7. Compras Sustentáveis

7.1. Gestão Ambiental e Licitações Sustentáveis

Quadro 38 - Gestão Ambiental e Licitações Sustentáveis (A.10.1)

Aspectos sobre a gestão ambiental	Avaliação				
	1	2	3	4	5
Licitações Sustentáveis					
1. A UJ tem incluído critérios de sustentabilidade ambiental em suas licitações que levem em consideração os processos de extração ou fabricação, utilização e descarte dos produtos e matérias primas. <ul style="list-style-type: none"> ▪ Se houver concordância com a afirmação acima, quais critérios de sustentabilidade ambiental foram aplicados? 			X		
2. Em uma análise das aquisições dos últimos cinco anos, os produtos atualmente adquiridos pela unidade são produzidos com menor consumo de matéria-prima e maior quantidade de conteúdo reciclável.			X		
3. A aquisição de produtos pela unidade é feita dando-se preferência àqueles fabricados por fonte não poluidora bem como por materiais que não prejudicam a natureza (ex. produtos de limpeza biodegradáveis).			X		

<p>4. Nos procedimentos licitatórios realizados pela unidade, tem sido considerada a existência de certificação ambiental por parte das empresas participantes e produtoras (ex: ISO), como critério avaliativo ou mesmo condição na aquisição de produtos e serviços.</p> <ul style="list-style-type: none"> ▪ Se houver concordância com a afirmação acima, qual certificação ambiental tem sido considerada nesses procedimentos? ○ <i>Há no estoque do almoxarifado do TRF5 vários itens adquiridos tendo como exigência o atendimento às normas ISO. Como exemplo, citamos o processo de aquisição de cartuchos de toner, para os quais exigimos laudo técnico de que o material atende a mencionada norma.</i> 			X		
<p>5. No último exercício, a unidade adquiriu bens/produtos que colaboram para o menor consumo de energia e/ou água (ex: torneiras automáticas, lâmpadas econômicas).</p> <ul style="list-style-type: none"> ▪ Se houver concordância com a afirmação acima, qual o impacto da aquisição desses produtos sobre o consumo de água e energia? ○ <i>Visando reduzir desperdício de água, tão comum nas torneiras de acionamento manual (tradicional), vem se substituindo, de forma gradativa, este modelo por padrão de fechamento automático, sob pressão. Também se instalou sensores de presença nas escadas de incêndio. A otimização da gestão dos recursos é também adotada quando da aquisição de novos equipamentos, como é o caso das telas de LCD (Liquid Crystal Display), as quais substituíram os monitores CRT (Catodic Ray Tube). Os monitores de cristal líquido diminuem em até 70% o consumo de energia elétrica, se comparados aos antigos aparelhos CRT. O TRF5 também passou a fazer uso de notebooks, desktops e servidores que atendem às diretrizes do Energy Star, padrão para fabricação de equipamento com economia de energia, desenvolvido pelo governo dos Estados Unidos Apesar dessas iniciativas, não se tem, ainda, série histórica comparativa com exercícios anteriores, uma vez que novas unidades judiciais foram implantadas, não sendo possível estabelecer relação direta de consumo do mesmo período.</i> 				X	
<p>6. No último exercício, a unidade adquiriu bens/produtos reciclados (ex: papel reciclado).</p> <ul style="list-style-type: none"> ▪ Se houver concordância com a afirmação acima, quais foram os produtos adquiridos? ○ <i>A Justiça Federal da 5ª Região adquire papel reciclado utilizando-o em todas as atividades e unidades organizacionais.</i> 					X
<p>7. No último exercício, a instituição adquiriu veículos automotores mais eficientes e menos poluentes ou que utilizam combustíveis alternativos.</p> <ul style="list-style-type: none"> ▪ Se houver concordância com a afirmação acima, este critério específico utilizado foi incluído no procedimento licitatório? ○ <i>Os veículos adquiridos em 2010 tiveram como critérios de eficiência uma menor emissão de gases poluentes e exigência do uso de 02 tipos de combustível. Tais exigências foram incluídas nos Termos de Referência utilizados na Licitação.</i> 					X
<p>8. Existe uma preferência pela aquisição de bens/produtos passíveis de reutilização, reciclagem ou reabastecimento (refil e/ou recarga).</p> <ul style="list-style-type: none"> ▪ Se houver concordância com a afirmação acima, como essa preferência tem sido manifestada nos procedimentos licitatórios? 			X		
<p>9. Para a aquisição de bens/produtos é levada em conta os aspectos de durabilidade e qualidade de tais bens/produtos.</p>					X
<p>10. Os projetos básicos ou executivos, na contratação de obras e serviços de engenharia, possuem exigências que levem à economia da manutenção e operacionalização da edificação, à redução do consumo de energia e água e à utilização de tecnologias e materiais que reduzam o impacto ambiental.</p>			X		

11. Na unidade ocorre separação dos resíduos recicláveis descartados, bem como sua destinação, como referido no Decreto nº 5.940/2006.				X
12. Nos últimos exercícios, a UJ promoveu campanhas entre os servidores visando a diminuir o consumo de água e energia elétrica. Se houver concordância com a afirmação acima, como se procedeu a essa campanha (palestras, folders, comunicações oficiais, etc.)? o <i>No periódico do TRF5, são publicadas diversas matérias conscientizando os servidores sobre a importância de reduzir o consumo de água e energia elétrica..</i>				X
13. Nos últimos exercícios, a UJ promoveu campanhas de conscientização da necessidade de proteção do meio ambiente e preservação de recursos naturais voltadas para os seus servidores. Se houver concordância com a afirmação acima, como se procedeu a essa campanha (palestras, folders, comunicações oficiais, etc.)? o <i>Foi realizada a Semana do Meio Ambiente, ocasião em que foram apresentados trabalhos artísticos a partir de materiais recicláveis. Foi, também, realizado mutirão para limpeza do Rio Capibaribe, adjacente ao terreno onde é localizado o TRF5. No periódico do TRF5, são publicadas diversas matérias conscientizando os servidores sobre o uso responsável dos recursos naturais. Disponibilizam-se, também, coletores para pilhas, óleo de cozinha, medicamentos vencidos, evitando que o desfazimento desse material cause prejuízo ao meio ambiente.</i>				X
Considerações Gerais: O formulário foi respondido individualmente pelos gestores das áreas competentes aos temas e depois consolidados pela Diretoria Geral.				
<p>LEGENDA Níveis de Avaliação:</p> <p>(1) Totalmente inválida: Significa que o fundamento descrito na afirmativa é integralmente não aplicado no contexto da UJ. (2) Parcialmente inválida: Significa que o fundamento descrito na afirmativa é parcialmente aplicado no contexto da UJ, porém, em sua minoria. (3) Neutra: Significa que não há como afirmar a proporção de aplicação do fundamento descrito na afirmativa no contexto da UJ. (4) Parcialmente válida: Significa que o fundamento descrito na afirmativa é parcialmente aplicado no contexto da UJ, porém, em sua maioria. (5) Totalmente válida: Significa que o fundamento descrito na afirmativa é integralmente aplicado no contexto da UJ.</p>				

Fonte: SMP, SAE, DIAP/TRF5

8. Gestão Patrimônio Imobiliário

8.1. Gestão de Bens Imóveis de Uso Especial

Quadro 39 - Distribuição espacial dos bens imóveis de uso especial de propriedade da união (A 11.1)

LOCALIZAÇÃO GEOGRÁFICA		EXERCÍCIO 2009	EXERCÍCIO 2010
BRASIL	Tribunal Regional Federal da 5ª Região		
	PE / Recife	4	5
	Justiça Federal de Primeiro Grau - AL		

AL / Maceió	1	1
AL / Arapiraca	1	1
AL / União dos Palmares	1	1
Justiça Federal de Primeiro Grau - CE		
CE / Fortaleza	4	4
CE / Juazeiro do Norte	1	1
CE / Sobral	1	1
CE / Terreno em Juazeiro do Norte	1	1
CE / Terreno em Limoeiro do Norte	1	1
Justiça Federal de Primeiro Grau - PB		
PB / João Pessoa	1	1
PB / João Pessoa	1	1
PB / Campina Grande	1	1
PB / Sousa	1	1
Justiça Federal de Primeiro Grau - PE		
PE / Recife	4	4
PE / Petrolina	2	2
PE / Caruaru	1	1
PE / Salgueiro	1	1
PE / Serra Talhada	1	1
PE / Garanhuns	1	1
Justiça Federal de Primeiro Grau - RN		
RN / Natal	3	3
RN / Mossoró	1	1
RN / Caicó	1	1
Justiça Federal de Primeiro Grau - SE		
SE / Aracaju	3	3
SE / Itabaiana	1	1
SE / Estância	1	1
Subtotal Brasil	39	40
Subtotal Exterior	0	0
Total (Brasil + Exterior)	39	40

Fonte: TRF5 e Seções Judiciárias vinculadas

Quadro 40 - Distribuição espacial dos bens imóveis de uso especial locados de terceiros (A 11.2)

LOCALIZAÇÃO GEOGRÁFICA		EXERCÍCIO 2009	EXERCÍCIO 2010
BRASIL	Justiça Federal de Primeiro Grau - AL		
	AL / União dos Palmares	1	1
	Justiça Federal de Primeiro Grau - CE		
	CE / Fortaleza	1	1
	CE / Crateús	0	1
	CE / Iguatu	0	1

CE / Limoeiro do Norte	1	1
CE / Quixadá	0	1
CE / Tauá	0	1
Justiça Federal de Primeiro Grau - PB		
PB / João Pessoa	3	3
Justiça Federal de Primeiro Grau - PE		
PE / Ouricuri	0	1
PE / Palmares	0	1
PE / Goiana	0	1
Justiça Federal de Primeiro Grau - RN		
RN / Açu	0	1
RN / Pau dos Ferros	0	1
Subtotal Brasil	6	15
Subtotal Exterior	0	0
Total (Brasil + Exterior)	6	15

Fonte: TRF5 e Seções Judiciárias vinculadas

Quadro 41 - Discriminação dos bens imóveis de propriedade da união sob responsabilidade da UJ (A.11.3)

UG	RIP	Regime	Estado de Conservação	Valor do Imóvel			Despesa com Manutenção no exercício	
				Valor Histórico	Data da Avaliação	Valor Reavaliado	Imóvel	Instalações
090031	2531000135008	13	2	17.766.555	-	-		
090031	2531000205003	13	2	1.015.980	-	-		
090031	2531003595004	13	4	1.700.840	-	-		
090031	Edifício Anexo II	12	3	958.025	-	-		
090031	Edifício ESMAFE	12	2	13.184.315	-	-		
Total 090031							6.369.831	4.259.536
UG	RIP	Regime	Estado de Conservação	Valor do Imóvel			Despesa com Manutenção no exercício	
				Valor Histórico	Data da Avaliação	Valor Reavaliado	Imóvel	Instalações
090010	Maceió	12	2	480.824	21/01/2011	75.784.000	121.582	44.550
090010	U. dos Palmares	12		-	-	-	-	
090010	2705 00025.500-5	21	2	450.000	20/01/2011	1.670.768	283.690	103.950
Total 090010							405.272	148.500
UG	RIP	Regime	Estado de Conservação	Valor do Imóvel			Despesa com Manutenção no exercício	
				Valor Histórico	Data da Avaliação	Valor Reavaliado	Imóvel	Instalações
090006	1389.00461.500-6	13	3	3.110.043	20/08/2001	-	-	-
090006	1389.00594.500-0	13	3	2.187.182	30/10/2007	-	-	-
090006	1389.00596.500-0	13	3	1.622.341	31/10/2007	-	-	-
090006	1389.00598.500-1	13	3	1.608.095	31/10/2007	-	-	-

090006	1389.00600.500-0	13	3	1.576.147	31/10/2007	-	-	-
090006	1389.00602.500-1	13	3	1.644.045	31/10/2007	-	-	-
090006	1389.00604.500-2	13	3	1.644.044	31/10/2007	-	-	-
090006	1389.00606.500-3	13	3	1.644.045	31/10/2007	-	-	-
090006	1389.00608.500-4	13	3	1.644.045	31/10/2007	-	-	-
090006	1389.00610.500-5	13	3	1.644.045	31/10/2007	-	-	-
090006	1389.00612.500-6	13	3	1.644.045	31/10/2007	-	-	-
090006	1389.00614.500-7	13	3	1.644.045	31/10/2007	-	-	-
090006	1389.00616.500-8	13	3	1.644.045	31/10/2007	-	-	-
090006	1559.00396.500-4	13	3	300.619	27/9/2006	-	-	-
Total 090006							3.391.217	2.438.998
UG	RIP	Regime	Estado de Conservação	Valor do Imóvel			Despesa com Manutenção no exercício	
				Valor Histórico	Data da Avaliação	Valor Reavaliado	Imóvel	Instalações
090008	Edifício-sede da Seção Judiciária da Paraíba [1]	18	3	-	-	-	124.008	71.403
090008	2051.00208.500-9 [2]	11	3	300.000	17/6/2002	-	-	-
090008	1981.00061.500-4 / Edifício da Subseção Judiciária de Campina Grande [3]	12	3	46.789	19/8/2002	-	539.025	8.650
090008	Subseção Judiciária de Sousa [4]	11	3	-	-	-	12.956	-
Total 090008							675.988	80.053
UG	RIP	Regime	Estado de Conservação	Valor do Imóvel			Despesa com Manutenção no exercício - 2010	
				Valor Histórico	Data da Avaliação	Valor Reavaliado	Imóvel	Instalações
090009	NR. 04962.001393/2004-93 DO PROCESSO DE REGULARIZAÇÃO - CARUARU	11	3	510.300	27/8/2004	-	10.139	3.286
090009	NR. 0514.0002882003-38- DE PROCESSO DE REGULARIZAÇÃO - GARANHUNS	11	3	-	-	-	3.903	-
090009	RIP 2521.00049.500- PETROLINA RUA SÃO FRANCISCO	10	3	1.119	-	-	-	-
090009	DANTAS BARRETO RIP - 2531.005025004	15	3	795.660	30/3/1987	-	16.870	1.195
090009	NR. RIP 2531.00692.500-9 RUA DA MOEDA	15	3	331.010	-	-	-	-
090009	DEPÓSITO JUDICIAL AV. CAXANGÁ RIP - 253100681.500-9	15	3	89.130	30/9/2004	-	-	-

090009	SEM REGULARIZAÇÃO NO PATRIMÔNIO DA UNIÃO EDF.- SEDE AV. RECIFE	18	3	39.863.203	-	-	153.958	759.243
090009	PROCESSOS DE REGULARIZAÇÃO NRS. 05014.00075/2003- 14 05014.00076/2003- 51 SALGUEIRO	11	3	-	-	-	2.625	368
090009	PROCESSO DE REGULARIZAÇÃO NR. 04962.001058/2005- 76 SERRA TALHADA	11	3	-	-	-	4.582	-
090009	SEM REGULARIZAÇÃO NO PATRIMÔNIO DA UNIÃO EDF.- SEDE DE PETROLINA	18	3	1.300.000	-	-	10.958	660
Total 090009							203.035	764.752
UG	RIP	Regime	Estado de Conservação	Valor do Imóvel			Despesa com Manutenção no exercício	
				Valor Histórico	Data da Avaliação	Valor Reavaliado	Imóvel	Instalações
090011	3105 00145.500-5 [5]	21	Bom	6.381.565	1/12/2005	-	179.673	-
090011	3105 00135.500-0 [6]	21	Bom	93.592	20/6/2000	-	-	-
090011	Fórum Des. Federal Vladimir Carvalho, Itabaiana/SE [7]	21	3	2.688.502	5/5/2005	-	37.216	-
090011	Fórum Min. José de Castro Meira, Estância/SE [8]	21	3	1.118.394	28/11/2008	-	47.690	-
090011	Fórum Des. Fed. Margarida Cantarelli, Aracaju/SE [9]	3	3	-	-	-	36.864	-
Total 090011							253.750	-
UG	RIP	Regime	Estado de Conservação	Valor do Imóvel			Despesa com Manutenção no exercício	
				Valor Histórico	Data da Avaliação	Valor Reavaliado	Imóvel	Instalações
090007	1761.00361.500.8	13	4	5.984.864	21/01/2011	20.728.895	262.435	210.396
090007	Subseção Mossoró/RN	11	3	1.642.643	-	-	26.591	8.880
090007	Subseção Caicó/RN	11	3	875.186	-	-	4.876	8.400
Total 090007							293.902	227.676
TOTAL GERAL							4.929.262	3.432.303

SMP/TRF5, SJPE, SJPB, SJRN, SJCE, SJAL E SJSE.

[1] Edifício-sede da Seção Judiciária da Paraíba – o imóvel não possui Termo de Doação emitido pela Gerência Executiva do INSS, cujo imóvel ainda encontra-se vinculado, não obstante reiterados esforços da Administração da SJ/PB para regularização do mesmo.

[2] Terreno anexo ao Fórum Juiz Federal Ridalvo Costa – embora com Registro Imobiliário Patrimonial: 2051.00208.500-9, discriminado no Quadro A.11.3, encontra-se em fase de regularização da entrega, conf. Processo nº 04931.000669/2010-21, da Superintendência do Patrimônio da União na Paraíba.

[3] Subseção Judiciária de Campina Grande – o terreno possui Registro Imobiliário Patrimonial: 1981.000061.500-4, discriminado no Quadro A.11.3, porém as benfeitorias constantes no terreno estão sendo regularizadas, conf. Processo nº 04931.002154/2006-80, da Superintendência do Patrimônio da União na Paraíba. Falta proceder à reavaliação.

[4] Subseção Judiciária de Sousa – encontra-se em processo de regularização, aguardando assinatura da retificação do Termo de Doação, feito anteriormente de forma irregular, conf. Processos nºs. – 04931.001786/2006-26 e 04931.001787/2006-71, da Superintendência do Patrimônio da União na Paraíba.

Subseção Judiciária de Monteiro – imóvel disponibilizado pela Prefeitura Municipal de Monteiro/PB até a instalação definitiva da Subseção Judiciária de Monteiro, através do Acordo de Cooperação nº 03/2010, firmado entre a Prefeitura Municipal de Monteiro e a Seção Judiciária da Paraíba. Por esse motivo, o imóvel não foi relacionado nos quadros acima. Registra-se, ainda, a despesa destinada à Seção Judiciária de Monteiro na conta Manutenção e Conservação de Bens Imóveis/Instalações 333903916, no valor de R\$ 3.605,40 (três mil seiscentos e cinco reais e quarenta centavos), no exercício 2010.

[5] Fórum Ministro Geraldo Barreto Sobral, instalado em Aracaju/SE, sem avaliação atual. O valor acima informado refere-se, apenas, ao valor da construção do edifício, uma vez que o terreno foi recebido em doação.

[6] Edifício anexo ao Fórum Ministro Geraldo Barreto Sobral (SJSE), que possui RIP próprio, mas não tem despesas de manutenção em separado daquele.

[7] Fórum Desembargador Federal Vladimir Souza Carvalho, instalado em Itabaiana/SE, ainda sem registro na Secretaria do Patrimônio da União, bem como sem valor de imóvel atualizado. O valor acima informado refere-se, apenas, ao valor da construção do edifício, uma vez que o terreno foi recebido em doação.

[8] Fórum Ministro José de Castro Meira, em funcionamento na cidade de Estância/SE, ainda sem registro na Secretaria do Patrimônio da União, bem como valor de imóvel atualizado. O valor acima informado refere-se, apenas, ao valor da construção do edifício, uma vez que o terreno foi recebido em doação.

[9] Fórum Desembargadora Federal Margarida de Oliveira Cantarelli, instalado em Aracaju/SE, edifício cedido a esta Seccional através de termo de Cessão de Direito Real de Uso firmado com a Fundação Universidade Federal de Sergipe, com vigência até 30/12/2013.

O TRF5 e as Seções judiciárias iniciarão procedimentos administrativos visando a regularização documental e de registro dos imóveis junto à Secretaria do Patrimônio da União, bem como está buscando solução para promover a avaliação/atualização dos respectivos valores.

9. Gestão de Tecnologia da Informação

Quadro 42 – Gestão da TI na UJ (A 12.1)

Quesitos a serem avaliados	Avaliação				
	1	2	3	4	5
Planejamento					
1. Há planejamento institucional em vigor ou existe área que faz o planejamento da UJ como um todo.					X
2. Há Planejamento Estratégico para a área de TI em vigor.					X
3. Há comitê que decida sobre a priorização das ações e investimentos de TI para a UJ.					X
Recursos Humanos de TI					
4. Quantitativo de servidores e de terceirizados atuando na área de TI. <u>RESPOSTA</u> <i>Quantitativo de servidores lotados na Subsecretaria de Tecnologia da Informação: 24</i> <i>Quantitativo de terceirizados lotados na Subsecretaria de Tecnologia da Informação: Contratamos serviços e, sendo assim, a quantidade de profissionais atuando no TRF é influenciada pela demanda. No momento, para atender a demanda de serviços, encontram-se 62 profissionais terceirizados trabalhando nesta Subsecretaria.</i>					
5. Há carreiras específicas para a área de TI no plano de cargos do Órgão/Entidade.		X			
Segurança da Informação					
6. Existe uma área específica, com responsabilidades definidas, para lidar estrategicamente com segurança da informação.					X
7. Existe Política de Segurança da Informação (PSI) em vigor que tenha sido instituída mediante documento específico.		X			
Desenvolvimento e Produção de Sistemas					
8. É efetuada avaliação para verificar se os recursos de TI são compatíveis com as necessidades da UJ.					X
9. O desenvolvimento de sistemas quando feito na UJ segue metodologia definida.					X
10. É efetuada a gestão de acordos de níveis de serviço das soluções de TI do Órgão/Entidade oferecidas aos seus clientes.				X	
11. Nos contratos celebrados pela UJ é exigido acordo de nível de serviço.					X
Contratação e Gestão de Bens e Serviços de TI					

12. Nível de participação de terceirização de bens e serviços de TI em relação ao desenvolvimento interno da própria UJ.

RESPOSTA

Devido ao quadro extremamente reduzido e à imensa demanda por soluções de sistemas, contratamos serviços de análise e desenvolvimento. Temos alguns profissionais do quadro que acompanham as atividades de análise. A coordenação dos projetos e a contagem de pontos por função são conduzidas por servidores.

12. Na elaboração do projeto básico das contratações de TI são explicitados os benefícios da contratação em termos de resultado para UJ e não somente em termos de TI.					X
--	--	--	--	--	---

13. O Órgão/Entidade adota processo de trabalho formalizado ou possui área específica de gestão de contratos de bens e serviços de TI.				X	
--	--	--	--	---	--

14. Há transferência de conhecimento para servidores do Órgão/Entidade referente a produtos e serviços de TI terceirizados?

RESPOSTA

SIM, com previsão em contrato.

Considerações Gerais: O formulário foi respondido individualmente pelos gestores da área de TI e depois consolidados pela Diretoria Geral.

LEGENDA

Níveis de avaliação:

- (1) **Totalmente inválida:** Significa que a afirmativa é integralmente NÃO aplicada ao contexto da UJ.
- (2) **Parcialmente inválida:** Significa que a afirmativa é parcialmente aplicada ao contexto da UJ, porém, em sua minoria.
- (3) **Neutra:** Significa que não há como afirmar a proporção de aplicação do fundamento descrito na afirmativa no contexto da UJ.
- (4) **Parcialmente válida:** Significa que a afirmativa é parcialmente aplicada ao contexto da UJ, porém, em sua maioria.
- (5) **Totalmente válida:** Significa que a afirmativa é integralmente aplicada ao contexto da UJ.

Fonte: STI/TRF5

10. Deliberações TCU / OCI

10.1. Deliberações do TCU atendidas no Exercício

Acórdão nº 4.479/2010 2ª Câmara

Quadro 43 – Acórdão 4.479/2010 2ª Câmara

Unidade Jurisdicionada					
Denominação completa:					Código SIORG
Tribunal Regional Federal da 5ª Região					-
Deliberações do TCU					
Deliberações expedidas pelo TCU					
Ordem	Processo	Acórdão	Item	Tipo	Comunicação Expedida
1	TC-020.003/2007-7	4479/2010	1.12	RE	OFÍCIO Nº 1171/2010-TCU/SECEX-PE
Órgão/entidade objeto da determinação e/ou recomendação					Código SIORG
Justiça Federal de Primeiro Grau - CE					-

Descrição da Deliberação:	
Alertar o TRF da 5ª Região e todas as Seções Judiciárias para que cumpram as recomendações expedidas pelo Controle Interno constantes no Relatório de Auditoria de Gestão do exercício de 2006.	
Providências Adotadas	
Setor responsável pela implementação	Código SIORG
DIRETORIA DO FORO	-
Síntese da providência adotada:	
Foi dada ciência aos setores competentes do Acórdão 4479/2010-TCU-2ª Câmara para conhecimento e estrita observância do ali contido através de despacho datado de 26/11/2010.	
Síntese dos resultados obtidos	
Análise crítica dos fatores positivos/negativos que facilitaram/prejudicaram a adoção de providências pelo gestor	

Fonte: SJCE

Ordem	Processo	Acórdão	Item	Tipo	Comunicação Expedida
01	020.003./2007-7	4479/2010-TCU-2ª Câmara	1.8.3 e 1.12	RE	1167/2010/TCU/SECEX-PE
Órgão/entidade objeto da determinação e/ou recomendação					Código SIORG
Justiça Federal de Primeiro Grau - PB					-
Descrição da Deliberação:					
1.8.3. Alertar a Seção Judiciária da Paraíba quanto a seguinte impropriedade constatada nas licitações de serviços de terceirização, abstenha-se de exigir, no edital, para efeitos de habilitação, certidão de regularidade e guias de recolhimento de sindicatos, sejam patronais ou de trabalhadores, por descumprir o art. 30, inciso I, da Lei 8.666/1993, c/c o art. 37, XXI, da Constituição Federal, ademais de afrontar o entendimento deste TCU firmado sobre este assunto nos Acórdão 2.521/2003 – Primeira Câmara e Acórdão nº 473/2004-Plenário, conforme tratado no item 5.1.1 da instrução.					
1.12. Alertar o Tribunal Regional Federal da 5ª Região e todas as suas Seções Judiciárias para que cumpram as recomendações expedidas pelo Controle Interno constantes no Relatório de Auditoria de Gestão do Exercício de 2006.					
Providências Adotadas					
Setor responsável pela implementação					Código SIORG
SECRETARIA ADMINISTRATIVA					-
Síntese da providência adotada:					
Foram encaminhadas cópias do Relatório de Auditoria de Gestão, determinando a observância das recomendações, para os setores envolvidos nas constatações da Auditoria, destacadamente ao Núcleo de Administração, Administração Patrimonial e Tecnologia de Informação, além das Seções de Apoio Jurídico e Licitações.					
Síntese dos resultados obtidos					
Estão sendo observadas/cumpridas as recomendações do Acórdão.					
Análise crítica dos fatores positivos/negativos que facilitaram/prejudicaram a adoção de providências					

pelo gestor

Fonte: SJPB

Ordem	Processo	Acórdão	Item	Tipo	Comunicação Expedida
1	TC 020003/2007-7	4479/2010	5.2.5.1	DE	450050587
Órgão/entidade objeto da determinação e/ou recomendação					Código SIORG
Justiça Federal de Primeiro Grau - PE					-
Descrição da Deliberação:					
Manter os contratos vigentes apenas pelo período necessário à realização de um novo procedimento licitatório, adotando-se o modelo de licitação de mensuração de resultados, conforme recomendado pelo TCU, fl. 351.					
Providências Adotadas					
Setor responsável pela implementação					Código SIORG
NÚCLEO FINANCEIRO E PATRIMONIAL					-
Síntese da providência adotada:					
Cumprimento da recomendação mediante novo certame licitatório					
Síntese dos resultados obtidos					
Melhores condições de acompanhamento da qualidade e produtividade dos serviços					
Análise crítica dos fatores positivos/negativos que facilitaram/prejudicaram a adoção de providências pelo gestor					
Fator positivo: participação de servidores do quadro em cursos voltados para licitações de informática cujos serviços são remunerados com base na mensuração de resultados. Fator negativo: baixa disseminação da mensuração por resultados no âmbito de licitações promovidas pela Administração Pública para os serviços objeto da recomendação.					

Fonte: SJPE

Ordem	Processo	Acórdão	Item	Tipo	Comunicação Expedida
2	TC 020003/2007-7	4479/2010	5.2.5.2	DE	450050587
Órgão/entidade objeto da determinação e/ou recomendação					Código SIORG
Justiça Federal de Primeiro Grau - PE					-
Descrição da Deliberação:					
Que se observe a realização de procedimento licitatório nos casos de alteração qualitativa do objeto contratado, quando não tenha havido cotação inicial, mesmo diante de momentânea indisponibilidade orçamentária, em observância ao art. 2º, caput, da Lei n. 8.666/93, abstendo-se, ainda, da realização de alteração contratual fora das hipóteses previstas no art. 65, da Lei nº 8.666/1993.					
Providências Adotadas					
Setor responsável pela implementação					Código SIORG
NÚCLEO FINANCEIRO E PATRIMONIAL					-
Síntese da providência adotada:					
Cumprimento da recomendação nas futuras licitações					

Síntese dos resultados obtidos
Não incidência do LDI (Lucro e Despesas Indiretas) das executoras das obras sobre os equipamentos de ar condicionado, adquirindo-se diretamente os equipamentos junto a empresas do ramo, que se incumbiram da sua instalação, o que proporcionou a redução de custos
Análise crítica dos fatores positivos/negativos que facilitaram/prejudicaram a adoção de providências pelo gestor
Fator positivo: existência de empresas do ramo para fornecimento e instalação dos equipamentos

Fonte: SJPE

Ordem	Processo	Acórdão	Item	Tipo	Comunicação Expedida
01	TC-020.003/2007-7	4479/2010 – 2ª Câmara	1.12	DE	Ofício 1167/2010-TCU-SECEX-PE
Órgão/entidade objeto da determinação e/ou recomendação					Código SIORG
Justiça Federal de Primeiro Grau – SE					-
Descrição da Deliberação:					
Acórdão nº 4479/2010 – TCU – 2ª Câmara Os Ministros do Tribunal de Contas da União, com fundamento nos arts. 1º, inciso I; 16, inciso II; 18 e 23, inciso II, da Lei n.º 8.443/92, c/c os arts. 1º, inciso I; 17, inciso I; 62, inciso III; 143, inciso I; e 208 do Regimento Interno/TCU, relativamente ao processo de contas, ACORDAM em julgar as contas a seguir relacionadas regulares com ressalva e dar quitação aos responsáveis, fazer as seguintes determinações, conforme os pareceres emitidos nos autos: 1.12. Alertar o Tribunal Regional Federal da 5ª Região e todas as suas Seções Judiciárias para que cumpram as recomendações expedidas pelo Controle Interno constantes no Relatório de Auditoria de Gestão do Exercício de 2006:					
Providências Adotadas					
Setor responsável pela implementação					Código SIORG
Direção de Secretaria Administrativa					-
Síntese da providência adotada:					
1) Solicitação e obtenção de recurso orçamentário, ainda no exercício de 2007, para conclusão da construção do edifício-sede da Justiça Federal em Itabaiana-SE; 2) a comunicação aos setores responsáveis – Núcleo de Administração, Seção de Licitações e Contratos e Assessoria Jurídica sobre a necessidade de se cumprir as recomendações expedidas pelo Controle Interno do TRF5 constantes no Relatório de Auditoria de Gestão do Exercício de 2006, realização de treinamento para servidores na área de licitações e contratos.					
Síntese dos resultados obtidos					
01 – Obtenção de recurso orçamentário para continuidade da obra de construção do edifício-sede da Justiça Federal em Itabaiana-SE no exercício de 2007. 02 – No exercício 2010 não foram identificadas novas ocorrências semelhantes as que geram recomendação emitida pelo Controle Interno do TRF5.					
Análise crítica dos fatores positivos/negativos que facilitaram/prejudicaram a adoção de providências pelo gestor					
Não há análise a ser realizada					

Fonte: SJSE

Ordem	Processo	Acórdão	Item	Tipo	Comunicação Expedida
	020.003/2007-7	4479/2010-TCU-2ª CÂMARA	1.12	DE	OFÍCIO 1172/2010- TCU/SECEX-PE
Órgão/entidade objeto da determinação e/ou recomendação					Código SIORG
Justiça Federal de Primeiro Grau - RN					-
Descrição da Deliberação:					
Alertar o Tribunal Regional Federal da 5ª Região e todas as suas Seções Judiciárias para que cumpram as recomendações expedidas pelo Controle Interno constantes no relatório de auditoria de gestão do Exercício de 2006.					
Providências Adotadas					
Setor responsável pela implementação					Código SIORG
Direção do Foro					-
Síntese da providência adotada:					
As recomendações do Controle Interno constantes no relatório de auditoria de gestão do Exercício de 2006 foram devidamente acatadas, porquanto foram tomadas todas as providências no sentido de bem observá-las.					
Síntese dos resultados obtidos					
Os efeitos obtidos a partir da observância das recomendações do controle interno foi o fiel cumprimento da legislação.					
Análise crítica dos fatores positivos/negativos que facilitaram/prejudicaram a adoção de providências pelo gestor					
Não foram constatados fatores positivos ou negativos com efeitos de facilitar ou prejudicar a adoção das providências em referência.					

Fonte: SJRN

Acórdão nº 4.747/2009 2ª Câmara

Quadro 44 – Acórdão 4.747/2009 2ª Câmara

Unidade Jurisdicionada					
Denominação completa:					Código SIORG
Tribunal Regional Federal da 5ª Região					-
Deliberações do TCU					
Deliberações expedidas pelo TCU					
Ordem	Processo	Acórdão	Item	Tipo	Comunicação Expedida
1	TC- 018.650/2008-0	4747/2010	1.12	RE	OFÍCIO Nº 1192/2010- TCU/SECEX-PE
Órgão/entidade objeto da determinação e/ou recomendação					Código SIORG
Justiça Federal de Primeiro Grau - CE					
Descrição da Deliberação:					
Alertar o TRF da 5ª Região e todas as Seções Judiciárias para que cumpram as recomendações expedidas pelo Controle Interno constantes no Relatório de Auditoria de Gestão do exercício de 2007.					
Providências Adotadas					

Setor responsável pela implementação	Código SIORG
DIRETORIA DO FORO	-
Síntese da providência adotada:	
Foi dada ciência aos setores competentes do Acórdão 4747/2010-TCU-2ª Câmara para conhecimento e estrita observância do ali contido através de despacho datado de 26/11/2010.	
Síntese dos resultados obtidos	
Análise crítica dos fatores positivos/negativos que facilitaram/prejudicaram a adoção de providências pelo gestor	

Fonte: SJCE

Ordem	Processo	Acórdão	Item	Tipo	Comunicação Expedida
3	TC 018.650/2008-0	4747/2010	6.2.1. 2	DE	450553040
Órgão/entidade objeto da determinação e/ou recomendação					Código SIORG
Justiça Federal de Primeiro Grau - PE					-
Descrição da Deliberação:					
Manter os contratos vigentes apenas pelo período necessário à realização de um novo procedimento licitatório, adotando-se o modelo de licitação de mensuração de resultados, conforme recomendado pelo TCU (fl. 158).					
Providências Adotadas					
Setor responsável pela implementação					Código SIORG
NÚCLEO FINANCEIRO E PATRIMONIAL					-
Síntese da providência adotada:					
Cumprimento da recomendação					
Síntese dos resultados obtidos					
Melhores condições de acompanhamento da qualidade e produtividade dos serviços					
Análise crítica dos fatores positivos/negativos que facilitaram/prejudicaram a adoção de providências pelo gestor					
Fator positivo: participação de servidores do quadro em cursos voltados para licitações de informática cujos serviços são remunerados com base na mensuração de resultados. Fator negativo: baixa disseminação da mensuração por resultados no âmbito de licitações promovidas pela Administração Pública para os serviços objeto da recomendação.					

Fonte: SJPE

Ordem	Processo	Acórdão	Item	Tipo	Comunicação Expedida
4	TC 018.650/2008-0	4747/2010	6.2.2. 2	DE	450553040
Órgão/entidade objeto da determinação e/ou recomendação					Código SIORG
Justiça Federal de Primeiro Grau - PE					-

Descrição da Deliberação:	
Manter o contrato vigente apenas pelo período necessário à realização de um novo procedimento licitatório escoimado das impropriedades apontadas (fls. 161 e 164).	
Providências Adotadas	
Setor responsável pela implementação	Código SIORG
NÚCLEO FINANCEIRO E PATRIMONIAL	-
Síntese da providência adotada:	
Cumprimento da recomendação	
Síntese dos resultados obtidos	
Não foi efetuada nova contratação, passando os serviços a serem prestados por empresa contratada do TRF-5. ^a Região	
Análise crítica dos fatores positivos/negativos que facilitaram/prejudicaram a adoção de providências pelo gestor	
Análise prejudicada em face da informação anterior	

Fonte: SJPE

Ordem	Processo	Acórdão	Item	Tipo	Comunicação Expedida
5	TC 018.650/2008-0	4747/2010	6.2.3. 2	DE	450553040
Órgão/entidade objeto da determinação e/ou recomendação					Código SIORG
Justiça Federal de Primeiro Grau - PE					-
Descrição da Deliberação:					
Manter o contrato vigente apenas pelo período necessário à realização de um novo procedimento licitatório escoimado das impropriedades apontadas (fls. 167 e 170).					
Providências Adotadas					
Setor responsável pela implementação					Código SIORG
NÚCLEO FINANCEIRO E PATRIMONIAL					-
Síntese da providência adotada:					
Cumprimento da recomendação					
Síntese dos resultados obtidos					
Não foi efetuada nova contratação, passando os serviços a serem prestados por empresa contratada do TRF-5. ^a Região					
Análise crítica dos fatores positivos/negativos que facilitaram/prejudicaram a adoção de providências pelo gestor					
Análise prejudicada em face da informação anterior					

Fonte: SJPE

Ordem	Processo	Acórdão	Item	Tipo	Comunicação Expedida
02	TC- 018.650/2008-0	Nº 4747/2010 – 2ª Câmara	1.12	DE	Ofício 1191/2010-TCU- SECEX-PE

Órgão/entidade objeto da determinação e/ou recomendação		Código SIORG
Justiça Federal de Primeiro Grau - SE		-
Descrição da Deliberação:		
Acórdão nº 4747/2010 – 2ª Câmara Os Ministros do Tribunal de Contas da União, com fundamento nos arts. 1º, inciso I; 16, incisos I e II; 17, 18 e 23, incisos I e II, da Lei nº 8.443/92, c/c os arts. 1º, inciso I; 17, inciso I; 143, inciso I; 207, 208 e 214, incisos I e II do Regimento Interno/TCU, ACORDAM em julgar as contas abaixo relacionadas regulares e regulares com ressalva e dar quitação aos responsáveis, conforme pareceres emitidos nos autos pela Secex-PE e pelo Ministério Público. 1.12. Alertar o Tribunal Regional Federal da 5ª Região e todas as suas Seções Judiciárias para que cumpram as recomendações expedidas pelo Controle Interno constantes no Relatório de Auditoria de Gestão do Exercício de 2007:		
Providências Adotadas		
Setor responsável pela implementação		Código SIORG
Direção de Secretaria Administrativa		-
Síntese da providência adotada:		
01) Comunicação aos servidores responsáveis pela área de licitações e contratos sobre as recomendações expedidas pelo Controle Interno do Tribunal Regional Federal da 5ª Região.		
Síntese dos resultados obtidos		
No exercício 2010 não foram identificadas novas ocorrências semelhantes as que geram recomendação emitida pelo Controle Interno do TRF5.		
Análise crítica dos fatores positivos/negativos que facilitaram/prejudicaram a adoção de providências pelo gestor		
Não há análise a ser realizada		

Fonte: SJSE

Acórdão nº 5.882/2010 – 2ª Câmara

Quadro 45 – Acórdão 1.842/2010-Plenário

Unidade Jurisdicionada					
Denominação completa:					Código SIORG
JUSTIÇA FEDERAL DE 1º GRAU – SEÇÃO JUDICIÁRIA DE ALAGOAS					-
Deliberações do TCU					
Deliberações expedidas pelo TCU					
Ordem	Processo	Acórdão	Item	Tipo	Comunicação Expedida
2	012.090/2007-8	5882/2010 TCU 2ª CÂMARA	9	DE	24023-TCU/Sefip
Órgão/entidade objeto da determinação e/ou recomendação					Código SIORG
JUSTIÇA FEDERAL DE 1º GRAU – SEÇÃO JUDICIÁRIA DE ALAGOAS					-

Descrição da Deliberação:					
9.2 considerar ilegal o ato de concessão de pensão civil em favor de Agnilda Borges de Lima, beneficiária de Cristóvão Gomes de Farias, recusando o registro do ato de fls. 6/8;					
9.3 dispensar o ressarcimento das quantias indevidamente recebidas de boa-fé, pela senhora Agnilda Borges de Lima, conforme o disposto na Súmula nº. 106 deste Tribunal;					
9.4 determinar à Justiça Federal de 1º e 2º Graus da 5ª Região que adote medidas para:					
9.4.1 dar ciência, no prazo de 15 dias, do inteiro teor desta deliberação à senhora Agnilda Borges de Lima, e faça juntar a estes autos os comprovantes de notificação nos 15 dias subseqüentes;					
9.4.2 fazer cessar, no prazo de 15 dias, os pagamentos decorrentes do ato considerado ilegal, sob pena de responsabilidade solidária da autoridade administrativa omissa;					
Providências Adotadas					
Setor responsável pela implementação					Código SIORG
Núcleo de Gestão de Pessoas					-
Síntese da providência adotada:					
Foi dada ciência à senhora Agnilda Borges de Lima, no dia 26/10/10, conforme certidão do diretor do NGP, informando que a mesma não tinha condições de “firmar o termo de “ciência” nos autos”, por questão de saúde.					
Síntese dos resultados obtidos					
1. A senhora Agnilda Borges de Lima ingressou com ação judicial, a qual foi concedida liminar no prazo anterior a 15 dias, inviabilizando o cumprimento do determinado no Acórdão nº. 5882/2010 – TCU 2ª Câmara.					
2. A decisão judicial com concessão de liminar determinando a abstenção do contido no Acórdão tornou inviável o cumprimento do Acórdão.					
Análise crítica dos fatores positivos/negativos que facilitaram/prejudicaram a adoção de providências pelo gestor					
A decisão judicial com concessão de liminar determinando a abstenção do contido no Acórdão tornou impossível o cumprimento da deliberação do colegiado.					

Fonte: SJAL

Acórdão nº 1842/2010 – Plenário

Quadro 46 – Acórdão 1.842/2010-Plenário

Unidade Jurisdicionada					
Denominação completa:					Código SIORG
Tribunal Regional Federal da 5ª Região					-
Deliberações do TCU					
Deliberações expedidas pelo TCU					
Ordem	Processo	Acórdão	Item	Tipo	Comunicação Expedida
1	005.849/2003-2	Nº 1842/2010 – TCU - Plenário	9.2 e 9.3	DE	-

Órgão/entidade objeto da determinação e/ou recomendação	Código SIORG
Tribunal Regional Federal da 5ª Região	-
Descrição da Deliberação:	
<p>9.2. alterar a redação do subitem 9.8.9 do Acórdão n.º 1.846/2008-Plenário, que passará a ser a seguinte:</p> <p>"9.8.9. no prazo de 60 (sessenta dias), identifique todos os servidores que recebem ou receberam vencimento integral do cargo em comissão acrescido do pagamento de VPNI advinda de quintos ou décimos incorporados, sem amparo em norma legal ou em decisão judicial, e instaure processo administrativo, no qual se deve assegurar aos interessados o direito ao contraditório e à ampla defesa, com vistas a obter o ressarcimento dos valores pagos a maior a partir de 19/03/2002, data da publicação no DOU da Decisão nº 80/2002- Plenário;"</p> <p>9.3. alterar a redação do subitem 9.8.13 do Acórdão n.º 1.846/2008-Plenário, que passará a ser a seguinte:</p> <p>"9.8.13. no prazo de 60 (sessenta) dias, adote as medidas necessárias para fazer cessar o pagamento da vantagem denominada auxílio-alimentação aos Desembargadores Federais ativos do TRF - 5ª Região, por falta de amparo legal, caso essa providência ainda não tenha sido adotada, e providencie, nos termos dos arts. 46 e 47 da Lei nº 8.112/90, o desconto das importâncias indevidamente pagas a partir de 24.3.2005, data da publicação no DOU do Acórdão n.º 271/2005- Plenário, aos Desembargadores Federais ativos e aos que se aposentaram, assegurando-se aos interessados o direito ao contraditório e à ampla defesa.</p>	
Providências Adotadas	
Setor responsável pela implementação	Código SIORG
Subsecretaria de Pessoal / TRF5	-
Síntese da providência adotada	
1. Todas as determinações constantes neste Acórdão foram devidamente adotadas (Processo Administrativo 1671-0/2008).	
Síntese dos resultados obtidos	
Não se aplica	
Análise crítica dos fatores positivos/negativos que facilitaram/prejudicaram a adoção de providências pelo gestor	
Não se aplica	

Fonte: SP/TRF5

Acórdão nº 1587/2010 – Plenário

Quadro 47 – Acórdão 1.587/2010-Plenário

Unidade Jurisdicionada	
Denominação completa:	Código SIORG
Tribunal Regional Federal da 5ª Região	-
Deliberações do TCU	

Deliberações expedidas pelo TCU					
Ordem	Processo	Acórdão	Item	Tipo	Comunicação Expedida
1	019.213/2003-9	Nº 1587/2010 – TCU – Plenário	9.1.4	DE	-
Órgão/entidade objeto da determinação e/ou recomendação					Código SIORG
Tribunal Regional Federal da 5ª Região					-
Descrição da Deliberação:					
<p>9.1.4. ao Presidente do Tribunal Regional Federal da 5ª Região - TRF5 que suspenda, imediatamente, o desconto do Imposto de Renda retido na fonte nos vencimentos do servidor Sérgio Giordano Sousa de Macedo que vem sendo realizado na forma estabelecida na liminar concedida no âmbito do Mandado de Segurança 2001.84.00.000129-1, tendo em vista a superveniência de decisão judicial transitada em julgado favorável à União.</p>					
Providências Adotadas					
Setor responsável pela implementação					Código SIORG
Secretaria de Pessoal / TRF5					-
Síntese da providência não adotada					
Foi verificado pela Justiça Federal do Rio Grande do Norte que os descontos do imposto de renda realizados na folha de pagamento do Servidor Sérgio Giordano Sousa de Macedo, matrícula RN621, sempre foram realizados com base nas tabelas emitidas pela Secretaria da Receita Federal, inexistindo, desta forma, acertos a serem realizados.					
Síntese dos resultados obtidos					
Não se aplica					
Análise crítica dos fatores positivos/negativos que facilitaram/prejudicaram a adoção de providências pelo gestor					
Não se aplica					

Fonte: SP/TRF5

Acórdão nº 1.508/2010 – Plenário

Quadro 48 – Acórdão 1.508/2010-Plenário

Unidade Jurisdicionada					
Denominação completa:					Código SIORG
Tribunal Regional Federal da 5ª Região					-
Deliberações do TCU					
Deliberações expedidas pelo TCU					
Ordem	Processo	Acórdão	Item	Tipo	Comunicação Expedida
1	033.308/2008-5	Nº 1508/2010 – TCU - Plenário	9.2	RE	-
Órgão/entidade objeto da determinação e/ou recomendação					Código SIORG
Tribunal Regional Federal da 5ª Região					-

Descrição da Deliberação:	
9.2. determinar ao TRF 5ª Região que, em licitações futuras, adote as providências necessárias a fim de evitar a reincidência das irregularidades identificadas por aquele órgão.	
Providências Adotadas	
Setor responsável pela implementação	Código SIORG
Secretaria Administrativa / TRF5	-
Síntese da providência adotada	
Estão sendo adotadas providências a fim de evitar que as impropriedades apontadas voltem a acontecer.	
Síntese dos resultados obtidos	
Não se aplica	
Análise crítica dos fatores positivos/negativos que facilitaram/prejudicaram a adoção de providências pelo gestor	
Não se aplica	

Fonte: SP/TRF5

Acórdão nº 591/2010 – Plenário

Quadro 49 – Acórdão 591/2010-Plenário

Unidade Jurisdicionada					
Denominação completa:					Código SIORG
Tribunal Regional Federal da 5ª Região					-
Deliberações do TCU					
Deliberações expedidas pelo TCU					
Ordem	Processo	Acórdão	Item	Tipo	Comunicação Expedida
3	TC- 008.994/2009-6	Nº 591/2010 – TCU - Plenário	1.6.1. 1, 1.7.1.1 , 1.7.1.2	RE e DE	
Órgão/entidade objeto da determinação e/ou recomendação					Código SIORG
Tribunal Regional Federal da 5ª Região					-
Descrição da Deliberação:					
<p>1.6. Recomendação:</p> <p>1.6.1. ao Tribunal Regional Federal da 5ª Região:</p> <p>1.6.1.1. que em futuras licitações para contratação de bens e serviços de tecnologia da informação comuns, utilize a modalidade pregão na forma eletrônica, salvo se houver comprovada e justificada inviabilidade, motivando expressamente a opção pelo pregão presencial, sob pena de se configurar possível ato de gestão antieconômico;</p> <p>1.7. Determinações:</p> <p>1.7.1. ao Tribunal Regional Federal da 5ª Região, que:</p>					

1.7.1.1. em atenção ao art. 11, VI, do Decreto nº 3.555/2000 e à ordem das fases próprias da licitação por pregão, explicitada no art. 4º da Lei nº 10.520/2002, abstenha-se de incluir no instrumento convocatório requisitos para análise de aceitabilidade das propostas quanto ao objeto e ao preço, antes da fase de lances, relativos à planilha de custos ou demonstrativo de formação de preços;

1.7.1.2. em atendimento ao princípio da eficiência, elabore conjunto mínimo de níveis de serviço a ser exigido para cada tipo de serviço a ser definido, de forma a tornar mais objetivos os critérios de medição e de controle de qualidade dos serviços executados decorrentes do Pregão nº 10/2009, conforme previsto no Acórdão nº 786/2006-TCU-Plenário, item 9.4.3.3, promovendo, se necessário, o respectivo aditivo contratual.

Providências Adotadas

Setor responsável pela implementação	Código SIORG
--------------------------------------	--------------

Secretaria Administrativa / TRF5	-
----------------------------------	---

Síntese da providência adotada

1. Atualmente todas as contratações de tecnologia da informação estão sendo realizadas na modalidade pregão na forma eletrônica;
2. O Decreto nº 3.555/2000 aplica-se ao Pregão Presencial. Informamos que nas Licitações realizadas na modalidade pregão eletrônico estão sendo devidamente observadas as recomendações contidas no Decreto 5.450/05, no tocante aos aspectos abordados no Acórdão 591/2010-Plenário;
3. Todas as Unidades Técnicas no TRF5 foram orientadas no sentido de elaborarem os Termos de Referência considerando conjunto mínimo de níveis de serviço a ser exigido para tornar mais objetivos os critérios de medição e de controle de qualidade dos serviços executados, conforme recomendado.

Síntese dos resultados obtidos

Não se aplica

Análise crítica dos fatores positivos/negativos que facilitaram/prejudicaram a adoção de providências pelo gestor

Não se aplica

Fonte: SP/TRF5

Acórdão nº 306/2010 – Plenário

Quadro 50 – Acórdão 306/2010-Plenário

Unidade Jurisdicionada					
Denominação completa:					Código SIORG
Tribunal Regional Federal da 5ª Região					-
Deliberações do TCU					
Deliberações expedidas pelo TCU					
Ordem	Processo	Acórdão	Item	Tipo	Comunicação Expedida
1	TC nº 029.690/2009-2	Nº 306/2010 – TCU - Plenário	1.6.1	RE	OFÍCIO Nº 565/2010-TCU/SECEX-CE
Órgão/entidade objeto da determinação e/ou recomendação					Código SIORG

Justiça Federal de Primeiro Grau - CE		-
Descrição da Deliberação:		
Que a Justiça Federal no Ceará adote preferencialmente o Pregão Eletrônico para a aquisição de bens e serviços comuns.		
Justificativa apresentada pelo seu não cumprimento		
Setor responsável pela implementação		Código SIORG
DIRETORIA DO FORO		-
Justificativa:		
A JFCE, em face da experiência administrativa em certames na modalidade pregão, opta, sempre que possível , pela forma eletrônica, pois a modalidade e a forma eleitas serão aquelas que mais se ajustem ao princípio constitucional da eficiência . Assim, a JFCE decidiu por utilizar o pregão eletrônico apenas nas situações em que não haja a necessidade de apresentação de amostras ou em que o mercado ofereça reais possibilidades de ampla concorrência.		
Análise crítica dos fatores positivos/negativos que facilitaram/prejudicaram a adoção de providências pelo gestor		
A Justiça Federal no Ceará, em licitações anteriores, enfrentou dificuldades tanto na execução e finalização do procedimento licitatório (pregão eletrônico), mostrando-se bastante ineficiente em termos de operacionalização, em razão do tempo despendido com a fase de apresentação de amostras, quanto na execução contratual, quando as empresas contratadas eram estabelecidas fora do Estado do Ceará, ocasionando inclusive prejuízos orçamentários (restos a pagar cancelados). Seguindo essa diretriz administrativa (utilizar o pregão eletrônico apenas nas situações em que não haja a necessidade de apresentação de amostras ou em que o mercado ofereça reais possibilidades de ampla concorrência), a JFCE realizou, em 2010, pregões eletrônicos para serviços complexos e de valores elevados, tais como os serviços de reforma das novas Subseções Judiciárias (PE nº 02/2010) e os serviços de modernização do sistema de climatização da unidade de arquivo (PE nº 01/2010).		

Fonte: SJCE

10.2. Deliberações do TCU pendentes de atendidas ao final do Exercício

Não houve deliberações do ano de 2010 pendentes de atendimento ao final do Exercício.

10.3. Recomendações do OCI atendidas no exercício

Relatórios de Auditoria de Conformidade nº. 334/2010, 658/2010 e 661/2010 – SCI/JFSE

Quadro 51 - Relatório de cumprimento das recomendações do OCI A.15.3

Unidade Jurisdicionada			
Denominação completa:			Código SIORG
Tribunal Regional Federal da 5ª Região			
Recomendações do OCI			
Recomendações expedidas pelo OCI			
Ordem	Identificação do Relatório de Auditoria	Item do RA	Comunicação

			Expedida
1	Relatórios de Auditoria de Conformidade nº. 334/2010, 658/2010 e 661/2010 – SCI/JFSE	-	-
Órgão/entidade objeto da recomendação			Código SIORG
Justiça Federal de Primeiro Grau - SE			-
Descrição da Recomendação:			
<p>1) RECOMENDO, com base nos argumentos apresentados, que as futuras licitações para contratação dos serviços de vigilância e limpeza utilizem os valores limites estabelecidos nas portarias do MPOG para o Estado de Sergipe, ressalvadas necessidades excepcionais na execução do serviço que venham representar custos adicionais para contratação, nos termos indicados na portaria vigente.</p> <p>2) Recomendação: a - efetue a revisão dos editais de licitação promovendo as correções de texto sugeridas após análise da Assessoria Jurídica; b - No caso de pregão eletrônico, se abstenha de incluir cláusula no edital prevendo a realização de sorteio em caso de empate entre duas ou mais propostas; c – Informe, nas atas de realização de pregões eletrônicos, as cláusulas editalícias descumpridas quando da desclassificação de propostas.</p> <p>3) Recomendo que a Direção de Secretaria Administrativa oriente previamente os servidores detentores de suprimento de fundos sobre a necessidade de observar as regras estabelecidas na Resolução CJF nº 583/2007, em especial para o cumprimento dos prazos de aplicação dos recursos e prestação de contas, procedendo-se, automaticamente, à tomada de contas especial se não o fizer no prazo estabelecido pelo ordenador de despesas e mediante sua determinação conforme art. 2º da pré-citada resolução.</p> <p>4) Em relação à ausência de reclassificação contábil, recomendo que se verifique a necessidade de revisão do fluxo dos processos administrativos referentes à concessão de suprimento de fundos de modo a permitir que a Seção de Orçamento e Finanças possa efetuar a reclassificação contábil do suprimento de fundos concedido dentro do exercício financeiro em que ocorreu a concessão.</p>			
Providências Adotadas			
Setor responsável pela implementação			Código SIORG
Direção de Secretaria Administrativa			-
Síntese da providência adotada:			
Comunicação aos servidores do Núcleo de Administração, licitações e contratos, compras e suprimento de fundos acerca das recomendações efetuadas pelo Controle Interno da JFSE.			
Síntese dos resultados obtidos			
Até o momento não foram identificadas novas ocorrências semelhantes as que geram recomendação emitida pelo Controle Interno da JFSE.			
Análise crítica dos fatores positivos/negativos que facilitaram/prejudicaram a adoção de providências pelo gestor			
Não há análise a ser realizada.			

Fonte: SJSE

Quadro 52 - Relatório de cumprimento das recomendações do OCI (A.15.3)

Unidade Jurisdicionada	
Denominação completa:	Código SIORG
Tribunal Regional Federal da 5ª Região	
Recomendações do OCI	

Recomendações expedidas pelo OCI			
Ordem	Identificação do Relatório de Auditoria	Item do RA	Comunicação Expedida
6	Relatório de Auditoria SCI – S/N – Maio 2010 Avaliação dos Controles Internos dos Processos de Gestão Associados às Requisições de Pagamento	1 a 6	-
Órgão/entidade objeto da recomendação			Código SIORG
Tribunal Regional Federal da 5ª Região			-
Descrição da Recomendação:			
<p>1. Aprimorar os fluxogramas elaborados no curso da auditoria, de modo que prevejam com exatidão os processos da Subsecretaria de Precatórios, incluindo as modificações sugeridas no capítulo 3 deste relatório;</p> <p>2. Elaborar manual interno, em que se preveja e descreva todas as atividades, inclusive as atividades de controle, referentes de todos os processos/rotinas da Subsecretaria de Precatórios em sua peculiaridade;</p> <p>3. Atualizar o rol de atribuições de todas as seções e setores da Subsecretaria de Precatórios, previstos na Resolução TRF nº 09/2009;</p> <p>4. Estudar a viabilidade da participação de seus servidores em cursos voltados para atividades específicas de gestão de precatórios/rpv's;</p> <p>5. Estudar meios de aquisição dos programas-fonte utilizados na gestão de requisições de pagamento, ou outro meio hábil a fim de evitar a dependência do Tribunal à empresa que tem o domínio dos referidos sistemas e possibilitar que, caso haja necessidade, uma outra empresa também possa operar o sistema de gestão de requisição de pagamento.</p> <p>6. Averiguar os níveis de segurança e confiabilidade do Sistema de Precatório em Mumps, promovendo, inclusive, estudo de viabilidade e da razão custo/benefício para migração dos dados referentes às requisições de pagamento constantes do programa de linguagem Mumps ao sistema Esparta – Módulo Precatórios.</p>			
Providências Adotadas			
Setor responsável pela implementação			Código SIORG
Secretaria Judiciária e Subsecretaria de Precatórios / TRF5			-
Síntese da providência adotada:			
<p>1. Há um manual de caráter geral para toda a Justiça Federal, elaborado em 2005 por uma equipe integrada por representantes de todos os Tribunais Regionais Federal. Este manual não especifica atividades rotinas que abarque as peculiaridades da Subsecretaria de Precatório do TRF5, e esta não possui manual próprio que aborde as peculiaridades de suas rotinas de trabalho.</p> <p>2. De acordo com a Diretoria de Desenvolvimento Institucional, unidade responsável pela gestão de processos neste Tribunal, está sendo realizado o mapeamento dos processos de trabalho da Justiça Federal em todo o país sob a coordenação do Conselho de Justiça Federal. A partir dessa diretriz, tem-se que não há cronograma estabelecido para o mapeamento das rotinas vinculadas à Secretaria Judiciária.</p> <p>3. A atualização do rol de atribuições da Subsecretaria de Precatório foi realizada pela servidora Rosilene Diniz, e a sua divulgação está prevista para março/2011.</p> <p>4. Informamos ser grande a dificuldade para a realização de cursos voltados para atividades específicas de gestão precatórios/RPVs, uma vez que não são oferecidos cursos com este foco no Estado. Desta forma, são feitos cursos na área de gestão, tais como os oferecidos pelo Tribunal. Muito embora exista essa dificuldade, o diretor da Subsecretaria de Precatório, Jaelson Rodrigues Ferreira, comprometeu-se a pesquisar quais são as possibilidades existentes em outros Estados, muito embora informe, inicialmente, desconhecer a existência de cursos específicos.</p> <p>5. Esclareço que há 3 anos estamos desenvolvendo o novo sistema de processo judicial eletrônico cujos programas-fonte são de posse do Tribunal. Mesmo considerando-se que o desenvolvimento e a implantação de um projeto dessa dimensão demandam tempo, o novo sistema já foi implantado em todos os Estados e, até o final do primeiro semestre de 2011, teremos finalizado a implantação nos dois Graus, com exceção das Varas fiscais e penais, que serão incluídas ainda em 2011. Para, em seguida, iniciarmos o desenvolvimento e a</p>			

<p>implantação dos demais módulos, tais como Precatórios e Jurisprudência.</p> <p>6. Informamos que quando do desenvolvimento do sistema Esparta – Módulo Precatório, foi feito um estudo acerca da viabilidade da migração dos dados do programa de linguagem Mumps ao Esparta, e verificou-se a sua impossibilidade, uma vez que o padrão de linguagem Mumps e as funcionalidades existentes não se adequavam às exigências e críticas do Módulo de Precatórios do Esparta, bem mais complexo. Em vista desse impedimento, o Tribunal decidiu que os dados referentes às requisições de pagamentos anteriores ao Esparta, permaneceriam no programa de linguagem Mumps e todos os novos passariam a ser processados no Esparta. Por fim, cabe-nos informar que foi feita uma justificativa para renovação de contrato de manutenção do sistema Esparta, no qual fizemos um breve histórico dos fatos que nos levaram á contratação da empresa MPS Informática, como por exemplo, o nosso diminuto quadro de servidores nesta área.</p> <p>Descrevemos também, nosso planejamento, que incluída, por exemplo, o Sistema de Processos Eletrônicos – CRETA, cujos códigos fonte são de propriedade do Tribunal, o Sistema de Julgamento Eletrônico de 2º Grau, o cadastro eletrônico de advogado voluntário, o Sistema de controle de pagamento administrativo de peritos, tradutores, intérpretes e advogados dativos, o sistema de diário eletrônico, bem como o já mencionado Processo Judicial Eletrônico (autos virtuais). À época foi definido o prazo de 03 anos para o seu desenvolvimento e o início da desativação do atual sistema Esparta e Tebas para distribuição de novos feitos, prazo que foi cumprido, pois, como já informado, o novo sistema de processamento eletrônico encontra-se desenvolvido e em fase de implantação.</p>
Síntese dos resultados obtidos
-
Análise crítica dos fatores positivos/negativos que facilitaram/prejudicaram a adoção de providências pelo gestor
-

Fonte: SJ / TRF5

10.4. Recomendações do OCI pendentes de atendimento ao final do exercício

Não houve recomendações emanadas pelas unidades de Controle Interno da JF5 sem atendimento no Exercício 2010.

11. Declaração do Contador

Declaração Plena

Quadro 53 – Declaração Plena do Contador

DECLARAÇÃO PLENA DO CONTADOR	
Denominação completa (UJ)	Código da UG
TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL DA 5ª REGIÃO	090031
Unidades Consolidadas	Código da UG:
Seção Judiciária do Estado do Ceará	090006
Seção Judiciária do Estado do Rio Grande do Norte	090007
Seção Judiciária do Estado da Paraíba	090008
Seção Judiciária do Estado de Pernambuco	090009
Seção Judiciária do Estado de Alagoas	090010

Seção Judiciária do Estado de Sergipe		090011	
<p>Declaro que os demonstrativos contábeis constantes do Sistema Siafi (Balanços Orçamentário, Financeiro e Patrimonial e a Demonstração das Variações Patrimoniais, previstos na Lei n.º 4.320, de 17 de março de 1964), refletem a adequada situação orçamentária, financeira e patrimonial da unidade jurisdicionada que apresenta Relatório de Gestão.</p> <p>Estou ciente das responsabilidades civis e profissionais desta declaração.</p>			
Local	RECIFE-PE	Data	03/03/2011
Contador Responsável	JERONIMO JOSÉ DOS SANTOS	CRC n°	13.314-PE

12. Declaração Registro SIASG/SICONV

Declaramos, para os fins do item 7 do anexo II, parta A, da Decisão Normativa TCU nº 107/2010, que as informações referentes a contratos, convênios e termos de parceria estão disponíveis e atualizadas no Sistema Integrado de Administração de Recursos Gerais (SIASG) e no Sistema de Gestão de Convênios, Contratos de Repasse e Termos de Parceria (SICONV), conforme estabelece o art. 19 da Lei 12.309, de 09 de agosto de 2010.

13. Declaração Entrega Declarações IR

Declaramos, para os fins do item 8 do anexo II, parta A, da Decisão Normativa TCU nº 107/2010, que os Membros da Magistratura Federal e os Servidores ocupantes de cargos em comissão ou função comissionadas da Justiça Federal da 5ª Região estão em dia com as exigências de apresentação da Declaração de Ajuste Anual do Imposto de Renda - Pessoa Física, referente ao exercício de 2010, ano calendário 2009, entregue à Secretaria da Receita Federal, de acordo com o disposto na Lei 8.730, de 10 de novembro de 1993.